



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

EXTENSÃO DE XAI-XAI

MESTRADO EM CIÊNCIAS POLITICAS, GOVERNAÇÃO E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS

ELEIÇÕES POR LISTA PARTIDÁRIA FECHADA EM MOÇAMBIQUE:

UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Autor: Jone Chigueda Seda Guiraze

Xai-Xai, 30 de Outubro de 2024



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

EXTENSÃO DE XAI-XAI

MESTRADO EM CIÊNCIAS POLITICAS, GOVERNAÇÃO E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS

ELEIÇÕES POR LISTA PARTIDÁRIA FECHADA EM MOÇAMBIQUE:  
UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Jone Chigueda Seda Guiraze

Dissertação submetida a Extensão de Xai-Xai –  
Universidade Católica de Moçambique como  
requisito para a obtenção do grau de Mestre em  
Ciência Política, Governação e Relações  
Internacionais.

Supervisor:

Prof. Dr Tomé Fernando Bambo

Xai-Xai, 30 de Outubro 2024

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA .....	V
DEDICATÓRIA.....	VI
AGRADECIMENTOS .....	VII
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	VIII
LISTA DE TABELAS .....	IX
LISTA DE GRÁFICOS.....	X
RESUMO .....	XI
ABSTRACT .....	XII
CAPÍTULO – I. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Contextualização .....	2
1.2. Problematização.....	3
1.3. Objectivos.....	5
1.3.1. Objectivo Geral.....	5
1.3.2. Objectivos Específicos .....	5
1.4. Justificativa.....	5
1.5. Delimitação da Pesquisa.....	6
1.6. Questões de Pesquisa.....	8
1.7. Estrutura do Trabalho .....	9
CAPÍTULO – II. REVISÃO DA LITERATURA .....	10
2.1. Noção da Democracia.....	10
2.2. Perspectiva de Democracia em Moçambique.....	14
2.3. Eleição .....	15
2.4. Sistemas eleitorais .....	19
2.5. Teoria de representação democrática .....	21
2.5.1. Críticas a teoria de representatividade democrática .....	26

2.6.	Conceituação da Democracia Representatividade e Transparência nos Sistemas Eleitorais .....	30
2.7.	Transparência e Prestação de Contas.....	31
2.8.	Desafios de Representatividade e Transparência .....	32
2.9.	Impactos da Falta de Representatividade e Transparência .....	32
2.10.	Exemplos de Casos Internacionais .....	33
2.11.	Reformas Potenciais e Perspectivas Futuras .....	34
2.12.	Perspectiva Moçambicana e Dinâmica Política.....	35
2.13.	O Sistema de Lista Partidária Fechada .....	35
2.14.	Alternativas e Reformas .....	37
2.15.	Desafios Contextuais .....	38
2.16.	Exemplos Internacionais e Lições .....	40
2.17.	Caminhos a Seguir.....	41
2.18.	Análises Históricas e Contextuais do Sistema de Lista Partidária Fechada .....	42
2.19.	Continuidades, Divergências e Lacunas no Estudo da Democracia, Eleições e Representação em Moçambique .....	45
CAPÍTULO – III. METODOLOGIA.....		48
3.1.	Classificação da Pesquisa .....	49
3.1.1.	Tipo de Estudo: Estudo Exploratório Qualitativo .....	51
3.1.2.	Natureza: Qualitativa.....	53
3.1.3.	Procedimentos Técnicos .....	54
3.2.	População e Amostra .....	56
3.3.	Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados .....	57
3.4.	Técnicas de Análise dos Dados .....	58
3.4.1.	Variáveis de Pesquisa .....	59
3.4.2.	Limitações da Pesquisa.....	60
3.5.	Aspectos Éticos .....	61

CAPÍTULO – IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS ....	63
4.1.    Dados Sociodemográficos .....	64
4.1.1. Idade .....	64
4.1.2. Sexo .....	65
4.1.3. Nível de Educação .....	66
4.2.    Análise e Discussão dos Resultados .....	67
4.2.1. Participação em eleições.....	68
4.2.2. Ocupação Principal.....	69
4.2.3. Transparência.....	69
4.2.4. Responsabilidade Individual.....	70
4.2.5. Conhecimento dos Partidos Políticos .....	71
4.2.7. Prestação de Contas .....	73
4.2.8. Responsabilidade perante os Eleitores .....	75
4.2.9. Participação em Actividades Políticas.....	76
4.2.10. Experiências e Papéis .....	77
4.2.11. Conhecimento sobre o Processo Eleitoral .....	78
4.2.12. Expectativas em Relação a Prestação de Contas aos Candidatos.....	79
4.2.13. Participação Eleitoral.....	80
4.2.14. Participação Activa.....	81
4.2.15. Perspectivas em relação ao actual Sistema.....	82
4.2.16. Mudanças Sugeridas .....	84
CAPÍTULO – V. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES .....	85
5.1.    Considerações Finais .....	85
5.2.    Sugestões .....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	92

## DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que esta dissertação é da minha autoria e em nenhum momento foi publicada para a obtenção de um grau acadêmico. A informação patente nesta obra provém da experiência vivida pelo autor. A informação doutras fontes, usada nesta obra, está devidamente referenciada.

Xai-Xai, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

O autor

---

(Jone Chigueda Seda Guiraze)

O Supervisor

---

(Fernando Bambo)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus filhos, Marcelina Chigueda, Ednilson Chigueda, Éric Chigueda e Stelio Chigueda pela paciência que tiveram de ficar tantas noites sem a minha presença, sem o calor do Pai.

Dedico igualmente aos meus pais em memória, Deolinda Punda Seda e Mande Chigueda, mesmo sem a sua presença física, os seus ensinamentos me inspiravam a continuar com energias para prosseguir com este sonho, de me formar neste nível, estou lhes profundamente grato.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que sempre me guiou e me deu força nos momentos difíceis para concretizar o meu sonho de fazer o mestrado.

A minha esposa Stela Marcelina Fernando Guiraze, pela iniciativa de ver-me a continuar com os estudos e pela ajuda e dedicação ao longo desses anos, sem ela nada disso teria sido possível.

Às minhas irmãs, Ilda Chigueda, Josefa Chigueda e Fátima Chigueda que desde logo compreenderam-me e estavam sempre aptas para ajudarem-me. Aos meus filhos, Marcelina Chigueda, Edmilson Chigueda, Éric Chigueda e Stelio Chigueda que passavam uma parte das noites sem o calor do Pai.

Ao meu irmão e amigo, Estevão João que sempre esteve presente em auxiliar-me com sua rica inteligência, jamais poupou esforços com ideias e provisão de insumos para a materialização deste desidrato.

Os colegas da turma, em especial Carmindo Muthombene e Jorge Djedje pelo apoio desde o primeiro ano até o último, estes sempre estiveram comigo nos bons e maus momentos na Universidade Católica de Moçambique.

Ao meu supervisor Prof. Doutor Tomé Fernando Bambo, pela disponibilidade, paciência, aconselhamento e transmissão de conhecimentos durante a elaboração da dissertação.

Agradeço, no geral, a todo corpo docente da Universidade Católica de Moçambique, extensão de Xai-Xai e em especial aos docentes do Curso de mestrado em Ciências Políticas, Governação e Relações Internacionais.

E, por último, agradeço a todos que por razões de memória não foram mencionados, mas que souberam encarar-me nos momentos difíceis na carreira estudantil para a concretização das minhas expectativas e objectivos.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CNE .....	Comissão Nacional de Eleições
EUA .....	Estados Unidos da América
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GCCC .....	Gabinete Central de Combate à Corrupção
GM .....	Guerra Mundial
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SE .....	Sistema Eleitoral
SEM .....	Sistema Eleitoral Misto

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Distribuição cruzada por idade e sexo dos entrevistados .....	65
<b>Tabela 2:</b> Cruzamento de Ocupação principal por Sexo dos respondentes.....	69
<b>Tabela 3:</b> Percepção sobre a responsabilidade individual dos representantes.....	71
<b>Tabela 4:</b> Cruzamento entre satisfação com a prestação de contas e sexo.....	74
<b>Tabela 5:</b> Percepção sobre a responsabilidade individual dos representantes.....	79

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Distribuição dos questionados por nível académico .....	66
<b>Gráfico 2:</b> Opinião sobre a transparência do sistema .....	70
<b>Gráfico 3:</b> Conhecimento sobre os critérios usados na selecção de candidatos .....	72
<b>Gráfico 4:</b> Percepção dos Critérios .....	73
<b>Gráfico 5:</b> Responsabilidade perante os eleitores.....	75
<b>Gráfico 6:</b> Aspectos para melhor compreensão.....	78
<b>Gráfico 7:</b> Importância da Participação Activa .....	80
<b>Gráfico 8:</b> Actividades para participação activa.....	81
<b>Gráfico 9:</b> Importância da Participação Activa .....	83
<b>Gráfico 10:</b> Mudanças sugeridas no SE .....	84

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa examina as eleições por lista partidária fechada em Moçambique, avaliando sobretudo, os efeitos desse sistema na relação entre eleitos e eleitores. Em um contexto marcado por autoritarismo e corrupção, há preocupações sobre a prestação de contas individual dos representantes eleitos. As principais questões investigadas envolvem a representatividade política, a percepção dos eleitores, a coesão partidária e a inclusão de grupos sub-representados. São objectivos do estudo, avaliar o impacto da lista fechada na transparência e responsabilidade dos representantes e de forma específica investigar como o sistema de eleição por lista partidária fechada afecta a prestação de contas; identificar critérios usados pelos partidos políticos para a eleição dos candidatos e analisar a percepção dos eleitores em relação a prestação de contas dos candidatos eleitos por meio desse sistema. A pesquisa utiliza métodos mistos, nomeadamente, análise de dados eleitorais, pesquisas de opinião e estudos de caso. A revisão da literatura foca em estudos locais e internacionais sobre sistemas eleitorais, com destaque para as contribuições de académicos moçambicanos. Esses estudos analisam a representatividade de género, a inclusão de minorias, questões éticas, contextos históricos e comparações internacionais. A pesquisa busca preencher lacunas no entendimento do sistema eleitoral de Moçambique, fornecendo *insights* para o fortalecimento da democracia representativa no país. Ao compreender melhor as dinâmicas eleitorais e os desafios enfrentados, o estudo pretende oferecer recomendações práticas para melhorar a transparência e a prestação de contas no sistema eleitoral moçambicano. Com isso, procura-se contribuir para a promoção de uma democracia mais inclusiva e responsável, assegurando que todos os grupos, especialmente os sub-representados, tenham voz e representação adequadas no processo político.

**Palavras-chave:** Eleições; Lista Partidária Fechada; Representatividade Política

## ABSTRACT

This research paper examines closed-list party elections in Mozambique, focusing primarily on the effects of this system on the relationship between elected officials and voters. In a context marked by authoritarianism and corruption, there are concerns about the individual accountability of elected representatives. The main issues investigated involve political representativeness, voter perceptions, party cohesion, and the inclusion of underrepresented groups. The study aims to evaluate the impact of the closed-list system on the transparency and accountability of representatives and, specifically, to investigate how the closed-list party system affects accountability; identify the criteria used by political parties to select candidates and analyze voters' perceptions regarding the accountability of candidates elected through this system. The research employs mixed methods, including the analysis of electoral data, opinion polls, and case studies. The literature review focuses on local and international studies on electoral systems, with a particular emphasis on contributions from Mozambican scholars. These studies examine gender representation, minority inclusion, ethical issues, historical contexts, and international comparisons. The research seeks to fill gaps in understanding Mozambique's electoral system, providing insights to strengthen representative democracy in the country. By better understanding electoral dynamics and the challenges faced, the study aims to offer practical recommendations to improve transparency and accountability in Mozambique's electoral system. In doing so, it seeks to contribute to the promotion of a more inclusive and accountable democracy, ensuring that all groups, especially the underrepresented, have adequate voice and representation in the political process.

**Keywords:** Elections; Closed-List Party; Political Representativeness

## CAPÍTULO – I. INTRODUÇÃO

Com a promulgação da nova Constituição da República, em 1990, que redefiniu a liberalização económica e a abertura política, Moçambique adoptou o método eleitoral de Lista Fechada para a eleição dos membros dos órgãos legislativos locais e da Assembleia da República. Nesse sistema, os eleitores votam em um partido político, e não em candidatos individuais. Os eleitos são determinados pela ordem na lista do partido, e o número de assentos que o partido ocupa nas legislaturas depende da percentagem de votos que recebe.

Esse sistema eleitoral oferece algumas vantagens, como a promoção da representação de grupos minoritários, o fortalecimento dos partidos políticos e a facilitação da formação de coalizões governamentais. No entanto, tem sido criticado por limitar a responsabilidade individual dos representantes eleitos, um dos princípios fundamentais da democracia representativa.

A eleição por lista partidária fechada pode dificultar a prestação de contas dos eleitos por dois motivos principais. Primeiro, os eleitores votam no partido, o que limita o conhecimento sobre as qualificações e posições dos candidatos individuais. Segundo, os representantes eleitos tendem a seguir as directrizes do partido, mesmo que essas não reflectam os interesses directos dos eleitores, com receio de perder apoio nas futuras eleições.

No contexto de Moçambique, essas preocupações são especialmente pertinentes, dado o histórico de autoritarismo e corrupção, além de uma democracia representativa em fase de consolidação.

Diante das limitações desse sistema, o presente trabalho de pesquisa busca entender como a eleição por lista fechada afecta a relação entre eleitos e eleitores em Moçambique. O objectivo é explorar se este sistema reduz a responsabilidade individual dos representantes eleitos.

A pesquisa adopta métodos mistos, incluindo análise de dados eleitorais, pesquisas de opinião e estudos de caso de sistemas eleitorais específicos. Foram realizadas entrevistas com eleitores e políticos, além de análises quantitativas, para se obter uma visão ampla sobre a relação entre a eleição por lista partidária fechada e a prestação de contas dos eleitos.

Os resultados desta pesquisa podem fornecer subsídios valiosos para formuladores de políticas e legisladores que desejam reforçar a democracia representativa em Moçambique. Além disso, os achados podem auxiliar na identificação de melhorias ou alternativas ao atual sistema

eleitoral, visando fortalecer a responsabilidade individual dos representantes, além de aumentar a conscientização pública sobre a importância da prestação de contas na democracia.

### 1.1. Contextualização

Em Moçambique, as eleições por lista partidária fechada representam um componente fundamental do sistema político do país. Nesse modelo, os eleitores votam em listas de candidatos previamente seleccionadas pelos partidos políticos, ao invés de escolherem candidatos individuais. Esse método tem implicações profundas na forma como a representação política é estruturada, influenciando tanto a dinâmica partidária quanto a relação entre eleitores e eleitos. Alfazema (2017) refere que:

Um dos principais argumentos a favor da lista partidária fechada é que ela promove a coesão interna dos partidos, ao estabelecer uma ordem predeterminada dos candidatos, muitas vezes decidida pela liderança partidária. Isso pode fortalecer a disciplina interna dos partidos, garantindo que os representantes eleitos sigam as directrizes partidárias, um factor importante para a estabilidade política (p. 92).

No entanto, críticos argumentam que esse sistema pode enfraquecer a representatividade real dos eleitores, uma vez que estes têm pouca ou nenhuma influência sobre quais candidatos individuais serão eleitos. A ausência de escolha directa pelos eleitores pode ser vista como uma limitação à expressão individual e à accountability dos representantes (Nuvunga, 2016, p. 118).

Uma alternativa amplamente discutida à lista partidária fechada é a adopção de um sistema de lista aberta ou mista, no qual os eleitores podem votar directamente em candidatos individuais, além de votar em partidos. Nesse modelo, os eleitores têm a oportunidade de influenciar a ordem dos candidatos dentro de uma lista, garantindo que os mais votados pelo público sejam eleitos, ao invés de depender exclusivamente das decisões internas do partido (Castelo Branco, 2014, p. 143).

Esse sistema poderia aumentar a *accountability*, permitindo aos eleitores avaliar e responsabilizar directamente os representantes por seu desempenho. Além disso, é importante considerar como as especificidades culturais, sociais e históricas de Moçambique afectam a implementação do sistema de lista fechada.

A diversidade étnica e cultural do país, por exemplo, influencia a maneira como os partidos organizam suas listas e como os eleitores percebem a representatividade. A lista fechada, embora favoreça a disciplina partidária, pode não reflectir adequadamente a diversidade regional e étnica, resultando em uma sub-representação de certos grupos. Por outro lado, quando bem implementada, pode ser usada para garantir a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como mulheres e minorias, se os partidos adoptarem políticas internas de promoção da diversidade em suas listas (Alfazema, 2017, p. 93).

Contudo, para que essa inclusão seja eficaz, é necessário que haja um compromisso político real com a igualdade e a diversidade, além de mecanismos de fiscalização que assegurem a aplicação dessas políticas dentro dos partidos. Caso contrário, a lista fechada pode ser apenas uma formalidade, sem promover mudanças reais na representatividade dos grupos sub-representados.

Em suma, enquanto a lista partidária fechada oferece certas vantagens em termos de disciplina partidária e estabilidade política, ela também apresenta desafios significativos no que diz respeito à representatividade e responsabilidade. A discussão sobre a adoção de um sistema de lista aberta ou mista em Moçambique surge como uma alternativa viável para aumentar a transparência e a prestação de contas, sem sacrificar a coesão interna dos partidos (Nuvunga, 2016; Castelo Branco, 2014).

## **1.2. Problematização**

A adoção do sistema de eleições por lista partidária fechada em Moçambique levanta questões cruciais sobre a transparência e a prestação de contas dos eleitos aos eleitores. Nesse modelo, a selecção dos candidatos é determinada pelos partidos políticos, limitando a influência directa do eleitorado sobre quem será escolhido para representá-lo. Essa concentração de poder nas lideranças partidárias pode criar um distanciamento entre os eleitores e seus representantes, gerando dúvidas sobre a representatividade real e dificultando a responsabilização individual dos eleitos. Sem a possibilidade de votar directamente em candidatos, os eleitores acabam dependendo das escolhas feitas pelas elites partidárias, o que pode minar a confiança no processo democrático.

A prestação de contas é um dos pilares de qualquer sistema democrático, permitindo que os eleitores fiscalizem o desempenho de seus representantes e assegurem a boa gestão dos recursos públicos. No entanto, no sistema de lista fechada, essa dinâmica se enfraquece, pois o vínculo directo entre eleitor e candidato individual é diluído. Esse distanciamento pode comprometer a capacidade dos cidadãos de exigir transparência e responsabilidade, agravando a desconfiança nas instituições políticas e no processo eleitoral. Em Moçambique, onde os desafios de governança e corrupção já são expressivos, esse modelo pode intensificar o afastamento entre a classe política e o eleitorado, comprometendo ainda mais a qualidade da democracia.

A análise do impacto desse sistema deve, portanto, considerar o contexto político e social específico de Moçambique, marcado por um histórico de guerra civil, transição para o multipartidarismo e desafios persistentes de corrupção e governança. A adoção da lista fechada foi vista inicialmente como uma forma de garantir estabilidade política e representação proporcional em um país profundamente dividido. No entanto, décadas após sua implementação, surgem questionamentos sobre como o sistema de lista partidária fechada impacta a prestação de contas e a transparência política em Moçambique? Esses aspectos são especialmente relevantes em um contexto de fragilidade institucional, onde a corrupção permeia diversos setores do governo e a desconfiança nas instituições é crescente.

Além disso, o sistema de lista partidária fechada precisa ser compreendido à luz das dinâmicas internas dos partidos políticos moçambicanos. As lideranças partidárias, muitas vezes centralizadas, exercem um papel preponderante na definição das listas, o que pode criar um ambiente de pouca competição interna e favorecer alianças políticas em detrimento da meritocracia. Esse controle rígido sobre as candidaturas não apenas afecta a representatividade, mas também influencia a coesão interna dos partidos, podendo gerar tensões e conflitos entre facções que disputam poder dentro da estrutura partidária. Essas dinâmicas internas, muitas vezes invisíveis para o público, impactam directamente as decisões políticas e a governança do país.

Diante desse cenário, surgem várias questões que orientam a análise dos desafios do sistema de lista fechada em Moçambique: (i) Como o sistema de lista fechada impacta a representatividade política, dado o controle das listas pelas lideranças partidárias? (ii) Qual é a percepção dos eleitores sobre esse sistema, e como essa percepção afecta a legitimidade do processo democrático? (iii) De que forma esse modelo influencia a coesão interna dos partidos, e quais são os efeitos na formulação de políticas públicas? (iv) Como as políticas internas dos partidos relacionadas à composição das listas contribuem ou dificultam a inclusão de grupos sub-representados, como mulheres e minorias étnicas, no cenário político moçambicano?

Essas perguntas norteiam a pesquisa ao explorar os pontos críticos do sistema eleitoral em vigor, proporcionando uma base sólida para a compreensão de suas implicações na participação democrática e na qualidade da governança. Ao aprofundar a análise sobre o funcionamento da lista fechada no contexto moçambicano, espera-se identificar soluções que possam fortalecer a democracia, promovendo maior transparência, inclusão e sobretudo a prestação de contas e representatividade no processo político do país.

### **1.3. Objectivos**

#### **1.3.1. Objectivo Geral**

- ✓ Analisar o impacto da eleição por lista partidária fechada na transparência, medindo indicadores como comunicação pública, participação e responsabilidade individual dos representantes eleitos.

#### **1.3.2. Objectivos Específicos**

- ✓ Investigar como o sistema de eleição por lista partidária fechada influencia a prestação de contas;
- ✓ Aferir dos eleitores em relação a prestação de contas dos candidatos eleitos por meio desse sistema;
- ✓ Avaliar os critérios usados pelos partidos políticos para a eleição dos candidatos explorando as implicações desses critérios para a democracia e representatividade.

### **1.4. Justificativa**

A escolha da eleição por lista partidária fechada como tema de pesquisa é motivada pela sua prevalência em sistemas políticos, tanto em Moçambique quanto ao redor do mundo, e pela necessidade de compreender o impacto dessa prática na relação entre eleitores e representantes. Este modelo eleitoral concentra o poder de selecção de candidatos nos partidos políticos, o que pode influenciar significativamente a representatividade e a prestação de contas dos eleitos.

Há uma lacuna significativa na literatura sobre como essa modalidade eleitoral afecta a prestação de contas individual dos eleitos. Poucos estudos abordam detalhadamente as implicações dessa prática para a transparência e responsabilidade dos representantes. Esta pesquisa visa preencher essa lacuna, fornecendo elementos críticos sobre os efeitos da eleição por lista partidária fechada na relação entre eleitores e eleitos.

A justificativa para este estudo reside na importância de fortalecer as bases da democracia, assegurando que os cidadãos possuam informações claras sobre seus representantes e que estes, sejam responsáveis por suas acções. Em um sistema onde os eleitores não escolhem

directamente os candidatos, é crucial entender como a prestação de contas pode ser mantida e até aprimorada.

Esta pesquisa faz uma análise sobre a lista partidária fechada se compromete a transparência e a responsabilidade ou se existem mecanismos que podem mitigar esses potenciais problemas. Além disso, a pesquisa busca entender se este sistema pode ser adaptado ou reformado para melhor servir os princípios democráticos de Moçambique, promovendo uma governança mais inclusiva e eficaz.

Assim, a pesquisa não só contribui para a literatura académica, mas também fornece sugestões práticas para legisladores e formuladores de políticas, com o objectivo de aprimorar a qualidade da democracia representativa no país.

Além disso, a escolha do sistema de lista partidária fechada como objecto de estudo se justifica pela crescente discussão sobre a necessidade de reformar sistemas eleitorais para melhorar a representatividade e a conexão entre eleitores e eleitos. Em muitos países, inclusive em Moçambique, há um debate contínuo sobre a eficácia desse modelo em reflectir a vontade popular e em garantir que os representantes eleitos sejam verdadeiramente responsáveis perante seus eleitores. Esta pesquisa busca contribuir para esse debate, explorando como o modelo atual pode ser aprimorado para melhor atender às demandas por transparência e responsabilidade.

A pesquisa também considera o contexto histórico e político específico de Moçambique, onde a jovem democracia enfrenta desafios únicos. Através de uma análise cuidadosa do impacto da lista partidária fechada no cenário político do país, este estudo pretende identificar tanto os benefícios quanto as limitações desse sistema eleitoral. Ao fornecer uma compreensão mais profunda dessas dinâmicas, o estudo poderá ajudar a informar futuras reformas eleitorais que promovam uma governança mais inclusiva e responsável, fortalecendo assim a confiança pública nas instituições democráticas de Moçambique.

### **1.5. Delimitação da Pesquisa**

No âmbito desta pesquisa sobre as eleições por lista partidária fechada em Moçambique, foram estabelecidos parâmetros específicos para concentrar e direccionar a investigação de maneira mais precisa. O estudo abrange a análise do sistema de eleições por lista partidária fechada em Moçambique, com enfoque nas implicações políticas, representatividade e dinâmicas partidárias.

Para delimitar a pesquisa, foram definidos os seguintes aspectos: **(i) Âmbito Geográfico-** a pesquisa foi realizada em Moçambique, focando especificamente nas eleições legislativas. Este recorte geográfico permitirá uma compreensão detalhada do contexto político e das particularidades do sistema eleitoral moçambicano. **(ii) Em termo do espaço temporal-** a pesquisa abrangeu desde o início da democratização do país. Este recorte temporal histórico é crucial para entender as evoluções e mudanças no sistema eleitoral, bem como os impactos históricos e contemporâneos das eleições por lista partidária fechada. **(iii) O foco Temático-** a pesquisa concentrou-se no impacto da eleição por lista partidária fechada na transparência e responsabilidade individual dos representantes eleitos. Este foco permitiu uma análise aprofundada das dinâmicas políticas, destacando o papel desse sistema eleitoral específico na conduta e prestação de contas dos representantes políticos moçambicanos.

Dessa forma, a delimitação estabelecida orientou na colecta de dados, análises e conclusões, proporcionando uma investigação mais precisa e contextualmente relevante para o cenário político moçambicano. Ao definir claramente esses parâmetros, a pesquisa busca fornecer *insights* valiosos sobre como o sistema de lista partidária fechada afecta a governança e a confiança pública nas instituições políticas. Isso não só contribuirá para o entendimento académico, mas também poderão ajudar na reforma política e particularmente no sistema eleitoral que promovam uma maior transparência e responsabilidade no processo democrático em Moçambique.

Ao estabelecer um âmbito geográfico específico, a pesquisa garante uma análise detalhada do contexto político moçambicano, com foco nas eleições legislativas. A escolha do período de tempo desde o início da democratização do país é estratégica para capturar as transformações e impactos históricos desse sistema eleitoral. Além disso, o foco temático na transparência e responsabilidade dos representantes eleitos oferece uma perspectiva crítica das dinâmicas políticas e das consequências do sistema de lista fechada na governança.

Essas delimitações orientaram a pesquisa de maneira que os dados colectados e as análises realizadas fossem contextualmente relevantes, contribuindo para um entendimento aprofundado das questões políticas em Moçambique. Além de enriquecer o conhecimento académico, os resultados obtidos podem ser úteis para informar políticas e reformas eleitorais que visem melhorar a transparência e a responsabilidade no processo democrático do país.

## 1.6. Questões de Pesquisa

As questões de pesquisa desempenham um papel central na orientação e delimitação deste estudo, que visam analisar o impacto do sistema eleitoral de lista partidária fechada em Moçambique, particularmente à transparência e à prestação de contas dos eleitos. Diante das complexidades políticas e históricas do país, estas questões são formuladas para investigar como o modelo de lista fechada influencia a representatividade, a legitimidade democrática e a inclusão de grupos marginalizados.

Segundo Silva e Gomes (2021), "a formulação adequada de questões de pesquisa é fundamental para direccionar a investigação e aprofundar a análise das dinâmicas sociais" (p. 45). Ao explorar esses aspectos, busca-se fornecer uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas políticas moçambicanas e dos desafios associados à responsabilização dos representantes eleitos nesse contexto.

1. Como o sistema de lista partidária fechada em Moçambique impacta a prestação de contas dos representantes eleitos aos eleitores?

Esta questão busca explorar como o sistema eleitoral afecta a responsabilidade individual dos eleitos, dado que os eleitores votam em partidos e não em candidatos individuais.

2. Quais são os critérios utilizados pelos partidos políticos em Moçambique para a selecção de candidatos nas eleições por lista fechada?

Focada em entender as dinâmicas internas dos partidos, esta questão visa identificar se os critérios utilizados para a escolha dos candidatos promovem a meritocracia ou favorecem alianças políticas.

3. Como os eleitores moçambicanos percebem o sistema de lista partidária fechada e quais são os seus efeitos na confiança e legitimidade do processo democrático?

Esta questão examina a percepção pública sobre o sistema eleitoral e sua influência na credibilidade e transparência do processo eleitoral.

4. De que maneira o sistema de lista partidária fechada influencia a coesão interna dos partidos políticos em Moçambique e as decisões sobre políticas públicas?

Essas questões são fundamentais para guiar a pesquisa e contribuir para a análise crítica do sistema de lista fechada em Moçambique, além de propor soluções para aumentar a transparência e a responsabilidade no processo eleitoral, sendo que a primeira pergunta será a chave desta pesquisa.

### **1.7. Estrutura do Trabalho**

Este trabalho está dividido em cinco (05) capítulos.

O primeiro capítulo faz referência a apresentação do tema. Nesta parte do trabalho é apresentada contextualização, o problema da pesquisa, os objectivos, a justificativa, e delimitação da pesquisa.

O segundo capítulo aborda a revisão da literatura, onde com base nos vários actores busca-se trazer os conceitos sobre o tema nomeadamente: Democracia, Eleições e sistemas eleitorais.

O terceiro capítulo faz referência a Metodologia usada na pesquisa. Buscou-se nesta parte do trabalho classificar do tipo de pesquisa, ilustrar os procedimentos, amostra da população, instrumento de recolha de dados, técnicas de análise de dados, variáveis de pesquisa e limitações e aspectos éticos.

O quarto capítulo faz a análise e discussão dos resultados, dados sociodemográficos, nível de educação.

O quinto capítulo faz as considerações finais e recomendações. Posto isso, vem as referências bibliográficas.

## CAPÍTULO – II. REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura é uma etapa essencial em qualquer trabalho académico, pois permite contextualizar o estudo dentro de um quadro teórico previamente estabelecido.

De acordo com Ferreira (2009), “essa etapa envolve a análise da evolução do tema e das ideias de diferentes autores sobre o assunto em questão” (p. 23).

Neste capítulo, serão abordados conceitos fundamentais e discussões teóricas que sustentam o entendimento da democracia, incluindo sua conceituação, perspectivas específicas, e as teorias de representação democrática. Dessa forma, o capítulo será estruturado em sete secções principais: Conceituação da Democracia, Perspectiva Moçambicana da Democracia, Eleição, Sistemas Eleitorais, e as Teorias de Representação Democrática. Cada uma dessas secções fornecerá uma análise detalhada dos conceitos e abordagens presentes na literatura existente, enriquecendo o entendimento do tema abordado.

### 2.1. Noção da Democracia

“Diariamente, pelo rádio, pelo jornal, pela televisão, no meio académico ou fora dele, discute-se o termo Democracia. Um conceito central na Ciência Política e mutável ao longo dos anos” (Sartori, 1994, p. 21).

Etimologicamente, a palavra Democracia tem sua origem em dois vocábulos gregos, *Demos* que quer dizer Povo e *Kracia* que significa governo ou autoridade. Traduzido literalmente, o termo Democracia induz a percepção do “governo do Povo pelo Povo” (Dahl, 2001, p. 5).

Como observa Alkan (2021), as pessoas referem-se ao termo Democracia para cobrir tudo e qualquer coisa que consideram desejável; o mesmo autor argumenta que alguns usam o termo para cobrir qualquer coisa que consideram indesejável.

Na percepção de Hofmeister (2021), a Democracia é um conceito amplamente complexo e elástico que se adequa ao contexto em que é aplicado. Para este autor, a complexidade de definir o conceito Democracia não só resulta de múltiplos mecanismos da sua operacionalização, mas, principalmente, devido a existência de vários regimes políticos cujo conteúdo se confundem com Democracias.

Held (2006), no seu pensamento também corroborado aponta que os “regimes políticos de diferentes tipos se descrevem como Democracias” (p. 10).

Apesar de ser difícil definir o termo e conceito Democracia, parte da literatura partilha alguns atributos técnicos, práticos e institucionais que podem ser incorporados na sua compreensão (Alkan, 2021, p. 34).

Na Democracia grega, por exemplo, a primeira sociedade democrática, todos os cidadãos, exceptos mulheres, crianças, escravos e estrangeiros, eram participantes activos na tomada de decisões do governo da *polis* após uma discussão generalizada na praça pública. Esta era uma Democracia directa clássica. (Azambuja, 2005, p. 18).

No mesmo pendor, o cientista político italiano, caracteriza o momento actual de Democracia, como sendo a "era confusa", na qual, nota-se uma degradação do vocabulário que dificulta a identificação do conceito Democracia em virtude da perda dos seus valores. Para o autor retrocitado, até os anos de 1940, a definição de Democracia apresentava balizas clara que diferenciavam a Democracia de outros regimes. Depois desse período, o conceito de Democracia ficou deturpado e todos passam a apreciar o regime, mas nem todos sabem defini-la (Sartoni, 1994, p. 24-25).

Diante das dificuldades de diferenciar a Democracia de outros regimes políticos correlatos, define-se o conceito Democracia, baseado nos mecanismos descritivos e normativos, onde a transmissão e o exercício do poder, que incluem a investidura, a limitação dos poderes, a substituição e a prevenção de abusos do poder, são regulados por instrumentos constitucionais. Por meio dessas regras viabiliza-se a escolha periódica de representantes políticos por meio do processo eleitoral (Sartoni, 1994, p. 27).

Dahl (1993), em concomitância, analisou as Democracias no mundo dentro do contexto dos princípios de igualdade e da liberdade do povo, como fundamentos que postulam o regime, chegou a conclusões não díspares de que, não se devia chamar os regimes democráticos modernos como Democracias, mas sim, “Poliarquias”.

Ainda Dahl (1993), defende que uma Democracia é um governo no qual o poder supremo é investido no povo e deve no mínimo, espelhar-se em princípios fundamentais de igualdade política, participação directa de todos os cidadãos com idade eleitoral activa, eleições livres e justas, sufrágio universal, liberdade de expressão e de informação e liberdade de associação,

respeito pelas instituições democráticas, separar os espaços do jurídico e moral e, portanto, guiar-se por uma Constituição da República. Caso as características atrás expostas estejam ausentes, está-se diante de um regime não democrático.

Como se pode depreender, Dahl (1993), procura na sua análise trazer uma definição ousada do conceito Democracia que divide a linha de água dos regimes democráticos e não democráticos. Uma abordagem que para o autor, ajudaria os cientistas políticos a encontrar exemplos de Democracia no mundo real e a saber facilmente se um Estado é ou não democrático.

Em contrapartida, alguns académicos defendem definições mais substantivas de Democracia tendo em conta o alcance da Democracia. Na medida que é possível encontrar Estados com todas estas características, mas que não são efectivamente uma Democracia. Por exemplo, tal como se fez menção anteriormente, apesar da Grécia Antiga ser considerada o berço da civilização democrática que inspiraria vários países, a Grécia Antiga não pode ser considerada de uma sociedade democrática, na medida em que, apenas participavam no processo de tomada de decisão, “cidadãos de pleno direito”, constituídos por homens brancos e detentores de certa propriedade. Portanto, não eram elegíveis a participar na vida política, os escravos, as mulheres e crianças independentemente do seu *status* social e origem.

A semelhança da Grécia Antiga até as primeiras décadas do século XIX, os direitos e as liberdades políticas das mulheres e escravos continuaram a ser negados não só, nos Estados Unidos da América, mas em vários países como, a França, Suíça e Brasil. Nos EUA por exemplo, afigura o autor, em relação as mulheres só viriam a conseguir direitos políticos em 1920; na Suíça e na França, a partir dos anos de 1970 (Dahl, 1993, p. 19). Enquanto no Brasil, as mulheres só passaram a ter o direito de voto em 1932, por meio de promulgação do novo Código eleitoral. Na fase inicial, o voto era apenas restringido as mulheres casadas sob o consentimento dos maridos ou viúvas e solteiras com renda própria.

Face a exclusão institucionalizada na época, os críticos da Democracia argumentam que o seu conceito como regime político que se embasa no governo do Povo pelo Povo, ignora alguns fundamentos da Democracia, notadamente, os direitos e as liberdades políticas de eleger e ser eleito. Não é esse modelo democrático que se propõe analisar no presente trabalho. Mas sim, uma Democracia, na qual o povo se governa por si mesmo directamente tal como acontecia na Grécia Antiga, como por meio de funcionários eleitos por ele para administrar os negócios públicos e fazer as leis, como sucede nos Estados modernos (Azambuja, 2005, p. 22).

Aliás, como alude Fernandes (2015), um regime democrático é aquele em que a totalidade da população adulta participa directa ou indirectamente na tomada de decisões e na escolha de governantes.

Esta definição encontra a sua ressonância no discurso do presidente norte-americano A. Lincoln (comunicação pessoal, 1809-1865, cit. por Hofmeister, 2021), que definiu a Democracia como “governo do povo, pelo povo e para o povo”. A definição exposta encontra um certo paralelismo na questão de legitimidade dos protagonistas escolhidos pelo povo, sobretudo das instituições político-administrativas que corporizam o governo, suporte do Estado.

Diante desta definição, dois aspectos merecem reflexão: o primeiro tem a ver com a escolha do governo pelo povo, o segundo está aliado a obrigação do governo ou deputados eleitos perante os cidadãos, que se faz por via de prestação de contas (*accountability*), geralmente, no parlamento. Este leva a crer que a Democracia proíbe o monopólio do poder político e atribui o poder político ao povo, que é suposto ser o verdadeiro dono do poder, e aluga este poder político, com mandatos limitados, a pessoas que ganharam o apoio do público através de eleições. Ademais, a Democracia impõe o princípio da maioria como um procedimento de atribuição de poderes e de tomada de decisões.

Perante a discrepância no mecanismo de canalização da vontade do povo, aponta-se a existência de dois tipos de Democracias: Directa e Indirecta (Fernandes, 2015, p. 40).

Para o autor, o primeiro tipo de Democracia é definido como um sistema político que envolve todas as pessoas directamente na determinação de várias políticas gerais, assuntos de Estado e consultas dentro de um país. Era uma Democracia que se verificou na Grécia Antiga. E, o segundo tipo, o qual será aprofundado nas próximas secções é de chamada Democracia indirecta. Este tipo de Democracia canaliza os desejos dos cidadãos ou do seu povo por intermédio dos seus representantes eleitos, no sufrágio eleitoral.

Fernandes (2015), para além desta categorização, dá uma contribuição importante ao discernir a Democracia em dois tipos: a Democracia Liberal e a Democracia Comunista. Para o autor, a diferença fundamental entre estes dois tipos de Democracia reside no facto de a liberal pautar por um governo com poderes limitados. No caso de um país que adote a Democracia liberal, a exemplo do nosso caso, Moçambique desde 1990, aplica como princípios basilares assentes no reconhecimento dos direitos humanos fundamentais, divisão de poderes, Estado de direito que

postula o império da lei, a igualdade perante a lei, uma constituição e processo periódico de eleição, pois caso não haja isso, não é Democracia.

Por seu turno, Schumpeter (1984), ao referir-se ao conceito de Democracia:

Inaugura um conjunto de reflexões e debates, cujas bases da sua análise estão centradas na competição pela liderança política. Ainda que reconheça a não existência de um bem comum genuíno, em virtude de não existir uma consciência colectiva e um valor racional sobre este bem, define “Democracia como arranjo institucional que busca a realização do bem comum, fazendo o próprio povo decidir sobre as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse mesmo povo” (p. 65).

Neste contexto, caracteriza-se a Democracia como um regime que prima pela concorrência organizada dos Partidos Políticos, Indivíduos independentes ou Coligações pelo voto num sufrágio universal. E em face disso, aponta-se a Democracia como um regime político de livre competição pelo voto livre, que dispõe de uma constituição que defende o respeito das liberdades fundamentais do cidadão e oferece uma protecção dos diferentes segmentos populacionais; e que a Democracia não pode ser consolidada num país se não houver uma sociedade civil crescente e crítica que ajude a controlar as acções e decisões do governo (Schumpeter, 1984, p. 70).

## **2.2. Perspectiva de Democracia em Moçambique**

Macuacua (2011), reconhece a Democracia como melhor modelo de governação. Embora não seja um regime perfeito como apontou, a Democracia deve garantir a participação de toda colectividade, sucessivas eleições e não se deve restringir a certos Partidos Políticos, ou indivíduos.

Igualmente Mazula (2000), enxerga a Democracia como um sistema político que favorece melhores condições de liberdades individuais, participação na vida política, justiça e edificação de instituições, democraticamente. Contudo, o autor sugere a necessidade de periodicamente avaliar-se a Democracia multipartidária para averiguar a materialização dos seus fundamentos.

Porém, para o presente trabalho, o conceito de Democracia deve ser lido à luz dos pressupostos analíticos fornecidos, segundo os quais, a Democracia é um regime político em que o povo se

governa por si mesmo, quer directamente, quer por via dos representantes eleitos por ele, para administrar os negócios públicos e elaborar leis (Ngoenha, 2004, p. 78).

Severino Ngoenha (20024) refere que:

A Democracia está para além de um processo eleitoral. Ela está relacionada ao respeito pelas liberdades individuais e dos grupos, de participarem das decisões públicas, por ser uma forma de governo que tem como fundamento de acordo com as decisões da maioria. Em outra perspectiva, a Democracia como um conjunto de valores e instituições que encarnam esses valores (p. 80).

Uma das grandes contribuições, é ver a Democracia não apenas como um regime, mas, e sobretudo, como um espaço de reconciliação e de consensos, de respeito ao direito conferido aos cidadãos de um país que detém o acordo democrático com o Estado, de participar em procedimentos eleitorais livres, justos e competitivos. Isto implica uma forma de limitação do poder do político, aos quais o povo delegou para lhe representar, no sentido de que ninguém pode abusar do poder e da autoridade (Ngoenha, 2004).

Em suma, a ideologia democrática entende que o povo é a fonte de todo poder político. Dito isto, vários autores são uníssonos em apontar a Democracia como uma forma de governo que capacita o povo a exercer controlo político, limita o poder do chefe de Estado, impõe a separação dos diferentes órgãos do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), salvaguarda dos direitos e as liberdades dos cidadãos. Esta é uma definição maximalista do conceito utilizado por cientistas políticos. Neste quesito, como se debruçará na secção a seguir, as eleições ocupam uma posição importante como um dos pré-requisitos da Democracia (Ngoenha, 2004).

Para Chongo (2004), em Moçambique, a produção académica tem destacado, a actual democracia, como tendo nascido na década de 1990, numa conjuntura marcada por guerra civil e emergência da terceira onda democratizante. Não obstante o processo de transição política ser marcado por avanços e recuos, sobre o qual actuaram diferentes instituições e múltiplas forças - com destaque para a FRELIMO e RENAMO e da sociedade civil.

### **2.3.Eleição**

Vários estudos são uníssonos de que o termo eleição tem sua origem do Latim, *electio*, que quer dizer escolher, seleccionar, eleger algo/alguma coisa, extraí-la de seu universo (conjunto) (Correia, 2001; Baloi, 2001).

Como destaca Correia (2001), a “eleição é todo processo que envolve a votação de um candidato para um determinado cargo num determinado período” (p. 35).

Em Ciências Políticas, a eleição é um processo através do qual, o cidadão expressa o seu voto. Cada uma dessas pessoas chama-se eleitor, e devem possuir certos requisitos legais da capacidade eleitoral, que pressupõe ter idade eleitoral, sanidade mental, não esteja condenado por crime contra a segurança do Estado, por crimes que correspondam a pena maior, prisão pela prática de crimes desonrosos ou outros que manifestem sua incompatibilidade (Baloi, 2001).

Nas Democracias liberais, a Eleição é incontornável porque permite seleccionar os candidatos a representantes parlamentares ou dirigentes do país. Para além de ser um recipiente que filtra o representante do povo ou os líderes nacionais, as eleições estão também associadas ao Estado de Direito, pois é através das eleições que o povo pode eleger os seus representantes que têm o direito de criar leis, controlar ou implementar a vontade do povo delineada pelos seus representantes (Correia, 2001).

Note-se que as Democracias liberais modernas são basicamente sistemas políticos representativos. Isto significa dizer que um governo democrático é legítimo na medida em que é constituído através de alguma forma de escolha expressa pela maioria dos cidadãos. O acto de escolher mediante o voto chama-se sufrágio. Como indica Obede Baloi, a eleição é um processo que dá voz aos cidadãos de escolher a liderança política, (Baloi, 200).

De acordo Baloi (2001), ao referir-se, ainda, a eleição:

A eleição joga um papel importante nos regimes democráticos liberais, porque reforça a estabilidade e a legitimidade da política, liga os cidadãos uns aos outros, confirmando assim, a viabilidade do sistema político. Consequentemente, a eleição contribui para facilitar a integração social e política, dá às pessoas a oportunidade de se exprimirem através da expressão do seu partidarismo, e satisfazerem as suas necessidades de sentirem que pertencem a um grupo (p. 50).

Por isso, a longa batalha pelo direito de voto e a exigência de igualdade na participação eleitoral podem ser vistas como a manifestação de um profundo desejo humano de realização pessoal. Em primeiro lugar, as eleições não são apenas eleições: fazem parte de um processo. Em segundo lugar, as eleições determinam a liderança e a continuidade ou mudança da liderança. Em terceiro, mesmo as eleições com falhas podem ter valor na institucionalização da integridade eleitoral, desde que os ciclos eleitorais subsequentes reforcem os princípios democráticos ou eleitorais fundamentais. Portanto, quer sejam realizadas sob regimes

autoritários, baseado em fraudes, sem qualquer significado político, quer, para além de enchimento das urnas à porta fechada ou apagões de energia, as eleições constituem um aspecto ritualístico num regime democrático (Ngoenha, 2004).

Nas eleições gerais, são estabelecidos por lei certos parâmetros de que o eleitor deve votar e deve ser votado. Os candidatos oferecem promessas e programas durante a campanha. A campanha é efectuada durante um período específico, na véspera do dia da votação. Após a votação, inicia-se o processo de contagem dos votos. O vencedor das eleições é determinado pelas regras do jogo ou pelo sistema de determinação do vencedor previamente definido e aprovado pelos participantes e divulgado aos eleitores. Para funcionar, as eleições são realizadas de forma eficaz e eficiente com base nos princípios de directo, livre, secreto, honesto e justo.

Deste modo, Baloi (2001) dá ênfase a eleição como o meio mais crítico e visível através do qual, todos os cidadãos podem escolher ou remover pacificamente os seus líderes seja ele em Democracias frágeis ou em regimes democráticos estabelecidos.

Em adição, “as eleições são os principais instrumentos que obrigam ou encorajam os decisores políticos a prestar atenção aos cidadãos (*accountability*)” (Correia, 2001, p. 42).

Parte significativa da literatura consultada que trata dos processos eleitorais segue dois tipos de pensamento: o primeiro raciocínio está relacionado a questão avaliativa, cuja escolha eleitoral se baseia na avaliação de desempenho vivido, potencial do candidato ou partido concorrente; e o segundo raciocínio tem a ver com questão não-avaliativa. Sob este raciocínio, a escolha é baseada em afinidades e identidades, principalmente com o partido concorrente. É neste contexto que Manin, Przeworski, e Stokes vem as eleições como uma indústria que selecciona boas políticas ou políticos que sustentam determinadas políticas” (Manin, et al., 1999).

Além disso, as eleições servem de um objectivo de autorrealização ao confirmarem o valor e a dignidade de cada cidadão enquanto ser humano. Independentemente de outras necessidades que os eleitores possam ter, a participação numa eleição serve para reforçar a sua autoestima e o seu respeito por si próprio. A eleição dá às pessoas a oportunidade de exprimirem o seu sentimento e satisfação de que pertencem a um grupo (Manin, et al., 1999).

Neste contexto, os pilares fundadores de qualquer sistema político democrático, seja ele considerado frágil ou estabelecido, continuam a ser, sem dúvida, as eleições, que podem ser

consideradas como o meio mais crítico e visível através do qual, todos os cidadãos podem escolher ou remover pacificamente os seus líderes (Azambuja, 2005).

Ngoenha (2004), semelhante contendo, aponta as eleições como principais instrumentos que obrigam ou encorajam os decisores políticos a prestar atenção aos cidadãos. E justifica-se este papel porque sob ponto de prestação de contas (*accountability*), “as eleições mantêm o governo responsável no poder, devido aos bons resultados e acções passadas” (p. 70).

Nesta linha de pensamento, as eleições servem de meio de punição aos governantes que não satisfizeram os seus eleitores durante o seu mandato, ou premiação aos governantes que tiveram bom desempenho durante o seu mandato. Aliás, como denota o autor, os eleitores são racionais, isto é, cada um deles, concebe as eleições estritamente como meio de selecção de governo que mais o beneficiará.

Tal como o indivíduo, busca maximizar os seus próprios benefícios e interesses seleccionando o produto ou serviço mais adequado no mercado livre, na democracia liberal os eleitores buscam individualmente escolher um político ou partido que prometa proporcionar mais benefícios ao eleitor individual. Contudo, as principais preocupações dos políticos são ganhar ou manter-se no cargo. Este facto exige que os políticos actuem de acordo com os interesses e benefícios específicos dos eleitores (Duverger, 1996).

Neste jogo, o cidadão não busca decidir as políticas do governo eleito, mas seleccionar as pessoas que irão decidir as políticas em seu nome. Por outras palavras, depois de o povo escolher a pessoa através de voto, a questão da política passa a ser do individuo eleito e não mais dos eleitores. Ademais, adopta uma abordagem semelhante à do jogo de mercado da política para explicar a ideia de competição por cargos nos regimes democráticos (Schumpeter, 1984).

Contudo, tal como se fez alusão à Democracia excludente da Grécia Antiga, actualmente, nem todos os cidadãos são elegíveis a participar nos processos de eleição. Existem pressupostos bases para que o cidadão seja elegível nos pleitos eleitorais, quais sejam, desde que tenha idade não inferior a 18 anos até a data das eleições, não seja preso, tenha uma capacidade eleitoral activa, isto é, esteja em pleno gozo das suas faculdades mentais. Refira-se, no entanto, que as eleições e o voto desafiam a democracia, quando o grau de adesão nos pleitos eleitorais sofre oscilações, quando valores de uma cultura política democrática não são respeitados, quando a

credibilidade das instituições é baixa e quando a actuação da sociedade civil e dos partidos são frágeis.

#### **2.4. Sistemas eleitorais**

A emergência dos partidos políticos enquanto actores centrais de agregação de preferências e interesses que legitimam o processo eleitoral, exigiu a criação de procedimentos normativos que pudessem regular o processo, conhecidos por sistemas eleitorais. Vários estudos têm contribuído na concepção, compreensão e análise dos sistemas eleitorais ao longo do tempo. Nesses autores, destaca-se Arend Lijphart, um cientista político americano que tem se dedicado nos seus estudos aos temas da Democracia e funcionamento das instituições democráticas. Como atenta Arend Lijphart, sistema eleitoral é um conjunto de regras, procedimentos e práticas que sujeita a eleição e condicionam o exercício do direito de sufrágio num determinado país (Lijphart, 1994).

Na perspectiva de Miranda (2004), o sistema eleitoral regula os padrões de conduta dos vários actores eleitorais (candidatos, eleitores, partidos políticos, a comunicação social, polícia, observadores). Como parte integrante da Democracia, Sistema Eleitoral molda o processo eleitoral e assume-se como um elemento estrutural do regime democrático. Apesar de existir pouca inovação, os sistemas eleitorais não são uniformes, eles variam de acordo com a história política do país. Por outro lado, há uma correlação entre o sistema eleitoral e o sistema político, identificando-se com facilidade que os sistemas maioritários tendem a ser bipartidários, enquanto os sistemas proporcionais tendem ao pluripartidarismo.

Em concomitância, Duverguer (1996), argumenta que o sistema eleitoral abrange critérios como; a capacidade eleitoral activa (quem pode ser eleitor) e passiva (quem pode ser candidato), o regime de recenseamento eleitoral (obrigatório ou facultativo), a natureza do sufrágio (universal/restrito, igualitário/ou não, direto/indireto, fechado/aberto, individual/lista, plurinominal/uninominal), a dimensão dos círculos eleitorais (nacional/único, regional, provincial, distrital), as condições de proposta das candidaturas (quem pode apresentar as candidaturas; partidos, grupos de cidadãos, indivíduos).

Além disso, os sistemas eleitorais, descrevem a primazia do controlo de financiamento das campanhas (público/privado), a regulação, segurança e garantias eleitorais, o processo de votação (voto presencial/não presencial, liberdade de voto, número de voto a que cada eleitor

tem direito), o modo de apuramento (regularidade, transparência e apuramento de votos – a sua demora ou rapidez), o contencioso eleitoral (controlo da regularidade do processo eleitoral).

Essas regras incluem aspectos como o método de votação, a composição dos órgãos eleitorais, a distribuição de assentos parlamentares e a forma como os votos são contados e transformados em representação política. Ainda, existem cinco elementos fundamentais de um sistema eleitoral notadamente: método de votação, delimitação de distritos eleitorais, composição dos órgãos eleitorais, atribuição de assentos e cláusulas de barreira (Duverger, 1996).

O primeiro elemento, refere-se à maneira como os eleitores expressam suas preferências durante as eleições. Isso pode incluir sistemas como voto maioritário simples, voto em lista, voto único transferível e representação proporcional.

O segundo elemento define como as áreas geográficas que estão divididas para fins eleitorais. Isso pode afectar a representatividade e a equidade do sistema, especialmente em países com diferentes densidades populacionais ou características regionais distintas. Além disso é na geografia eleitoral onde são constituídos os números de lugares disponíveis na Assembleia, daí o seu grande relevo no sistema eleitoral.

O terceiro elemento, decreta as instituições responsáveis pela organização e supervisão dos processos eleitorais, bem como a contagem e certificação dos resultados. Isso inclui a nomeação de comissões eleitorais independentes e a garantia de sua imparcialidade e transparência do processo eleitoral.

No quarto elemento, determina-se como os votos são convertidos em assentos legislativos ou executivos. Isso pode ser feito por meio de diferentes métodos, como divisores eleitorais, quotas ou sistemas de representação proporcional.

No último elemento, destaca-se as disposições legais que estabelecem um limite mínimo de votos que um partido deve obter para garantir a representação parlamentar. Isso visa evitar a fragmentação excessiva do legislativo e promover a estabilidade governamental. Juntam-se aos elementos arrolados, os mecanismos de garantia da equidade que incluem disposições para garantir a representação de minorias étnicas, de género ou regionais, bem como medidas para combater a corrupção eleitoral e o abuso de poder.

Portanto, como se pode depreender, as regras de um sistema eleitoral são consideradas complexas, tendo sido propostos diferentes esquemas de classificação para reduzir problema de divisão de assentos baseado nos sistemas eleitorais maioritários, proporcional ou de representação proporcional e um terceiro sistema misto.

No presente trabalho, o sistema eleitoral deve ser concebido como um conjunto de regras que definem o processo, que se traduz entre outras, como um eleitor pode fazer suas escolhas e, igualmente, de como os votos são contabilizados, para serem transformados em mandatos (cadeiras no legislativo e/ou chefias no executivo). Em cada eleição aplica-se um determinado sistema eleitoral, ou seja, um conjunto de regras eleitorais. (Lijphart, 1994).

### **2.5. Teoria de representação democrática**

A ideia de Democracia representativa, está subjacente na “participação dos governados no governo, quer de forma indirecta quer da directa”. Portanto, como denota o próprio nome, representar significa ser a imagem que simboliza ou serve como substituto ou agente de outrem, isto é, delegar poderes ou competências a outrem. A ideia inicia com Thomas Hobbes, na sua obra *Leviatã* onde discute de forma extensa e sistematizada o conceito de representação (Hobbes, 2014).

Nestas abordagens, parte da noção de contrato social, com o qual os indivíduos fundam o Estado. Nesse sentido, o autor vê a representação como autorização para agir, uma operação pela qual, o polo do representado é esvaziado em favor do polo representante cabendo ao representante, o controlo da acção, podendo agir como quiser, sem se preocupar em responder de alguma maneira aos representados.

Na Ciência Política, “Democracia representativa sugere a forma de exercício do poder político em que o povo de um determinado país, elege os seus representantes, através do voto nas eleições” (Urbinati, 2006, p. 72).

Lima Júnior (1997), define representação como autorização e delegação, que vinculam o indivíduo ao poder instituído. Tal acto, segundo o autor, reside na transferência de autoridade ao representante, em que este último recebe o direito de agir como se fosse o próprio representado.

Ainda sobre a questão de representação, Bobbio (2015) define o conceito de representação como “uma coisa que representa a outra” (p. 58).

Hanna Pitkin (1967), por seu turno, conceitua o termo de representação “como tornar presente, num certo sentido”, algo que, no entanto, não está presente literalmente ou de facto (p. 102).

Embora a definição do conceito possa, ela própria, incluir algum conteúdo normativo, o conceito de representação assume várias formas e conotações, todas elas remetendo para uma escolha normativa relativamente ao papel e à função dos representantes. Como observam, a Democracia representativa define-se essencialmente pela participação por meio do voto na escolha de representantes comprometidos com certos diagnósticos e soluções dos problemas sociais relevantes (Almeida e Lavallo, 2020).

Desta forma, o representante não é alguém que age por si mesmo: suas acções e palavras pertencem à outra pessoa, à pessoa que o autorizou a agir. Tal facto desperta a curiosidade de entender como os governos lidam com seus cidadãos, permitindo ou perseguindo seus direitos e suas liberdades, pontos que serão melhor explicados no decorrer deste trabalho.

Ademais, os defensores de democracia clássica são críticos a democracia de representativa e apoiam a autorrepresentação como modelo ideal na democracia. O filósofo suíço do século XVIII, por exemplo, defende que a verdadeira forma de Democracia é a Democracia directa. No seu entendimento, a soberania popular diz respeito ao exercício do poder legislativo, isto é, ao poder de fazer leis, à participação directa do povo nas assembleias, sem a presença do elemento da representatividade (Rousseau, 1999).

Rousseau (1999), vai mais longe nos seus argumentos. Para o autor, a soberania é inalienável e indivisível, tal como expresso em diferentes Constituições da República, isto é, o acto de fazer leis é justamente o aspecto intransferível da vida política, o qual não pode ser exercido por representantes, mas sim, pelo próprio povo reunido em assembleia. Assim, o povo reunido legislando se torna soberano, e somente sob essa condição de soberania. Em outras palavras, a soberania ou o acto de legislar do povo significa a afirmação de sua vontade e, disso, o povo não pode abrir mão sem se tornar escravo ou assinar sua servidão.

Diante do exposto, Rousseau (1999) defende autorrepresentação que seria a condição para a legitimidade do agir político. Na sua abordagem, o autor utiliza a noção de vontade individual com algo que não se representa, recusando, portanto, a representação como um recurso político

válido na democracia. E vai mais longe, apontando que as pessoas são livres apenas quando se autogovernam, isto é, quando o povo faz as suas próprias leis sem intermediação.

Ademais, Rousseau (1999), afirma não existir espaço para a responsabilização. Por outras palavras, a autorização relativa à ideia de representação não inclui a responsabilização dos representantes perante os membros da comunidade. Ainda que a democracia directa tenha como valor principal a participação do maior número possível de cidadãos para tomar decisões substantivas sobre questões que as afectam, essa versão enfática de participação inclusiva, traz consigo algumas limitações na actualidade.

A primeira limitação está relacionada a disponibilidade de tempo. Diferentemente dos “cidadãos gregos” que dispunham de escravos que trabalhavam para eles e de tempo para discutir e participar na sua sociedade através da Democracia directa, actualmente nem todos os cidadãos dispõem de tempo. A segunda limitação está aliada a quantidade da população e extensão geográfica dos Estados modernos que seria impossível reunir todos os cidadãos de um país numa assembleia, ao mesmo tempo.

Com base nas limitações expostas vários autores que endossam a representação democrática defendem ser quase improvável, na actualidade, existir uma verdadeira Democracia regida por meio de uma participação directa na tomada das decisões, por um lado, como se referiu anteriormente, devido a existência de unidades políticas geograficamente grandes, e por outro, em virtude dos Estados pós Westfália se caracterizarem pela existência de uma população numerosa (Bobbio, 2015).

Pitkin (1967), na mesma linha de pensamento, argumenta que a Democracia directa só é possível numa sociedade pequena. Neste contexto, o autor defende a Democracia representativa, salientando que a assembleia deve ser pequena e o regime devia ser grande.

É sob este viés que Miller (2004), aponta a representação como um modelo central e o melhor regime político e incontornável para a Democracias contemporânea, devido a impossibilidade de contemplar presencialmente todos os cidadãos que vivem nos países, no mesmo espaço geográfico, e ao mesmo tempo.

Ademais, a Democracia representativa deriva, principalmente, do pressuposto de que a Democracia directa é incapaz de funcionar eficazmente em grandes políticas, devido a grandeza

territorial, do número de população dos Estados modernos e de existência de vários partidos políticos que passaram a ser o mecanismo central de tomada de decisões (Bobbio, 2015).

Embora o entendimento da Democracia representativa pareça fornecer uma concepção, que estabelece uma base técnica e institucional, que aceita as condições actuais da política e dos mecanismos de tomada de decisão, na era moderna fundada no pressuposto normativo e ideológico assente na ideia de que a participação democrática representativa é apenas escolher e não decidir, considerada esta concepção minimalista. Porque, para que se torne democrática, a representação deve acoplar a uma cultura deliberativa que estimula os cidadãos nos assuntos políticos. Nesse sentido, num regime democrático representativo, as decisões devem ser formuladas durante o debate na Assembleia da República, dentro dos partidos com assentos no legislativo (Miller, 2004).

Com base no pressuposto exposto, Bobbio (2015), descreve a democracia representativa como um modelo político que assume a forma de um governo parlamentar baseado em partidos políticos que funcionam principalmente, através de representantes eleitos. Contrariamente ao modelo de democracia directa, no modelo representativo, o papel dos cidadãos limita-se a exprimir as suas preferências por meio do voto deixando a definição das políticas aos representantes interinos.

As abordagens teóricas expressas anteriormente, atribuem um papel significativo aos representantes e levanta questões relativas à responsabilidade e à realização de interesses particulares ou individuais. A partir de então, com os pressupostos apresentados por Mill e Bobbio, a Democracia directa, onde todos participam de forma linear fica ultrapassada nos ditames políticos modernos.

Porém, distingue-se dois tipos de representação: a representação descritiva e a representação substantiva. A primeira diz respeito ao número ou ao rácio de representantes eleitos para as instituições políticas que representam as diferentes parcelas da sociedade, ou seja, as mulheres, as minorias étnicas e religiosas e as ideologias. A segunda representação, está aliada aos efeitos e aos papéis activos desempenhados pelos representantes nos processos de tomada de decisões e na elaboração de políticas. Neste diapasão, busca-se o termo *responsividade*, para se referir que tanto o representante como o representado devem ter uma certa autonomia. Uma vez que, uma representação democrática genuína ocorre quando o representante actua em nome do representado (Pitkin, 1967).

Neste sentido, pode ser traçada uma linha semelhante entre a “noção substantiva de representação” e os representantes autorizados e responsáveis. Os representantes políticos podem responder aos seus eleitores sem necessariamente lhes prestar contas ou dar uma explicação das suas acções. Este último argumento leva a questionar sobre o papel do representante. Considerado um defensor do seu círculo eleitoral particular (Azambuja, 2005).

Esta visão defende que os representantes são guardiões, não promovendo nem os seus próprios interesses nem os dos seus constituintes, mas sim os interesses mais amplos da sociedade como um todo.

Ademais, o conflito entre os interesses privados do eleitorado de um político e os interesses da sociedade em geral, juntamente com a competição para o cargo político constitui uma das condições básicas da democracia representativa. Esta abordagem, como diz Fernandes, pode ser considerada como um exemplo da versão elitista que concebe os representantes políticos como independentes dos seus eleitores e não deixa espaço para qualquer elemento de responsabilização (Fernandes, 2015).

Por outras palavras, uma vez que o representante deve um julgamento aos constituintes, estes podem pedir esse julgamento durante o processo eleitoral e por conseguinte, isso significa que: (i) a responsabilização perante os eleitores não é necessária entre eleições; e (ii) os representantes podem comportar-se de forma mais independente (Fernandes, 2015).

Ademais, ser um representante não significa automaticamente ser autorizado. Além disso, de acordo com algumas perspectivas, um representante não deve ser responsável ou responder aos seus constituintes ou actuar apenas com base nos seus interesses particulares.

Porém, para Schumpeter (1984), a democracia representativa deve ser considerada como um compromisso inescapável e inevitável para os partidos políticos nas democracias modernas, uma vez que tal como vem-se mencionando, consultar regularmente o povo como um todo seria praticamente impossível. Com base no facto, nas condições modernas, apenas a representação pode tornar a democracia possível. Alias, a democracia representativa é a ideia de que todo o povo ou parte numerosa exerce, através de deputados periodicamente eleitos o poder de controlo final.

Na mesma linha de pensamento, a democracia representativa permite que os cidadãos se governem a si próprios em políticas que vão para além das comunidades mais pequenas,

permitindo que os líderes mobilizem opiniões que facilitem o consenso e lhes permitam implementar políticas.

Joseph Schumpeter (1984) e Dahl (1993) consideram a democracia representativa um dos entendimentos mais dominantes na actualidade. A par disso, a democracia indirecta como um dado adquirido. Neste diapasão, ênfatiza à competição pelo poder e sublinha a importância das eleições e do voto. No entanto, propõem duas condições adicionais para completar a lista de requisitos de uma democracia representativa. A primeira condição é que os funcionários eleitos pelo povo devem ser capazes de exercer os seus poderes constitucionais sem serem sujeitos a uma oposição dominante. Em segundo lugar, a política deve ser autónoma, por outras palavras, deve ser capaz de agir independentemente dos constrangimentos impostos por outros sistemas políticos abrangentes.

No entanto, estas abordagens pretendem retratar a democracia representativa como um modelo que tem qualidades substantivas ou mesmo normativas para promover alguns objectivos e valores: verificação e controlo dos representantes; garantia de eleições livres, igualdade de participação, e liberdade de expressão.

Deste modo, a representação democrática tornou-se na actualidade, um dos modelos mais comuns e aceites na Ciência Política, nos regimes democráticos modernos, o ponto de partida e fundamento da teoria de representatividade democrática. Uma vez que, em oposição a Democracia directa clássica grega, na qual todos os cidadãos de uma cidade (*polis*) se juntavam numa assembleia para debater e deliberar os assuntos da vida pública, ou seja, uma Democracia na qual todo o cidadão teria uma participação política directa, sem intermediação, tem sido deixada de lado nas Democracias modernas.

### **2.5.1. Críticas a teoria de representatividade democrática**

Em contrapartida, parte da literatura, aponta falhas na teoria de representação democrática moderna.

Segundo Dahal (1989), a tal falha resultaria de defeitos do sistema eleitoral particular, do sistema partidário ou da exclusão de alguns segmentos da população nos processos de tomada de decisão.

Manin (1997), faz uma avaliação do que tem ocorrido com a representatividade que os cidadãos delegam às outras pessoas, no intuito de se fazerem presentes no jogo político. Segundo o autor, a arena está sendo borrada por factores técnicos que o povo não domina, dificultando assim, a participação de cada cidadão nos processos decisórios, o que resulta em crise de representação, provocando distanciamento entre candidatos e eleitores, assim como entre governantes e governados.

Ainda nesta ordem, a crise que a sociedade vive quanto à diferença com seus representantes, pode ser um caminho para novas formas de governo, que talvez não tenha presenciado, ou permitido, o nascimento delas. A falta de identificação do povo com os governantes, juntamente com a precária preparação, tanto do eleitorado quanto dos eleitos na participação política, provoca um desequilíbrio no funcionamento ideal de política.

Para Urbinati (2006), nem os representantes seguem o que fora estipulado, menos ainda, os representados sabem como funciona o jogo político, o que leva à crítica. A crítica para o autor, dá-se pelo facto de sempre ver-se as mesmas elites na representação. Neste sentido, o autor lembra que cabe ao eleitor decidir qual elite ele pretende para representar-lhe. Todavia, a teoria de representação está alicerçada ao consentimento, e manifesta-se por meio de voto e não como um método de transferência das preferências idiossincráticas dos cidadãos aos profissionais políticos selecionados.

Ademais, como o governo representativo se fundamenta em eleições repetidas, o povo tem condições de exercer uma certa influência sobre as decisões do governo: pode, por exemplo, destituir os representantes cuja orientação não lhe agrada. Por outro lado, o governo representativo pode ser um governo de elites, mas cabe aos cidadãos comuns decidir que elite vai exercer o poder (Urbinati, 2006).

Aliás, deve-se ter em mente, primeiro, que quem escolhe os governantes são os governados, com isso, estes deveriam ter um poder extraordinário de decisão em suas mãos por forma a provocar grandes transformações na sociedade e segundo, deve ter-se em conta a relativa independência que os representantes mantêm dos representados. Na representação os eleitos não têm a obrigação de seguirem as preferências de seus eleitores, admitindo, inclusive, agir de forma contrária àqueles que o elegeram (não sendo ideal que isso aconteça, visto que a representação deve ser a vontade do eleitorado feita no governo).

A isenção de tomada de decisões que os representantes têm em relação aos cidadãos, pode provocar um desequilíbrio político e um descontentamento da sociedade, facto que desacredita o eleitorado, levando a apatia política da maioria dos eleitores e abstenção dos cidadãos nos processos eleitorais, enfraquecendo a Democracia, abrindo espaço para a emergência de novas formas de governação.

Held (2006), aponta que o governo representativo nunca foi um sistema em que os eleitos têm a obrigação de realizar a vontade dos eleitores” e a não realização da vontade dos eleitores acaba por deixar a representação falha. Uma outra observação, quanto ao controlo do trabalho dos governantes por parte dos governados, visto que muitas das deliberações são tidas em particular, sem que a população saiba o que houve. Na opinião dele, para que os governados se envolvam com assuntos da política, eles devem saber o que se passa.

É importante ressaltar que, para que os governados possam formar opinião sobre assuntos políticos, é necessário que tenham acesso à informação política, o que supõe tornar públicas as decisões governamentais. Quando os políticos tomam suas decisões em segredo, os governados dispõem de meios muito frágeis para elaborar opiniões em matéria de política (Held, 2006).

Pitkin (2004), no governo representativo mostra que esta situação é negativa, pois os representados não tendo como saber o que seus representantes estão fazendo, acabam por ficarem afastados do Estado, passando a ser mera espectadora do jogo político o que acaba infringindo a essência da Democracia representativa.

No sistema representativo os governantes não podem dizer com segurança “nós, o povo” pelo facto de não estarem directamente ligados àqueles que os elegeram, e ainda, se manterem afastados da sociedade. O povo acaba por ser mantido longe das tomadas de decisão, pois a maioria acaba por ficar de fora do governo, sem saber o que está acontecendo.

Em concomitância, Dahl (1989), expõe como solução que as decisões políticas sejam tomadas após debate público. E aponta que a teoria de governo representativo deve ser formulada da seguinte maneira: Nenhuma medida tem a validade de uma decisão enquanto não obtiver o consentimento de uma maioria.

Como a representação está ligada à noção de diversidade social, os debates servem para que a maioria possa ser ouvida e levada em conta, com o intuito de que a vontade do maior número de pessoas possível possa ser respeitada.

Manin (1997) e Dahl (1989) compreendem que existem dois formatos de governo que se encaixariam no governo representativo: Parlamentar e Democracia de Partido. Cada um destes tipos se ocuparia de forma especial por determinados segmentos da sociedade:

- I. O primeiro formato é o “Governo Representativo de tipo Parlamentar”, onde as eleições selecionam os notáveis, ou seja, uma elite se coloca no poder sendo esta tirada entre os melhores. Os deputados são livres para votarem e escolherem de acordo com suas preferências.

Neste tipo de representatividade, os cidadãos delegam a outros toda a sua forma de escolha, e depois disso são afastados do jogo político, não sabendo o que está se passando e nem conseguindo actuar na arena. O distanciamento entre governantes e governados é enorme, provocando a falta de identificação entre ambas as partes da organização política. Deste modo, os deputados são livres para votar de acordo com sua consciência e seu julgamento pessoal. Não faz parte de seu papel transmitir uma vontade política já formulada do lado de fora do Parlamento. Os representantes não são porta-vozes dos eleitores, mas seus homens de confiança (Dahl, 1989).

- II. A segunda forma é a “Democracia de Partido”, aqui o que se visa é o partido, e não cidadãos em que se vota, promovendo uma maior identificação e integração dos eleitores com determinados grupos que elegem governantes, ou seja, as pessoas se identificam com dadas ideologias e colocam pessoas no governo. Como se viu ao longo do capítulo, os partidos nascem para mobilizar um maior número de pessoas, visto que o aumento do eleitorado dificulta a relação com seus representantes, assim, o canal de expressão com o Estado se dá através dos partidos e suas organizações filiadas, os cidadãos sentem-se ligados a grupos onde outros semelhantes se reconhecem e se encontram, provocando uma identificação e, conseqüentemente, o voto naqueles partidos que mais se aproximam de suas formas de vida (Dahl, 1989).

Portanto, a democracia representativa desvirtua alguns direitos segundo os quais, os direitos individuais e civis, liberdade de pensamento, de consciência e expressão, são garantias processuais como protecção da liberdade individual na escolha dos seus representantes.

## 2.6. Conceituação da Democracia Representatividade e Transparência nos Sistemas Eleitorais

A representatividade e a transparência nos sistemas eleitorais são componentes cruciais para o funcionamento saudável de uma democracia. Diversos estudos têm abordado como diferentes sistemas eleitorais influenciam esses factores, destacando os desafios em garantir uma representação efectiva e a importância da prestação de contas. A seguir, discutimos alguns dos principais *insights* da literatura sobre este tema, com base em trabalhos de autores como Powell, Samuels, Shugart, Lijphart e outros.

A representatividade em um SE refere-se à medida em que os eleitores sentem que suas preferências são reflectidas nos resultados eleitorais. Sistemas eleitorais variam significativamente em sua capacidade de traduzir votos em assentos, e essa variação tem implicações directas para a qualidade da democracia.

Powell (2000), argumenta que:

A escolha do SE é crucial para determinar a representatividade democrática. Ele destaca que sistemas proporcionais tendem a representar melhor uma ampla gama de opiniões políticas do que sistemas maioritários. Nos sistemas proporcionais, a diversidade de preferências eleitorais é melhor reflectida, pois os partidos obtêm assentos em proporção ao número de votos que recebem. Isso resulta em uma representação mais fiel da vontade popular (p. 45).

Por outro lado, sistemas maioritários, como o sistema de pluralidade ou o sistema de segunda volta, frequentemente resultam na sub-representação de partidos menores e de grupos minoritários. Estes sistemas favorecem os grandes partidos e podem levar a uma distorção significativa entre a percentagem de votos recebidos e a percentagem de assentos conquistados. Esse fenómeno é conhecido como "efeito desproporcional", que pode minar a confiança dos eleitores no sistema político.

Samuels e Shugart (2010), exploram como diferentes sistemas de partidos influenciam a representatividade e a responsividade dos governos. Eles argumentam que a estrutura do sistema partidário pode moderar os efeitos do SE sobre a representatividade. Em sistemas multipartidários, onde os partidos formam coalizões, há uma tendência para uma melhor representatividade, mesmo em sistemas maioritários. No entanto, em sistemas bipartidários, a representatividade tende a ser mais limitada, reflectindo menos a diversidade de opiniões dos eleitores.

Além disso, Lijphart (1994) sugere que a qualidade da representatividade também pode ser influenciada por factores contextuais, como a fragmentação social e a cultura política. Em sociedades altamente fragmentadas, sistemas proporcionais podem ser mais eficazes para assegurar que diferentes grupos étnicos, religiosos ou regionais sejam representados no governo. No entanto, em contextos onde a política é dominada por poucos grandes partidos, mesmo sistemas proporcionais podem não garantir uma representação adequada das minorias.

## **2.7. Transparência e Prestação de Contas**

A transparência e a prestação de contas são componentes essenciais para a legitimidade de um SE. A transparência refere-se à clareza e abertura com que os processos eleitorais são conduzidos, enquanto a prestação de contas diz respeito à capacidade dos eleitores de responsabilizar seus representantes eleitos.

Powell (2000) argumenta que sistemas eleitorais proporcionais, embora melhores para a representatividade, podem apresentar desafios para a prestação de contas individual. Em sistemas de lista fechada, por exemplo, os eleitores votam em partidos, não em candidatos individuais. Isso pode diluir a responsabilidade individual dos representantes, uma vez que os eleitores não podem punir directamente um candidato específico por seu desempenho. Os candidatos são mais responsáveis perante seus partidos do que perante os eleitores, o que pode levar a uma desconexão entre representantes e representados.

Lijphart (1999), em seu estudo sobre sistemas eleitorais e democracia destaca que:

A eficácia da prestação de contas também depende do contexto político e cultural. Em países com uma cultura política de consenso e compromisso, sistemas de lista fechada podem funcionar de maneira mais eficaz, promovendo a formação de coalizões estáveis e a cooperação entre partidos. No entanto, em contextos onde prevalece a polarização política e a desconfiança nas instituições democráticas, a falta de prestação de contas individual pode minar a legitimidade do sistema político (p.63).

Além disso, estudos comparativos indicam que a transparência nos processos de selecção de candidatos é crucial para a confiança dos eleitores.

Sartori (1976), argumenta que em sistemas de lista fechada, os líderes partidários exercem uma influência desproporcional sobre a selecção e o comportamento dos candidatos. A falta de transparência na selecção interna dos candidatos pode levar a percepções de nepotismo e favoritismo, prejudicando a legitimidade do processo eleitoral.

Stokes (2005) explora como a opacidade nos critérios de inclusão de candidatos nas listas partidárias pode minar a confiança dos eleitores. Quando os eleitores não entendem ou não confiam no processo de selecção de candidatos, isso pode levar a acusações de corrupção e má governança. A transparência nos processos internos dos partidos é, portanto, essencial para a integridade do SE.

## **2.8. Desafios de Representatividade e Transparência**

Dada a importância da representatividade e transparência, vários estudos sugerem reformas que podem melhorar esses aspectos nos sistemas eleitorais. Uma possível solução para aumentar a representatividade é a adopção de sistemas eleitorais mistos (SEM), que combinam elementos de sistemas proporcionais e maioritários.

Lijphart (1994) sugere que SEM podem equilibrar a necessidade de uma representação proporcional com a prestação de contas individual. Em um SEM, uma parte dos assentos é preenchida através de representação proporcional, enquanto outra parte é preenchida por candidatos eleitos directamente em distritos uninominais. Isso pode ajudar a garantir que os eleitores tenham uma voz mais directa na escolha de alguns dos seus representantes, ao mesmo tempo que preserva a diversidade de opiniões no legislativo.

Para melhorar a transparência, é crucial aumentar a abertura nos processos de selecção de candidatos dentro dos partidos. Medidas como primárias abertas, onde os eleitores têm uma palavra maior na selecção dos candidatos do partido, podem ajudar a mitigar percepções de nepotismo e favoritismo. Além disso, a implementação de regras claras e transparentes para a elaboração de listas partidárias pode aumentar a confiança dos eleitores no processo.

Outra abordagem para melhorar a prestação de contas é fortalecer as instituições de fiscalização e controle, como tribunais eleitorais independentes e órgãos de supervisão da integridade pública. Esses organismos podem atuar para garantir que os processos eleitorais sejam conduzidos de maneira justa e transparente, investigando e punindo práticas corruptas.

## **2.9. Impactos da Falta de Representatividade e Transparência**

A falta de representatividade e transparência pode ter impactos profundos na qualidade da democracia e na confiança dos cidadãos nas instituições políticas.

Levitsky e Ziblatt (2018) argumentam que a falta de prestação de contas individual e a opacidade nos processos eleitorais podem levar à deslegitimação do sistema político. Quando os eleitores percebem que seus representantes não são responsáveis perante eles, a confiança no sistema político diminui, resultando em desengajamento cívico e apatia política.

Putnam (1993) destaca que:

A confiança nas instituições democráticas é essencial para o funcionamento saudável de uma sociedade. A desconfiança nos processos eleitorais e nos representantes eleitos pode perpetuar ciclos de corrupção e má governação. Em última análise, a falta de prestação de contas individual e a opacidade nos processos eleitorais não são apenas problemas para a democracia representativa, mas também para a estabilidade e o desenvolvimento a longo prazo de um país (p.215).

Além disso, a falta de transparência nos processos eleitorais pode fomentar a desinformação e a manipulação política. Em contextos onde a mídia e outras instituições não conseguem fornecer informações claras e precisas sobre o funcionamento dos sistemas eleitorais, os eleitores podem ser facilmente manipulados por informações falsas ou enganosas. Isso não apenas mina a confiança nos resultados eleitorais, mas também pode levar a crises políticas e sociais (Norris (2011)).

### **2.10. Exemplos de Casos Internacionais**

Para ilustrar os efeitos da representatividade e transparência nos sistemas eleitorais, podemos examinar exemplos internacionais. A Nova Zelândia, por exemplo, adotou um SEM em 1996, combinando representação proporcional com distritos uninominais. Esse sistema tem sido amplamente elogiado por melhorar a representatividade e manter a prestação de contas individual. Antes da reforma, o sistema majoritário frequentemente resultava na sub-representação de minorias políticas e étnicas. A mudança para um SEM permitiu uma representação mais justa e diversificada, ao mesmo tempo que manteve um vínculo directo entre alguns representantes e seus eleitores.

Outro exemplo é a Alemanha, que utiliza um SEM desde a II Guerra Mundial (GM). O sistema alemão é frequentemente citado como um modelo de equilíbrio entre representatividade e prestação de contas. Ele permite que os eleitores escolham directamente metade dos membros do *Bundestag* através de distritos uninominais, enquanto a outra metade é eleita por um sistema de representação proporcional baseado em listas partidárias. Esse modelo tem sido eficaz em promover tanto a diversidade política quanto a responsabilidade individual dos representantes.

Por outro lado, países que utilizam sistemas maioritários puros, como os Estados Unidos (EUA) e o Reino Unido, enfrentam desafios contínuos de representatividade. O sistema de pluralidade dos EUA, por exemplo, frequentemente resulta em uma desproporcionalidade significativa entre votos e assentos, com partidos menores lutando para obter representação significativa. Além disso, a falta de transparência nos processos de financiamento de campanhas e no redistritamento (*gerrymandering*) tem minado a confiança dos eleitores no SE.

### **2.11. Reformas Potenciais e Perspectivas Futuras**

Para melhorar a representatividade e a transparência nos sistemas eleitorais, várias reformas podem ser consideradas, designadamente:

- i) Adopção de Sistemas Mistos – como mencionado anteriormente, SEM podem equilibrar a necessidade de representatividade proporcional com a prestação de contas individual. Países com sistemas eleitorais maioritários poderiam considerar a implementação de elementos de representação proporcional para garantir uma melhor representatividade das minorias.
- ii) Primárias abertas e participação popular – a abertura dos processos de selecção de candidatos para a participação popular pode aumentar a transparência e reduzir percepções de favoritismo e corrupção. Primárias abertas, onde todos os eleitores podem votar na selecção dos candidatos de um partido, podem democratizar os processos internos dos partidos.
- iii) Reforço das Instituições de Fiscalização – instituições independentes de fiscalização, como tribunais eleitorais e órgãos de supervisão da integridade pública, são essenciais para garantir que os processos eleitorais sejam conduzidos de maneira justa e transparente. Essas instituições devem ter o poder de investigar e punir práticas corruptas e garantir a conformidade com as regras eleitorais.
- iv) Educação Cívica e Transparência da Mídia – a educação cívica é crucial para capacitar os eleitores a compreender e participar efectivamente do processo eleitoral. Além disso, a transparência na mídia, incluindo a cobertura clara e precisa dos processos eleitorais, pode ajudar a combater a desinformação e aumentar a confiança dos eleitores.
- v) Reformas no Financiamento de Campanhas – transparência no financiamento de campanhas é vital para a integridade dos sistemas eleitorais. Regras claras sobre a origem e o uso de fundos de campanha, juntamente com auditorias regulares, podem

ajudar a reduzir a influência indevida de interesses económicos sobre os processos eleitorais.

### **2.12. Perspectiva Moçambicana e Dinâmica Política**

Moçambique, um país do sudeste africano com uma história marcada por lutas de libertação, guerras civis e transições democráticas, apresenta um sistema político singular que reflecte suas complexas dinâmicas sociais e históricas. A estrutura política de Moçambique e as suas especificidades têm sido amplamente analisadas por académicos como Alfazema (2017, p. 54), Nuvunga (2016, p. 101) e Castelo Branco (2014). Suas pesquisas destacam as implicações do SE moçambicano, especialmente o uso de listas partidárias fechadas, que impactam a participação democrática e a prestação de contas.

Para entender a dinâmica política de Moçambique, é essencial contextualizar sua história recente. Após a independência de Portugal em 1975, o país entrou em um período prolongado de guerra civil entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). A guerra civil, que terminou em 1992 com o Acordo Geral de Paz, deixou profundas marcas na sociedade moçambicana e moldou sua estrutura política atual.

Com a transição para a paz, Moçambique adoptou um sistema político multipartidário. No entanto, a FRELIMO, que liderou a luta pela independência, permaneceu como a força política dominante. As eleições realizadas desde então foram marcadas por alegações de fraude e irregularidades, reflectindo um sistema político ainda em evolução e uma democracia em construção.

### **2.13. O Sistema de Lista Partidária Fechada**

O sistema eleitoral de Moçambique adopta o modelo de listas partidárias fechadas nas eleições legislativas, no qual os eleitores votam em partidos políticos, e não directamente em candidatos individuais. Esse arranjo apresenta implicações profundas para a representatividade política, a participação democrática e a prestação de contas dos representantes eleitos. Diante das especificidades políticas e históricas de Moçambique, o modelo de listas fechadas molda significativamente as relações entre eleitores e eleitos, criando um cenário onde os partidos exercem grande controle sobre os processos de escolha dos representantes:

No contexto moçambicano, o sistema de lista fechada tem o potencial de limitar a representatividade política. A ausência da escolha directa de candidatos pelos eleitores contribui para uma desconexão entre os eleitos e a população, pois os representantes eleitos sentem-se mais responsáveis perante os líderes partidários que os colocaram nas listas, do que perante o eleitorado. Essa dinâmica pode ser ainda mais prejudicial em um país com profundas divisões étnicas, regionais e económicas, como Moçambique, onde a diversidade de interesses e necessidades da população pode não ser adequadamente reflectida nas decisões partidárias. O controle dos líderes partidários sobre quem entra nas listas e em qual posição favorece a perpetuação das elites políticas no poder, dificultando a renovação política e o surgimento de novas lideranças que poderiam promover mudanças e melhor representar o eleitorado. (Alfazema, p. 92).

Além disso, a falta de influência directa dos eleitores sobre os candidatos nas listas reforça a centralização de poder dentro dos partidos, criando um ciclo em que as elites partidárias mantêm seu domínio sobre a cena política. Isso perpetua um sistema que pode não responder adequadamente às necessidades da população e, em vez disso, perpetua a lealdade política interna em detrimento de uma verdadeira conexão com os eleitores.

Nuvunga (2016) analisa como o sistema de lista fechada restringe a participação democrática, principalmente devido à centralização e à opacidade dos processos internos dos partidos na selecção de candidatos. Em muitos casos, o público em geral e até a base partidária têm pouca ou nenhuma influência sobre quem é escolhido para compor as listas, minando o engajamento político. Esse distanciamento entre eleitores e candidatos pode gerar desconfiança, apatia e até desinteresse nas eleições, o que, por sua vez, reduz a participação política activa. Sugere, também, que a falta de transparência nos processos de selecção dentro dos partidos não apenas enfraquece a democracia, mas também prejudica o desenvolvimento de uma cultura política robusta.

Além disso, o autor observa que a centralização do poder dentro dos partidos cria um ambiente propício à marginalização de vozes dissidentes, sufocando a diversidade de opiniões e a competição interna que são essenciais para uma democracia saudável. A ausência de uma competição interna robusta pode, a longo prazo, reduzir o dinamismo político e a capacidade de inovação, factores fundamentais para o crescimento e o fortalecimento de um sistema político. A lista fechada, ao concentrar o poder nas mãos dos líderes partidários, restringe o acesso de candidatos que poderiam representar melhor determinados grupos sociais ou regiões, agravando a sensação de exclusão e a falta de alternativas políticas:

Os desafios para a prestação de contas também são amplamente discutidos, que enfatizam a dificuldade dos eleitores em responsabilizar individualmente seus representantes pelo desempenho. Em um sistema de lista fechada, os eleitores não têm a capacidade de penalizar directamente um representante que não atenda suas expectativas, já que o voto é direccionado ao partido como um todo, e não a candidatos específicos. Esse distanciamento cria uma percepção de impunidade entre os eleitos, que podem sentir-se menos pressionados a responder directamente às preocupações de seus eleitores (Castelo Branco, 2014, p. 143).

A falta de responsabilização individual favorece a perpetuação de redes clientelistas, onde os representantes eleitos podem priorizar sua lealdade aos líderes partidários em detrimento do serviço público e da satisfação das demandas do eleitorado.

Conforme Castelo Branco (2014), argumenta essa dinâmica não apenas mina a confiança nas instituições democráticas, como também facilita o crescimento de práticas corruptas e a manutenção de redes de patronagem. Esses fenômenos têm consequências directas para o desenvolvimento económico e social de Moçambique, prejudicando a implementação de políticas públicas eficazes e comprometendo o crescimento inclusivo. A centralização de poder, somada à ausência de mecanismos de prestação de contas, torna o sistema vulnerável a abusos e à perpetuação de interesses particulares, em detrimento de um desenvolvimento mais equitativo e democrático.

Portanto, os estudos analisados indicam que, apesar de o sistema de lista fechada promover uma certa estabilidade partidária, ele também apresenta limitações significativas no que diz respeito à representatividade, participação democrática e prestação de contas. O presente estudo busca aprofundar essas questões, comparando os achados anteriores com a realidade atual e explorando novas alternativas para fortalecer o processo democrático em Moçambique, especialmente em relação à inclusão de grupos marginalizados e à criação de mecanismos mais transparentes e eficazes de prestação de contas.

#### **2.14. Alternativas e Reformas**

Dada a problemática identificada com o sistema de lista fechada, académicos e analistas políticos propõem diversas reformas para melhorar a representatividade e a transparência no SE moçambicano.

Uma das principais propostas para aprimorar o Sistema Eleitoral de Moçambique (SE) envolve a adopção de um Sistema Eleitoral Misto (SEM), que busca combinar elementos de representação proporcional com distritos uninominais.

Essa abordagem permitiria equilibrar a representação proporcional com a prestação de contas individual. Em vez de depender exclusivamente de listas partidárias fechadas, o SEM incluiria assentos eleitos directamente pelos distritos uninominais, proporcionando aos eleitores maior influência na escolha de seus representantes. Isso fortaleceria a responsabilidade dos eleitos, uma vez que eles teriam que responder directamente aos seus constituintes, aumentando, assim, a prestação de contas. Esse sistema híbrido também é visto como uma forma de aumentar a representatividade sem comprometer a proporcionalidade política que o atual sistema visa preservar (Alfazema, 2017).

Outra proposta é a implementação de primárias internas abertas dentro dos partidos políticos. Esse mecanismo ampliaria a participação dos membros dos partidos e, em alguns casos, até do público em geral, no processo de selecção de candidatos. Com isso, haveria maior transparência e legitimidade, pois a escolha dos candidatos não seria restrita apenas aos líderes partidários. Esse método traria uma maior democratização dentro dos partidos, permitindo uma gama mais ampla de candidatos e uma diversificação de ideias. O poder, tradicionalmente concentrado nas mãos de líderes partidários, seria mais diluído, favorecendo uma maior pluralidade e evitando a perpetuação de elites políticas que se beneficiam de processos fechados e centralizados (Nuvunga, 2016).

Por fim, Castelo Branco (2014) destaca a necessidade urgente de fortalecer as instituições de fiscalização, como a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC). Essas instituições desempenham papéis cruciais na garantia de processos eleitorais justos e transparentes. Para que possam cumprir seus papéis de maneira eficaz, elas precisam ser independentes e dotadas de recursos suficientes. Isso inclui autonomia para investigar e punir irregularidades, o que é fundamental para assegurar a integridade do SE. O fortalecimento dessas instituições ajudaria a combater práticas de corrupção e clientelismo, garantindo que os processos eleitorais reflectam verdadeiramente a vontade do povo.

### **2.15. Desafios Contextuais**

Apesar das propostas de reforma, Moçambique enfrenta desafios contextuais significativos que complicam a implementação de mudanças no SE.

A fragmentação política e social em Moçambique representa um dos maiores desafios para a implementação de reformas eleitorais eficazes. O país é marcado por profundas divisões

regionais, étnicas e económicas, que acentuam as dificuldades para se alcançar um consenso político amplo. Regiões como o norte, por exemplo, enfrentam conflitos armados e insurreições que colocam em risco a estabilidade política e social. A polarização existente na sociedade moçambicana agrava essa situação, tornando a implementação de mudanças no sistema eleitoral uma tarefa árdua, já que qualquer tentativa de reforma exige diálogo e concordância entre grupos políticos e sociais com interesses divergentes. A complexidade desse cenário fragmentado exige abordagens sensíveis às realidades locais e soluções que promovam não apenas uma reforma técnica do sistema eleitoral, mas também uma reconciliação política e social.

Além disso, a influência dos partidos dominantes, especialmente da FRELIMO, complica ainda mais o processo de reforma. Como partido no poder desde a independência, a FRELIMO detém um controle significativo sobre o sistema político e eleitoral. Qualquer proposta de reforma que possa ameaçar esse domínio tende a enfrentar forte resistência, tanto nas estruturas partidárias quanto nas governamentais. Historicamente, partidos políticos no poder, sobretudo em sistemas como o moçambicano, mostram-se relutantes em aceitar mudanças que possam enfraquecer sua hegemonia. Essa resistência institucional torna o caminho para uma reforma significativa ainda mais estreito, já que é improvável que o partido dominante abra mão de parte de seu controle sem uma forte pressão interna ou externa.

Outro desafio crítico é a questão dos recursos e da capacitação institucional. Moçambique, sendo um dos países mais pobres do mundo, enfrenta sérias limitações económicas que afectam directamente a capacidade de implementar reformas eleitorais abrangentes e eficazes. A modernização e o fortalecimento das instituições eleitorais requerem investimentos significativos, tanto em termos de infraestrutura quanto em formação e capacitação de pessoal. Contudo, a escassez de recursos financeiros e a dependência de ajuda externa limitam a possibilidade de desenvolver e aplicar reformas que garantam eleições verdadeiramente livres, justas e transparentes. Sem um financiamento adequado, as instituições eleitorais podem continuar vulneráveis a irregularidades e falhas, o que comprometeria a legitimidade de todo o processo eleitoral. Assim, superar esses obstáculos de recursos é fundamental para o sucesso de qualquer reforma eleitoral em Moçambique.

## 2.16. Exemplos Internacionais e Lições

Moçambique pode se beneficiar imensamente ao observar a experiência de outros países que, ao enfrentarem desafios semelhantes, conseguiram implementar reformas eleitorais eficazes para melhorar a representatividade e a transparência em seus sistemas políticos. Ao olhar para esses exemplos internacionais, o país pode extrair importantes lições sobre como superar obstáculos institucionais, promover a participação popular e fortalecer mecanismos de prestação de contas. As reformas eleitorais, quando bem estruturadas, podem criar um ambiente político mais inclusivo e transparente, permitindo que diferentes grupos sociais tenham voz e que o sistema político funcione de maneira mais eficiente e responsável. Para Moçambique, que enfrenta uma série de desafios internos, tais como a fragmentação social, a resistência de partidos dominantes e a limitação de recursos, o estudo de casos internacionais oferece um guia valioso para a adaptação de soluções que se adequem à sua realidade.

Um exemplo notável é o sistema eleitoral misto adoptado pela Alemanha. Este modelo combina a representação proporcional com distritos uninominais, equilibrando, assim, a necessidade de diversidade política com a prestação de contas directa por parte dos eleitores. Ao permitir que metade dos assentos seja ocupada por representantes eleitos directamente pelos distritos, enquanto a outra metade é preenchida por listas partidárias, o sistema alemão promove uma ampla representatividade, ao mesmo tempo que mantém um vínculo mais próximo entre eleitores e seus representantes. Em um país como Moçambique, onde a fragmentação política e social é uma realidade, a adopção de um sistema misto semelhante poderia garantir que diferentes grupos regionais e sociais sejam ouvidos, enquanto se preserva a capacidade de responsabilizar directamente certos representantes.

A experiência da Nova Zelândia com o sistema eleitoral misto, adoptado em 1996, também oferece importantes lições para Moçambique. A Nova Zelândia conseguiu aumentar tanto a representatividade quanto a participação popular ao incorporar elementos de participação directa e abrir os processos partidários para um maior envolvimento do público. Ao permitir que os cidadãos tivessem uma voz mais ativa na selecção de candidatos, o país promoveu uma maior transparência e legitimidade em seu sistema eleitoral. Moçambique poderia aprender com essa experiência ao considerar formas de abrir mais o processo de escolha de candidatos dentro dos partidos, tornando-o mais acessível e democrático, o que, por sua vez, fortaleceria a confiança do eleitorado nas instituições eleitorais.

Por fim, os países da América Latina, como Brasil e México, também oferecem exemplos valiosos de como o fortalecimento das instituições eleitorais pode melhorar a transparência e combater a corrupção. A criação de tribunais eleitorais independentes, responsáveis por monitorar e supervisionar o processo eleitoral, bem como a implementação de mecanismos rigorosos de fiscalização, demonstraram ser ferramentas eficazes nesses países. No contexto de Moçambique, onde a fragilidade das instituições é uma preocupação recorrente, o fortalecimento dessas estruturas poderia contribuir significativamente para a integridade do processo eleitoral. A experiência latino-americana mostra que, com o apoio internacional e a vontade política interna, é possível transformar as instituições eleitorais em pilares de confiança pública e credibilidade democrática.

### **2.17. Caminhos a Seguir**

Para que Moçambique possa progredir em direcção a um sistema político mais inclusivo, representativo e transparente, é imperativo que haja um compromisso firme de todas as partes interessadas envolvidas no processo de reforma. Esse compromisso deve abranger partidos políticos, sociedade civil, instituições eleitorais e a comunidade internacional. A implementação de reformas eficazes demanda uma abordagem colaborativa, onde todos os actores estejam engajados em desenvolver e sustentar mudanças que fortaleçam a democracia. O caminho para esse objectivo passa por três elementos fundamentais: o estabelecimento de um diálogo inclusivo, o fortalecimento das instituições eleitorais e da educação cívica, e o suporte internacional.

O primeiro passo essencial é a promoção de um diálogo inclusivo e abrangente entre todos os sectores da sociedade moçambicana. Esse diálogo deve envolver não apenas os principais partidos políticos, mas também a oposição, organizações da sociedade civil, representantes de grupos marginalizados e diversos sectores da população. A fragmentação social e política que caracteriza o país só pode ser superada por meio de discussões que abram espaço para diferentes perspectivas, especialmente em um momento de polarização política e desafios regionais. Quando múltiplas vozes têm a oportunidade de se manifestar, cria-se um ambiente propício para alcançar um consenso sobre as reformas necessárias. Somente assim é possível garantir que as mudanças atendam às necessidades e expectativas da nação como um todo, e não apenas de grupos específicos, evitando que eventuais reformas sejam vistas como soluções impostas unilateralmente.

Além do diálogo, é indispensável investir na capacitação das instituições eleitorais e promover a educação cívica da população. Reformas estruturais eficazes dependem da capacidade das instituições de implementá-las de forma transparente, justa e eficiente. A capacitação institucional envolve fornecer os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários para que as eleições sejam conduzidas com integridade, e que qualquer irregularidade seja prontamente identificada e corrigida. Por outro lado, a educação cívica é uma ferramenta poderosa para garantir que os cidadãos entendam seus direitos e responsabilidades dentro do sistema eleitoral. Uma população informada não só participa mais activamente no processo democrático, como também exerce maior pressão sobre os líderes políticos e as instituições para que atuem de forma transparente e responsável. Assim, empoderar tanto as instituições quanto os eleitores é fundamental para assegurar que as reformas alcancem seus objectivos.

Por fim, o apoio internacional desempenha um papel crucial na viabilização dessas reformas. A comunidade internacional, composta por organizações multilaterais e países parceiros, pode oferecer não apenas assistência técnica e financeira, mas também suporte político para garantir que o processo de reforma siga em frente. A experiência de outros países e a colaboração internacional podem fornecer um respaldo essencial, ajudando a moldar reformas mais eficazes e adaptadas ao contexto moçambicano. Além disso, a pressão externa, muitas vezes, pode servir como um factor de incentivo para que os partidos políticos e o governo adotem as mudanças necessárias, promovendo a transparência e a democracia. O envolvimento de parceiros internacionais garante que Moçambique continue avançando no fortalecimento de sua democracia, com base em padrões globais de boas práticas eleitorais.

A trajectória de Moçambique rumo a uma democracia plena está cheia de desafios, mas também de oportunidades. Ao adoptar um compromisso com o diálogo inclusivo, investir em capacitação institucional e contar com o apoio internacional, o país pode superar as barreiras que enfrenta e avançar em direcção a um sistema político mais representativo e justo. A busca por uma democracia mais sólida é um processo contínuo, e com resiliência e determinação, Moçambique tem o potencial de alcançar um futuro mais inclusivo e transparente.

## **2.18. Análises Históricas e Contextuais do Sistema de Lista Partidária Fechada**

O sistema de lista partidária fechada em Moçambique tem sido um tema de intensa análise académica, que dedica os estudiosos a investigar sua evolução e impacto nas dinâmicas políticas do país. Para compreender completamente como e por que este sistema foi adoptado, é essencial

considerar o contexto histórico e político que moldou Moçambique desde a independência (Matos, 2017).

Também, o sistema de lista partidária fechada em Moçambique tem sido objecto de análise académica profunda ao longo dos anos, sendo amplamente estudado por especialistas que examinam sua evolução e os impactos que provocou na configuração política do país. Para entender as razões que levaram à adopção desse sistema e como ele moldou o cenário político moçambicano, é crucial analisar o contexto histórico e as circunstâncias políticas que influenciaram o país desde a independência, passando por sua transição para uma democracia multipartidária. A adopção do sistema de lista partidária fechada surgiu como uma tentativa de promover estabilidade e representação proporcional em um país caracterizado por profundas divisões políticas, étnicas e regionais, ao mesmo tempo em que buscava evitar a fragmentação excessiva do cenário político (Matos, 2017).

Após a independência de Portugal em 25 de junho de 1975, Moçambique entrou em uma nova fase de sua história, marcada por grandes desafios e transformações políticas. A luta pela libertação, liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), culminou com a criação de um governo de orientação marxista-leninista, que pretendia reconstruir o país e implementar uma série de reformas socialistas. No entanto, o contexto pós-independência era extremamente complexo. O país herdou uma infraestrutura subdesenvolvida, uma população em grande parte pobre e analfabeta, e divisões políticas e sociais significativas, especialmente entre a elite urbana e a população rural. As reformas iniciais da FRELIMO, incluindo a nacionalização de empresas e terras, tentavam promover a centralização do poder e a transformação da sociedade moçambicana em um modelo socialista. No entanto, essas mudanças também geraram oposição, tanto interna quanto externa, contribuindo para a instabilidade política que viria a eclodir em um conflito devastador.

A década de 1980 foi marcada pela guerra civil entre a FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), um conflito que durou até 1992 e deixou marcas profundas na sociedade moçambicana. Esse período de guerra civil foi extremamente destrutivo, com milhões de mortos, deslocados e infraestruturas devastadas. A guerra exacerbou as divisões políticas e regionais do país, especialmente entre o norte e o sul, alimentando um ciclo de violência que parecia não ter fim. Contudo, em 1992, o Acordo Geral de Paz, mediado pela comunidade internacional e assinado em Roma, finalmente pôs fim à guerra civil. Esse acordo marcou um ponto de inflexão crucial, criando as bases para a transição de Moçambique para

um sistema multipartidário. Foi nesse contexto que as reformas políticas começaram a tomar forma, com o objectivo de estabilizar o país, garantir a inclusão de diferentes grupos políticos e sociais e prevenir o retorno ao conflito.

A adopção do sistema de lista partidária fechada foi uma resposta directa às necessidades que surgiram nesse período pós-conflito.

Matos (2017) aponta que o sistema de lista partidária fechada foi visto como um mecanismo eficaz para assegurar a representação proporcional e evitar a fragmentação política em um país já dividido. Moçambique precisava de um sistema eleitoral que promovesse a coesão nacional, garantisse a representação de diversos grupos étnicos e regionais e, ao mesmo tempo, impedisse que o sistema político se fragmentasse em partidos menores e menos estáveis. O sistema de lista fechada permitiu que os partidos políticos desempenhassem um papel central na formação do parlamento, assegurando que as vozes regionais e sociais estivessem representadas de maneira proporcional. Ao mesmo tempo, ao manter o controle sobre as listas de candidatos, os partidos poderiam preservar uma certa estabilidade e unidade interna, crucial para o desenvolvimento do recém-estabelecido sistema multipartidário.

As primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994 foram um marco na história política de Moçambique. Essas eleições, realizadas sob o sistema de lista fechada, representaram o fim do monopartidarismo e o início de uma nova era de pluralismo político. A vitória da FRELIMO nas urnas consolidou sua posição como o partido dominante, mas a presença da RENAMO no parlamento simbolizou a introdução de uma competição política mais saudável e um avanço para a democratização do país. A eleição de 1994 também significou a implementação prática do sistema de lista partidária fechada, testando sua capacidade de promover estabilidade e inclusão em um país que ainda se recuperava das feridas da guerra. Embora o sistema tenha proporcionado uma estrutura política funcional, ele também trouxe desafios, especialmente em relação à responsabilização directa dos representantes perante os eleitores.

Dessa forma, a evolução histórica do sistema de lista fechada em Moçambique reflecte as complexidades do contexto político e social do país. Ao analisar esse sistema, é fundamental compreender as motivações históricas que levaram à sua adopção, assim como seus impactos nas dinâmicas políticas atuais, que continuam a moldar o processo democrático moçambicano.

## **2.19. Continuidades, Divergências e Lacunas no Estudo da Democracia, Eleições e Representação em Moçambique**

A identificação de continuidades, divergências e lacunas tem o papel crucial de posicionar o estudo dentro do quadro teórico existente, ao mesmo tempo que oferece uma justificativa para a originalidade e contribuição do trabalho. As seguintes observações podem ser feitas com base no conteúdo discutido:

### **a) Continuidades:**

O estudo segue uma linha de pensamento comum na literatura sobre democracia e representação política. A análise conceitual de democracia apresentada por autores como Robert Dahl, Giovanni Sartori e Joseph Schumpeter destaca aspectos centrais como a participação cidadã, igualdade política, e o papel das eleições no sistema democrático. Esses autores convergem ao apontar que a democracia moderna se baseia em eleições livres e justas, representatividade e responsabilidade, conceitos fundamentais que são abordados no estudo. Além disso, a visão de Severino Ngoenha sobre democracia como um espaço de consenso e reconciliação também está em linha com as discussões contemporâneas sobre o papel da participação cidadã e a limitação do poder político.

A perspectiva da democracia em Moçambique que destaca o processo de transição política, especialmente após a década de 1990, está ancorada na terceira onda de democratização, uma linha teórica bem estabelecida nos estudos de política africana e transições democráticas em contextos pós-conflito.

### **b) Divergências:**

Embora haja consenso sobre muitos aspectos da democracia, existem divergências importantes na forma como os autores abordam o conceito. Robert Dahl, por exemplo, utiliza o termo "poliarquia" para descrever as democracias modernas, enfatizando a complexidade e as limitações das democracias reais em comparação com o ideal democrático. Joseph Schumpeter, por outro lado, foca na competição política e vê a democracia principalmente como um processo de competição entre elites políticas. Esses enfoques diferentes revelam uma tensão entre teorias mais normativas (que buscam definir o que a democracia deveria ser) e teorias descritivas (que explicam como a democracia funciona na prática).

Além disso, a definição de democracia em termos de participação cidadã varia substancialmente entre autores.

Enquanto, Dahl (1987) e Sartori (1994) dão grande importância ao processo eleitoral e às liberdades políticas como pilares da democracia, críticos da democracia, como os mencionados no estudo, questionam se essas características são suficientes para garantir um regime verdadeiramente democrático, sugerindo que muitos estados que se denominam democracias não o são em essência.

A perspectiva moçambicana da democracia traz outra divergência, uma vez que aponta-se a necessidade de uma avaliação contínua da democracia multipartidária e o papel das eleições nesse processo. Isso pode contrastar com as visões mais idealistas que consideram a realização de eleições como um sinal claro de democratização, sugerindo uma complexidade maior na implementação prática da democracia em Moçambique (Macuácuá, 2011; Mazula, 2000).

#### **c) Lacunas:**

O estudo identifica algumas lacunas na literatura existente, particularmente no que diz respeito à democracia no contexto moçambicano. Embora a transição política de Moçambique seja bem documentada, há menos estudos que abordem profundamente como o sistema de listas fechadas nas eleições afecta a responsabilidade política e a representatividade dos eleitos. A questão da responsabilidade dentro de sistemas eleitorais fechados em contextos democráticos emergentes, como o de Moçambique, é uma área que carece de mais atenção teórica e empírica.

Além disso, a crítica de que as definições clássicas de democracia, baseadas em liberdades políticas e participação eleitoral, podem ser insuficientes para avaliar a qualidade democrática em muitos países, abre espaço para um debate mais robusto sobre a qualidade das democracias multipartidárias em contextos pós-conflito. O trabalho pretende preencher essa lacuna, examinando como a implementação de mecanismos democráticos se alinha (ou não) com os princípios de *accountability*, participação cívica e inclusão, em um contexto específico como Moçambique.

#### **d) Contribuição do Estudo:**

Dada a natureza fragmentada da literatura sobre democracia, particularmente em contextos pós-conflito e sistemas eleitorais fechados, o estudo oferece uma importante contribuição ao focar

na realidade específica de Moçambique. Ao explorar não apenas os princípios teóricos da democracia, mas também sua prática e desafios específicos em Moçambique, o estudo preenche uma lacuna significativa na literatura, fornecendo *insights* sobre a aplicabilidade de teorias de representação democrática em países com trajetórias históricas e políticas únicas.

Em suma, este estudo busca alinhar-se às teorias estabelecidas sobre democracia, mas também pretende destacar áreas de divergência e lacunas, particularmente em relação à democracia multipartidária e à eficácia dos sistemas eleitorais em garantir responsabilidade política em Moçambique.

## **CAPÍTULO – III. METODOLOGIA**

A metodologia adoptada para investigação do tema: Eleição por Lista Partidária Fechada em Moçambique, segue uma abordagem qualitativa, visando uma compreensão abrangente dos diversos aspectos relacionados a este sistema eleitoral. Serão seleccionadas regiões representativas em Moçambique para um estudo de caso aprofundado, seguindo uma prática comum em pesquisas qualitativas (Creswell, 2014; Denzin e Lincoln, 2018).

Entrevistas semi-estruturadas foram conduzidas com membros de partidos políticos, candidatos e eleitores, permitindo a exploração de experiências, percepções e desafios associados ao sistema de lista partidária fechada (Patton, 2015).

A análise documental incluiu uma revisão de documentos oficiais, como regulamentações eleitorais, discursos de líderes políticos e relatórios de observadores eleitorais, fornecendo entendimentos adicionais sobre o contexto político em Moçambique (Bogdan e Biklen, 2007).

A população-alvo abrangeu eleitores, membros de partidos políticos, candidatos e líderes partidários, seguindo uma abordagem ampla para garantir uma representação diversificada da sociedade moçambicana (Marshall e Rossman, 2016).

A colecta de dados foi realizada por meio de entrevistas presenciais e online, questionários distribuídos fisicamente e digitalmente, garantindo a abrangência geográfica e demográfica da amostra.

A observação participante em eventos políticos, respeitando os princípios éticos, foi realizada para obter uma compreensão mais profunda do ambiente político em Moçambique (Hammersley e Atkinson, 2007).

A análise de conteúdo foi empregada para extrair padrões e temas emergentes das entrevistas e documentos, permitindo uma compreensão aprofundada dos dados colectados (Miles e Huberman, 1994).

O método adoptado para investigar a "Eleição por Lista Partidária Fechada em Moçambique" reflecte uma abordagem qualitativa robusta e bem fundamentada, alinhada com as práticas recomendadas na pesquisa social. A escolha de uma abordagem qualitativa é por ser apropriada para explorar a complexidade e a riqueza do sistema eleitoral, permitindo uma compreensão abrangente dos múltiplos aspectos envolvidos (Creswell, 2014).

A selecção de regiões representativas para um estudo de caso aprofundado, seguindo a prática comum em pesquisas qualitativas descrita garantiu uma análise contextualizada e detalhada, reflectindo as particularidades locais e regionais de Moçambique (Denzin e Lincoln, 2018).

A utilização de entrevistas semiestruturadas com membros de partidos políticos, candidatos e eleitores, permite uma exploração detalhada das experiências e percepções desses grupos em relação ao sistema de lista partidária fechada. Esse método é particularmente eficaz para captar as nuances das opiniões e desafios enfrentados pelos participantes (Patton, 2015).

Além disso, a análise documental proporciona uma base sólida de evidências ao revisar documentos oficiais e relatórios relevantes, oferecendo um contexto mais profundo sobre as práticas e regulamentações eleitorais em Moçambique (Bogdan e Biklen, 2007).

A inclusão de uma amostra diversificada, abrangendo eleitores, membros de partidos, candidatos e líderes partidários, assegurou uma representação abrangente e equilibrada da sociedade moçambicana (Marshall e Rossman, 2016).

A colecta de dados, realizada tanto presencialmente quanto online, por meio de questionários distribuídos fisicamente e digitalmente, garantiu a abrangência geográfica e demográfica necessária para uma análise representativa.

A observação participante permite uma compreensão mais profunda do ambiente político, respeitando princípios éticos e fornecendo *insights* contextuais adicionais (Hammersley e Atkinson, 2007).

Finalmente, a análise de conteúdo foi essencial para identificar padrões e temas emergentes, proporcionando uma interpretação aprofundada dos dados coletados e contribuindo significativamente para a compreensão do impacto do sistema de lista partidária fechada em Moçambique (Miles e Huberman, 1994).

### **3.1. Classificação da Pesquisa**

A classificação de uma pesquisa é fundamental para compreender sua natureza, abordagem e metodologia (Lakatos e Marconi, 2009).

No caso deste estudo sobre a eleição por lista partidária fechada em Moçambique, essa classificação foi essencial para delinear os passos que foram seguidos, os métodos utilizados e os objectivos alcançados (Denzin e Lincoln, 2018).

Essa categorização proporciona um guia claro para os pesquisadores, permitindo uma estruturação eficaz do estudo (Marshall e Rossman, 2016).

Ao compreender a classificação da pesquisa, o investigador direcionou os seus esforços de forma mais eficiente, buscando alcançar resultados significativos e relevantes para a área de estudo (Creswell, 2014).

Portanto, a classificação desta pesquisa como um estudo exploratório qualitativo sobre a eleição por lista partidária fechada em Moçambique é crucial para orientar o processo de investigação e garantir sua relevância e eficácia.

Ao classificar esta pesquisa como um estudo exploratório qualitativo, os pesquisadores podem investigar de forma mais aprofundada os aspectos subjectivos e contextuais do sistema eleitoral em Moçambique, alinhando suas abordagens metodológicas com os objectivos de fornecer uma compreensão detalhada e contextualizada sobre os impactos da lista partidária fechada.

A classificação de uma pesquisa desempenha um papel central na definição de sua estrutura e condução (Lakatos e Marconi, 2009).

No contexto deste estudo sobre a eleição por lista partidária fechada em Moçambique, essa classificação não apenas ajuda a delinear os métodos a serem aplicados, mas também a traçar um caminho claro para atingir os objectivos propostos.

Denzin e Lincoln (2018) reforçam que uma categorização bem fundamentada serve como um mapa que orienta todo o processo de pesquisa, garantindo que cada etapa seja abordada com clareza e propósito.

Além disso, Marshall e Rossman (2016) destacam que uma boa classificação permite que os pesquisadores façam escolhas metodológicas informadas, maximizando a eficiência do estudo e aumentando a probabilidade de obter resultados significativos. Isso é especialmente importante em estudos exploratórios qualitativos, como o presente, onde a natureza da pesquisa exige uma abordagem flexível e adaptável para capturar a complexidade do fenómeno em questão.

Conforme Creswell (2014) sublinha, a clareza na classificação facilita a concentração de esforços nas áreas mais relevantes, garantindo que a investigação se mantenha focada nos seus objectivos principais.

No caso deste estudo específico, a escolha de um *design* exploratório qualitativo permitiu uma investigação mais detalhada dos aspectos subjectivos e contextuais relacionados ao sistema eleitoral de Moçambique. A classificação como pesquisa exploratória possibilita uma análise mais profunda das percepções e experiências dos participantes, que são cruciais para entender as nuances do sistema de lista partidária fechada.

Lakatos e Marconi (2009) enfatizam que a classificação apropriada de uma pesquisa é essencial para assegurar que as abordagens metodológicas estejam alinhadas com os objectivos do estudo, proporcionando uma base sólida para a colecta e análise de dados.

Assim, a categorização deste estudo não só orienta o processo de investigação, mas também garante que ele se mantenha relevante e eficaz na busca de resultados que contribuam para a compreensão do sistema eleitoral moçambicano. A categorização correcta é um elemento-chave para a realização de uma pesquisa rigorosa e de alta qualidade, capaz de oferecer *insights* valiosos para a academia e para a prática política. Portanto, ao definir claramente esta pesquisa como um estudo exploratório qualitativo, os pesquisadores estão posicionados para realizar uma análise detalhada e contextualizada, que poderá influenciar tanto o entendimento académico quanto as políticas eleitorais futuras em Moçambique (Denzin e Lincoln, 2018).

### **3.1.1. Tipo de Estudo: Estudo Exploratório Qualitativo**

Neste estudo, foi conduzida uma investigação exploratória com uma abordagem qualitativa, com o objectivo de analisar o impacto da eleição por lista partidária fechada em Moçambique. Este tipo de estudo é particularmente apropriado para investigações iniciais, onde se busca compreender e explorar um fenómeno complexo de maneira mais aprofundada.

Segundo Gil (2010), os estudos exploratórios têm como propósito principal proporcionar maior familiaridade com o problema em questão, tornando-o mais explícito e construindo hipóteses para pesquisas futuras. Eles permitem uma imersão profunda no contexto do fenómeno estudado, ajudando a definir questões mais precisas para estudos subsequentes.

Creswell (2014), ressalta que a abordagem qualitativa é especialmente eficaz para explorar fenómenos sociais complexos, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências e perspectivas dos participantes envolvidos. Através da análise qualitativa, é possível capturar nuances e contextos específicos relacionados à eleição por lista partidária fechada,

possibilitando uma análise mais rica e contextualizada do impacto desse sistema eleitoral em Moçambique.

Ao adoptar essa abordagem exploratória qualitativa, a pesquisa busca não apenas obter respostas, mas também entender as razões por trás dessas respostas. Isso permite uma compreensão mais holística e aprofundada do fenómeno em estudo, fornecendo uma base sólida para investigações posteriores e potencialmente influenciando políticas e práticas futuras relacionadas à eleição por lista partidária fechada em Moçambique.

A escolha por um estudo exploratório qualitativo se alinha à natureza inicial da pesquisa, que visa explorar e compreender o fenómeno em questão antes de se aprofundar em investigações subsequentes. Este tipo de estudo permite uma investigação mais flexível e adaptável, onde os pesquisadores podem explorar novas ideias e perspectivas à medida que surgem, sem estar restritos por hipóteses pré-concebidas.

Além disso, a abordagem qualitativa oferece uma oportunidade única para os pesquisadores se envolverem directamente com os participantes, explorando suas experiências, opiniões e percepções de forma detalhada. Isso não só enriquece os dados colectados, mas também permite uma compreensão mais profunda e empática do impacto da eleição por lista partidária fechada na vida das pessoas em Moçambique.

O estudo adopta uma abordagem qualitativa, visando uma compreensão profunda e holística dos diversos aspectos relacionados à eleição por lista partidária fechada. Essa escolha metodológica permite explorar as experiências, percepções e desafios dos indivíduos envolvidos no processo eleitoral, proporcionando *insights* valiosos sobre o tema em questão (Creswell, 2014).

Ao optar por uma abordagem qualitativa, o estudo busca captar nuances e complexidades que não seriam alcançadas por métodos quantitativos. A análise aprofundada dos dados qualitativos permite uma compreensão mais rica e contextualizada do fenómeno estudado, fornecendo uma visão abrangente das dinâmicas políticas em Moçambique.

Por meio de entrevistas semi-estruturadas, grupos focais, análise documental, observação participante e questionários online, o estudo exploratório qualitativo visa explorar as diferentes perspectivas e experiências dos participantes, contribuindo para uma compreensão mais completa do impacto da eleição por lista partidária fechada. Essa abordagem metodológica é

essencial para abordar questões complexas e multifacetadas relacionadas ao processo eleitoral, permitindo uma análise detalhada das dinâmicas políticas e sociais em Moçambique.

Em suma, este estudo exploratório qualitativo visa fornecer uma análise abrangente e contextualizada do impacto da eleição por lista partidária fechada em Moçambique. Ao adotar uma abordagem flexível e adaptável, o pesquisador espera contribuir significativamente para o entendimento desse fenómeno complexo e potencialmente influenciar debates e decisões futuras relacionadas ao sistema eleitoral do país.

### **3.1.2. Natureza: Qualitativa**

A abordagem qualitativa deste estudo implica uma análise aprofundada das experiências e percepções dos participantes.

Conforme enfatizado por Denzin e Lincoln (2018), a pesquisa qualitativa destaca a compreensão do significado subjacente aos fenómenos sociais, explorando suas nuances e contextos (p. 5).

Neste estudo sobre a eleição por lista partidária fechada em Moçambique, a natureza qualitativa permite uma análise detalhada das dinâmicas políticas, sociais e culturais que influenciam esse sistema eleitoral.

Autores como Creswell (2014) destacam que a abordagem qualitativa é especialmente útil para explorar fenómenos complexos, possibilitando uma compreensão mais profunda das experiências e perspectivas dos participantes (p. 16).

Por meio de métodos qualitativos, como entrevistas semi-estruturadas e análise documental, este estudo busca captar a diversidade de opiniões e contextos relacionados à eleição por lista partidária fechada. Essa análise minuciosa é essencial para desvelar as dinâmicas políticas e sociais subjacentes ao sistema eleitoral em Moçambique, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e contextualizada do fenómeno em estudo.

Além disso, a pesquisa qualitativa oferece flexibilidade metodológica, permitindo que os pesquisadores adaptem suas abordagens conforme surgem novos *insights* durante a colecta e análise de dados.

Marshall e Rossman (2016) observam que, essa flexibilidade é crucial em estudos que envolvem contextos políticos e sociais dinâmicos, como é o caso do sistema eleitoral

moçambicano. A possibilidade de ajustar as perguntas e métodos de pesquisa ao longo do estudo garante uma maior relevância e precisão nos resultados obtidos.

A utilização de métodos qualitativos, como entrevistas semi-estruturadas e análise documental, permite captar uma ampla gama de opiniões e experiências que seriam difíceis de quantificar em uma pesquisa quantitativa.

Lakatos e Marconi (2009) apontam que esses métodos são particularmente eficazes para revelar aspectos subjectivos e contextuais das experiências dos participantes, que são fundamentais para compreender as complexidades da eleição por lista partidária fechada. A profundidade e a riqueza dos dados qualitativos proporcionam uma visão mais holística das questões investigadas (p. 74).

A análise documental, em particular, desempenha um papel importante na triangulação dos dados, permitindo que os pesquisadores corroborem informações obtidas por meio de entrevistas com registos históricos e documentos oficiais.

Segundo Denzin e Lincoln (2018), essa triangulação é essencial para aumentar a validade e a confiabilidade dos achados em pesquisas qualitativas. No contexto deste estudo, a análise documental ajuda a contextualizar as percepções dos entrevistados dentro de um quadro histórico e político mais amplo, oferecendo uma compreensão mais completa das dinâmicas eleitorais em Moçambique.

Por fim, ao adoptar uma abordagem qualitativa, este estudo não apenas contribui para o entendimento acadêmico do sistema eleitoral moçambicano, mas também fornece *insights* práticos que podem ser utilizados por legisladores e formuladores de políticas.

Conforme argumenta Creswell (2014), a pesquisa qualitativa é particularmente útil para informar a prática, oferecendo recomendações baseadas em uma compreensão detalhada dos contextos e das experiências das pessoas envolvidas. Assim, este estudo visa não apenas ampliar o conhecimento sobre as eleições por lista partidária fechada, mas também contribuir para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e representativas em Moçambique.

### **3.1.3. Procedimentos Técnicos**

Os procedimentos técnicos adoptados neste estudo abrangem uma variedade de métodos de colecta de dados e análise, visando uma investigação abrangente e detalhada da eleição por lista partidária fechada. Estes procedimentos incluem:

- i) Entrevistas Semi-estruturadas – este método permite uma exploração aprofundada das experiências, percepções e opiniões dos participantes. As entrevistas foram conduzidas com membros de partidos políticos, candidatos e eleitores, buscando elementos sobre o funcionamento e os impactos do sistema de lista partidária fechada (Patton, 2015).
- ii) Grupos Focais – proporcionam uma oportunidade para a discussão e interacção entre os participantes, permitindo a identificação de padrões e divergências nas opiniões. Foram estruturados com base em características demográficas e sociais, garantindo uma representação abrangente da população-alvo (Krueger & Casey, 2000).
- iii) Análise Documental – complementa as informações obtidas por meio de entrevistas. Esta análise inclui uma revisão de documentos oficiais, como regulamentações eleitorais, discursos de líderes políticos e relatórios de observadores eleitorais, fornecendo *insights* adicionais sobre o contexto político em Moçambique (Bogdan e Biklen, 2007).
- iv) Observação Participante – foi utilizada para obter uma compreensão mais contextualizada do ambiente político em Moçambique. O pesquisador participou activamente de eventos políticos, reuniões partidárias e outros contextos relevantes, observando dinâmicas e interacções em tempo real (Hammersley e Atkinson, 2007).
- v) Questionários Online – para alcançar uma amostra mais ampla e diversificada, foi aplicado um questionário online a eleitores e membros da população interessados em participar. Essa abordagem proporcionou uma visão mais abrangente das opiniões e percepções, complementando os dados obtidos por meio de métodos qualitativos (Dillman, Smyth, & Christian, 2014, p. 112).

Esses procedimentos técnicos foram fundamentais para a colecta e análise de dados neste estudo, proporcionando uma visão abrangente e multifacetada da eleição por lista partidária fechada em Moçambique.

Ao adoptar uma abordagem qualitativa e utilizar uma variedade de métodos de colecta de dados e análise, este estudo busca contribuir significativamente para a compreensão do sistema eleitoral em questão. Através de entrevistas, grupos focais, análise documental, observação participante e questionários online, foram obtidos *insights* valiosos sobre as percepções, desafios e impactos da eleição por lista partidária fechada em Moçambique. Essa abordagem multifacetada permitiu uma análise holística e aprofundada do tema, fornecendo uma base sólida para a discussão e tomada de decisões futuras no contexto político do país.

### 3.2. População e Amostra

A definição clara da população e a escolha de uma amostra representativa são elementos cruciais para a validade e a generalização dos resultados da pesquisa (Lakatos e Marconi, 2009).

Neste contexto, a delimitação do universo desta pesquisa visa especificar quais grupos de pessoas serão considerados na investigação, identificando suas características comuns que são pertinentes ao estudo em questão.

A população-alvo desta pesquisa compreende eleitores, membros de partidos políticos, candidatos e líderes partidários envolvidos no sistema de eleição por lista partidária fechada em Moçambique.

As características comuns não se limitam a idade, género, nível de educação, filiação partidária, experiência política, área geográfica de residência e participação em eleições anteriores.

Autores como Creswell (2014) ressaltam a importância de uma definição clara da população-alvo para garantir que os resultados da pesquisa sejam aplicáveis ao grupo específico de interesse.

Além disso, Baker et al. (2016) destacam que a escolha cuidadosa das características comuns na delimitação da população pode influenciar a representatividade da amostra.

A amostragem foi estratificada, considerando as características comuns identificadas na delimitação do universo. Foi adoptada uma abordagem que garanta representatividade geográfica e demográfica, assegurando que diferentes perspectivas e contextos fossem considerados.

Segundo Yin (2018), a estratificação da amostra é crucial para garantir que diferentes segmentos da população-alvo sejam adequadamente representados, contribuindo para a validade externa dos resultados.

O tamanho da amostra foi determinado com base em considerações estatísticas para garantir a precisão dos resultados.

Krejcie e Morgan (1970) fornece orientações sobre o cálculo do tamanho da amostra em pesquisas de diferentes escalas. Critérios claros de inclusão e exclusão serão estabelecidos para garantir que os participantes seleccionados estejam alinhados com os objectivos da pesquisa. Esses critérios podem incluir a participação em eleições anteriores, filiação a partidos políticos, entre outros factores relevantes.

### 3.3. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

As técnicas de recolha de dados desempenham um papel crucial na obtenção de informações relevantes e confiáveis para responder às perguntas de pesquisa. Neste estudo, foram empregues técnicas diversificadas para captar a complexidade e a riqueza das experiências relacionadas à eleição por lista partidária fechada em Moçambique.

Foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas com eleitores, membros de partidos políticos, candidatos e líderes partidários. Esta técnica permite uma exploração mais aprofundada das percepções, experiências e opiniões dos participantes (Creswell, 2014, p. 240).

As perguntas foram elaboradas de forma a abranger diversos aspectos, como a compreensão do sistema, as motivações para participar, e as percepções sobre a representatividade e transparência:

Serão organizados grupos focais com representantes de diferentes segmentos da população-alvo. Esta abordagem facilita a discussão e a interacção entre os participantes, permitindo a identificação de padrões e divergências nas opiniões. Os grupos focais serão estruturados com base nas características demográficas e sociais para garantir uma representação abrangente (Krueger e Casey, 2000, p. 240).

A análise de documentos, como textos legislativos, relatórios eleitorais anteriores e documentos partidários, foram realizadas para complementar as informações obtidas por meio de entrevistas e grupos focais. Isso contribuiu para contextualizar as práticas e políticas existentes relacionadas à eleição por lista partidária fechada (Yin, 2018).

A observação participante foi empregue para obter uma compreensão mais contextualizada do ambiente político e das práticas relacionadas à eleição por lista partidária fechada. Os pesquisadores participam activamente de eventos políticos, reuniões partidárias e outros contextos relevantes para observar dinâmicas e interações em tempo real (Creswell, 2014, p. 217).

Para alcançar uma amostra mais ampla e diversificada, foi aplicado um questionário online a eleitores e membros da população que tinham interesse em participar. Isso proporcionou uma visão mais abrangente das opiniões e percepções, complementando os dados obtidos por meio de métodos qualitativos (Dillman, Smyth, & Christian, 2014).

A pesquisa seguiu estritos padrões éticos, garantindo o consentimento informado dos participantes, a confidencialidade das informações e o respeito à privacidade. Todas as práticas de coleta de dados foram conduzidas de acordo com as diretrizes éticas estabelecidas pelas

instituições de pesquisa. Ao integrar uma variedade de métodos de coleta de dados, esta pesquisa visa proporcionar uma compreensão abrangente e holística das dinâmicas associadas à eleição por lista partidária fechada em Moçambique.

### 3.4. Técnicas de Análise dos Dados

A análise de dados desempenha um papel crucial na interpretação das informações colectadas e na obtenção de *insights* significativos. Neste estudo, foi adoptada uma abordagem abrangente e interactiva para a análise dos dados qualitativos.

Para os dados qualitativos obtidos por meio de entrevistas, grupos focais, observação participante e análise documental, foi utilizada a análise de conteúdo. Este método envolve a identificação de padrões, temas e categorias emergentes nos dados textuais (Elo e Kyngäs, 2008).

A análise foi conduzida de forma sistemática, permitindo a interpretação aprofundada das experiências e percepções dos participantes.

A análise de dados foi um processo interactivo, envolvendo constantes idas e vindas entre os dados, as teorias e as conclusões. Essa abordagem interactiva permitiu ajustes e refinamentos contínuos à medida que novos entendimentos surgiram durante o processo de análise (Miles et al., 2014).

Para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, foram adoptadas práticas rigorosas, como a triangulação de fontes, a auditoria por pares e a reflexividade do pesquisador (Creswell e Creswell, 2017).

Ao aplicar métodos de análise robustos e complementares, este estudo busca fornecer uma interpretação significativa e fundamentada sobre o impacto da eleição por lista partidária fechada em Moçambique:

A análise de dados é, sem dúvida, uma etapa crítica no processo de pesquisa, pois é onde as informações colectadas ganham significado e relevância. Neste estudo, a escolha da análise de conteúdo como método para tratar os dados qualitativos é adequada, pois permite uma exploração detalhada dos dados textuais obtidos por meio de entrevistas, grupos focais, observação participante e análise documental. A análise de conteúdo é eficaz para identificar padrões e temas emergentes, o que é essencial para compreender as complexas dinâmicas e percepções relacionadas ao sistema eleitoral por lista partidária fechada em Moçambique. Essa abordagem sistemática proporciona uma interpretação aprofundada das experiências dos participantes, revelando *insights* valiosos sobre o impacto desse sistema eleitoral (Elo e Kyngäs, 2008, p. 110).

A adopção de uma abordagem interactiva para a análise dos dados, caracterizada por constantes idas e vindas entre dados, teorias e conclusões é crucial para uma compreensão mais rica e precisa. Esse processo interactivo permite ajustes contínuos e refinamentos à medida que novos entendimentos surgem, assegurando que a análise evolua conforme o estudo avança. A flexibilidade desta abordagem é particularmente importante para capturar a complexidade e as nuances dos dados qualitativos, garantindo que as conclusões sejam informadas por uma compreensão profunda e contextualizada do fenómeno investigado (Miles et al., 2014).

Para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, a implementação de práticas rigorosas como a triangulação de fontes, auditoria por pares e reflexividade do pesquisador é uma medida essencial (Creswell e Creswell, 2017).

A triangulação ajuda a corroborar os achados através da comparação de diferentes fontes de dados, enquanto a auditoria por pares proporciona uma revisão crítica e externa da análise. A reflexividade permite que o pesquisador reconheça e controle possíveis preconceitos, assegurando que a interpretação dos dados seja o mais objectiva e precisa possível. Essas práticas rigorosas garantiram que o estudo não apenas ofereça uma interpretação significativa e fundamentada, mas também contribua de maneira robusta para o entendimento do impacto da eleição por lista partidária fechada em Moçambique.

### **3.4.1. Variáveis de Pesquisa**

As variáveis de pesquisa desempenham um papel fundamental na estruturação e na compreensão dos fenómenos investigados.

Segundo Viacarreira (2022), o termo "variável" refere-se a uma característica de interesse a ser estudada em cada elemento de pesquisa, abrangendo qualidades, atributos, valores e outras medidas que o investigador busca medir (p. 45).

Lakatos & Marconi (2003) definem variáveis como classificações ou medidas, aspectos discerníveis em um objecto de estudo e passíveis de mensuração.

Viacarreira (2022), ao referir-se as variáveis:

Identifica quatro tipos principais de variáveis: as quantitativas, divididas em discretas e contínuas, e as qualitativas, divididas em nominais e ordinais. Por outro lado, as variáveis podem ser classificadas como independentes e dependentes. As variáveis independentes, conforme descrito, são factores determinantes, condições ou causas que influenciam outros elementos do estudo. Já as variáveis dependentes são os fenómenos ou factos a serem explicados, influenciados pelas variáveis independentes (p. 52).

Neste contexto de pesquisa sobre eleições por lista partidária fechada em Moçambique, a variável dependente é a política de selecção de candidatos em listas partidárias fechadas. Esta variável representa o objecto central de estudo, sendo influenciada por uma série de factores e dinâmicas políticas. Por outro lado, as variáveis dependentes incluem a representatividade étnica nas listas partidárias, o nível de transparência percebido pelos eleitores e a avaliação da responsabilidade dos representantes eleitos.

A representatividade étnica nas listas partidárias refere-se à presença e à proporção de diferentes grupos étnicos entre os candidatos seleccionados pelos partidos políticos. Esta variável busca examinar a diversidade e a inclusão dentro do sistema político, reflectindo a composição demográfica e sociocultural do país.

O nível de transparência percebido pelos eleitores é outra variável importante, que aborda a percepção pública sobre a abertura e a clareza do processo eleitoral e da conduta dos candidatos e partidos políticos. Esta variável está ligada à confiança do eleitorado no sistema político e à sua capacidade de fazer escolhas informadas durante as eleições.

A avaliação da responsabilidade dos representantes eleitos é uma variável que examina a percepção dos eleitores sobre o desempenho e o comportamento dos políticos após serem eleitos. Ela envolve a prestação de contas dos representantes perante os eleitores, a eficácia na defesa dos interesses da população e a transparência na gestão dos recursos públicos.

Essas variáveis de pesquisa são fundamentais para a compreensão dos complexos processos políticos e eleitorais em Moçambique, fornecendo *insights* valiosos para a análise e o aprimoramento do sistema democrático do país.

### **3.4.2. Limitações da Pesquisa**

Conforme ressaltado por Lakatos e Marconi (2003), a presente pesquisa enfrenta diversas limitações que devem ser consideradas durante sua condução. Primeiramente, a abrangência geográfica e a diversidade das regiões escolhidas podem não captar todas as variações locais existentes em Moçambique. Isso pode limitar a representatividade dos resultados, uma vez que aspectos específicos de determinadas áreas podem não ser adequadamente abordados.

Segundo Creswell (2014), a disponibilidade e a disposição dos entrevistados em participar podem afectar a representatividade dos dados colectados. A presença de segmentos da população sub-representados pode distorcer a compreensão dos fenómenos investigados,

prejudicando a validade dos resultados. Portanto, é essencial considerar estratégias para garantir a participação de uma amostra diversificada e representativa.

Além disso, a confiabilidade das fontes documentais utilizadas na pesquisa também é uma preocupação. A precisão e a imparcialidade dos registos oficiais e relatos podem variar, o que pode impactar a qualidade e a credibilidade das informações obtidas. Portanto, é necessário realizar uma análise crítica e cuidadosa dessas fontes, buscando corroborar os dados sempre que possível (Yin, 2018).

Adicionalmente, as percepções dos participantes são inerentemente subjectivas e podem ser influenciadas por suas experiências pessoais. Essa subjectividade pode limitar a capacidade de generalização dos resultados da pesquisa, uma vez que as percepções individuais podem não reflectir necessariamente a realidade objectiva. Portanto, é importante interpretar os dados com cautela e considerar o contexto específico de cada participante ao analisar os resultados (Elo e Kyngäs, 2008).

Por fim, o contexto político e social em constante mudança pode afectar a relevância e a aplicabilidade dos achados ao longo do tempo. Mudanças nas políticas, na legislação ou no cenário socioeconómico podem influenciar a interpretação e a utilidade dos resultados da pesquisa. Assim, é essencial documentar o contexto no qual a pesquisa foi realizada e considerar possíveis mudanças ao interpretar os resultados em um contexto futuro (Baker et al., 2016).

Em suma, as limitações identificadas destacam a importância de uma abordagem cuidadosa e crítica durante a condução da pesquisa. Neste trabalho reconhecemos e mitigamos essas limitações, de modo que fosse possível aumentar a confiabilidade e a validade dos resultados, contribuindo para uma compreensão mais precisa e abrangente do fenómeno investigado.

### **3.5. Aspectos Éticos**

Conforme Lakatos e Marconi (2009), a condução da pesquisa foi pautada por rigorosos padrões éticos, garantindo que todos os participantes concedam consentimento informado e que suas informações pessoais sejam tratadas com confidencialidade e respeito à privacidade. A observância desses princípios éticos é fundamental para assegurar a integridade e a validade da pesquisa, bem como o bem-estar dos participantes envolvidos (p. 112).

A ética na pesquisa engloba a total transparência sobre os objectivos do estudo. Isso implica garantir que os participantes estejam plenamente cientes do propósito e dos métodos da investigação, permitindo-lhes tomar uma decisão informada sobre sua participação. A

transparência também contribui para a construção de confiança entre os pesquisadores e os participantes, promovendo uma relação de respeito e colaboração ao longo do processo de pesquisa (Creswell, 2014).

Para Baker et al. (2016), a protecção dos dados pessoais dos participantes é uma prioridade absoluta. Isso inclui garantir que nenhuma informação sensível seja divulgada sem autorização prévia dos participantes, preservando sua privacidade e confidencialidade. O pesquisador foi responsável por implementar medidas de segurança adequadas para proteger os dados colectados contra acesso não autorizado ou uso indevido.

Além disso, foram adoptadas medidas para garantir que nenhum participante sofra qualquer tipo de dano ou desconforto como resultado de sua participação na pesquisa (Dillman, Smyth, & Christian (2014).

Isso envolve minimizar quaisquer riscos potenciais associados à participação na pesquisa e garantir que os participantes sejam tratados com respeito e dignidade em todos os momentos. O pesquisador foi atento aos sinais de desconforto ou angústia por parte dos participantes e tomou medidas adequadas para mitigar esses efeitos negativos:

A abordagem ética na pesquisa também envolve a consideração cuidadosa dos impactos potenciais dos resultados da pesquisa na comunidade e no cenário político, buscando sempre contribuir de forma positiva e responsável para o entendimento e melhoria do processo democrático em Moçambique. Isso implica comunicar os resultados da pesquisa de forma clara e acessível, tanto para os participantes quanto para o público em geral, e garantir que esses resultados sejam utilizados de maneira ética e responsável para informar políticas e práticas futuras (Creswell & Creswell, 2017, p. 89).

O pesquisador está comprometido em conduzir a pesquisa de acordo com os mais altos padrões éticos e científicos, garantindo que todas as etapas do processo fossem realizadas com integridade e respeito aos direitos e dignidade dos participantes. A ética na pesquisa não é apenas uma obrigação moral, mas também um imperativo para garantir a confiabilidade e a validade dos resultados obtidos e para promover o bem-estar e a protecção dos participantes envolvidos.

## **CAPÍTULO – IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

A análise e discussão dos resultados deste estudo, focado nas eleições por lista partidária fechada em Moçambique, são fundamentais para compreender as percepções e experiências dos entrevistados em relação a esse tema crucial. A utilização de tabelas e gráficos facilita a visualização e interpretação dos dados colectados por meio de questionários, enriquecendo a análise realizada:

Inicialmente, procedeu-se à caracterização dos aspectos sociodemográficos e profissionais dos entrevistados, o que permite estabelecer um contexto adequado para a compreensão dos resultados subsequentes. Essa caracterização revela elementos importantes sobre a composição do grupo de entrevistados e sua relevância para a pesquisa (Creswell, 2014; Lakatos & Marconi, 2009).

Em seguida, os dados relativos ao tema das eleições por lista partidária fechada em Moçambique são apresentados e analisados. Através de tabelas e gráficos, é possível observar padrões e tendências nas respostas dos entrevistados, bem como identificar pontos de convergência e divergência entre as opiniões expressas.

A análise dos resultados abrange diversas dimensões, desde a participação eleitoral dos entrevistados até suas percepções sobre a transparência do sistema político e a prestação de contas dos representantes eleitos. Questões como o conhecimento dos critérios de selecção de candidatos pelos partidos políticos e a importância da participação activa na vida política também foram igualmente exploradas.

Ao discutir os resultados, é importante situá-los no contexto da revisão da literatura sobre o tema, utilizando o conhecimento teórico de autores relevantes para enriquecer a análise e interpretar os achados da pesquisa (Yin, 2018; Creswell, 2014; Lakatos & Marconi, 2009).

Isso permite estabelecer conexões significativas entre os resultados obtidos e o conhecimento existente sobre eleições e sistemas políticos.

A análise e discussão dos resultados deste estudo sobre eleições por lista partidária fechada em Moçambique são cruciais para compreender as percepções e experiências dos entrevistados. A utilização de tabelas e gráficos facilita a visualização e interpretação dos dados colectados por meio de questionários, oferecendo uma representação clara dos resultados e permitindo uma análise mais intuitiva dos padrões e tendências observados. Essa abordagem é fundamental para

interpretar os dados de forma eficaz e para identificar claramente as áreas de convergência e divergência nas opiniões dos participantes.

Inicialmente, a caracterização dos aspectos sociodemográficos e profissionais dos entrevistados, estabelece um contexto adequado para a interpretação dos resultados. Esse processo é vital para entender o perfil dos participantes e como suas características podem influenciar suas percepções e respostas sobre o sistema de lista partidária fechada. A compreensão desses aspectos contextuais enriquece a análise dos dados, permitindo uma avaliação mais precisa e informada das opiniões e experiências dos entrevistados (Creswell, 2014; Lakatos & Marconi, 2009).

Na sequência, a análise detalhada dos dados sobre o tema das eleições por lista partidária fechada oferece *insights* sobre várias dimensões, incluindo a participação eleitoral, a percepção da transparência do sistema e a prestação de contas dos representantes eleitos. Questões relativas ao conhecimento dos critérios de selecção dos candidatos e à importância da participação activa na política são exploradas em profundidade.

Yin (2018), Creswell (2014) e Lakatos & Marconi (2009) referem que a discussão dos resultados deve ser alinhada com a revisão da literatura existente. Isso permite estabelecer conexões significativas entre os achados da pesquisa e o conhecimento teórico sobre sistemas eleitorais, enriquecendo a análise e oferecendo uma compreensão mais abrangente do impacto do sistema de lista partidária fechada em Moçambique.

## **4.1. Dados Sociodemográficos**

### **4.1.1. Idade**

A maioria da população questionada, (55%) está entre 26 e 45 anos, indicando que a pesquisa capturou a opinião de uma população em idade activa e com potencial para votar. A participação de jovens (18-25 anos) também é significativa (20%), demonstrando o interesse dessa faixa etária em questões políticas.

O facto de 55% dos entrevistados estarem entre 26 e 45 anos reflecte que a pesquisa capturou, em grande parte, a opinião de uma população em idade activa, que participa activamente da vida política e social, com potencial de voto. Esta faixa etária costuma ter maior envolvimento

em processos eleitorais, o que pode dar uma visão predominante das necessidades e expectativas de uma parte específica da população.

Por outro lado, a participação de jovens (18 a 25 anos), que representa 20% da amostra, destaca o interesse dessa faixa etária nas questões políticas, o que é um ponto positivo, pois essa geração é essencial para o futuro das políticas públicas.

#### 4.1.2. Sexo

O número de homens questionados, (55%) supera o de mulheres (40%), o que pode ser explicado por diferentes factores, como a participação social e o acesso à internet.

*Tabela 1: Distribuição cruzada por idade e sexo dos entrevistados*

Idade	Sexo			Total
	Masculino	Feminino	Outro	
18 à 25	7	3	2	12
26 à 35	8	10	1	19
36 à 45	9	6	0	15
46 à 55	6	2	0	8
Mais de 55	3	3	0	6
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>24</b>	<b>3</b>	<b>60</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante considerar essa discrepância na análise dos resultados para garantir a representatividade de diferentes géneros. Entretanto, o desequilíbrio de género, com 55% de homens em comparação a 40% de mulheres, pode influenciar as conclusões sobre percepções políticas, já que as experiências e perspectivas de homens e mulheres em relação à participação política podem ser significativamente diferentes.

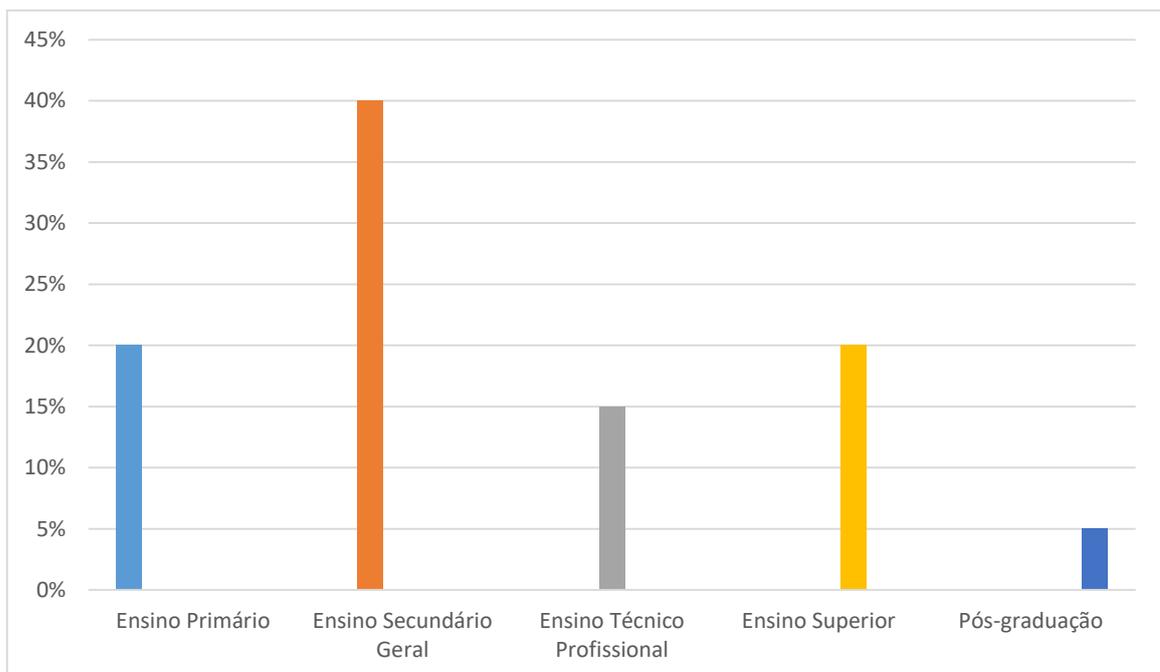
Factores como desigualdade de acesso à internet e participação social mais limitada para as mulheres em algumas regiões podem explicar esse desbalanceamento, mas também sugerem a necessidade de uma análise mais cuidadosa sobre como esses factores afectam os resultados.

### 4.1.3. Nível de Educação

A maioria dos entrevistados (80%) possui, no mínimo, o ensino secundário, revelando um perfil relativamente instruído. Isso pode influenciar a compreensão do SE e as expectativas em relação aos representantes eleitos.

A observação de que 80% dos entrevistados possuem, no mínimo, o ensino secundário indica um perfil educacional relativamente alto entre os participantes da pesquisa. Esse nível de educação pode ter várias implicações importantes para a compreensão e interpretação dos resultados relacionados ao sistema eleitoral (SE) e às expectativas sobre os representantes eleitos.

**Gráfico 1:** Distribuição dos questionados por nível acadêmico



Fonte: Elaborado pelo autor.

Primeiramente, um nível de educação mais elevado frequentemente está associado a uma maior capacidade de compreender complexidades políticas e sistemas eleitorais. entrevistados com ensino secundário ou superior podem ter uma melhor compreensão dos mecanismos e impactos do sistema de lista partidária fechada, bem como uma maior capacidade para criticar e avaliar a eficácia e a transparência do sistema. Isso pode influenciar suas respostas e expectativas em relação aos representantes eleitos, refletindo uma perspectiva mais informada e crítica.

Além disso, a educação pode moldar as expectativas dos eleitores em relação à responsabilidade e à representatividade dos políticos. Indivíduos com um nível educacional mais alto podem esperar maior transparência e responsabilidade dos seus representantes, e podem ser mais exigentes quanto à forma como os partidos políticos conduzem suas seleções e campanhas. Essa compreensão pode levar a uma demanda mais acentuada por reformas e melhorias no sistema eleitoral, bem como a uma avaliação mais crítica da performance dos eleitos.

Por outro lado, é importante considerar que a educação, embora um factor significativo, é apenas um dos muitos aspectos que podem influenciar as percepções e expectativas dos eleitores. Outros factores, como experiência política, contexto socioeconómico e culturais, também desempenham papéis importantes. Portanto, ao analisar os dados, é crucial considerar a interacção entre o nível de educação e outros factores que podem influenciar as opiniões e expectativas dos participantes.

#### **4.2. Análise e Discussão dos Resultados**

Nesta secção, foram analisados diversos critérios relevantes para o estudo, incluindo: o critério de voto, a ocupação dos cidadãos, a transparência, a responsabilidade individual, o conhecimento dos partidos políticos, o critério de selecção dos candidatos, a prestação de contas e a responsabilidade perante os eleitores. A escolha desses critérios é fundamental para alcançar os objectivos delineados neste estudo.

O objectivo geral de avaliar o impacto da eleição por lista partidária fechada na transparência e na responsabilidade individual dos representantes eleitos requer uma compreensão profunda de como esses factores interagem no contexto eleitoral. Por exemplo, a análise do critério de voto e da ocupação dos cidadãos permite verificar a influência socioeconómica sobre as percepções de responsabilidade e transparência. Já a transparência e a responsabilidade individual são directamente ligadas ao objectivo de entender como esses aspectos são afectados pelo sistema de listas fechadas.

Além disso, os objectivos específicos de investigar a prestação de contas e identificar os critérios usados pelos partidos para a selecção dos candidatos são abordados por meio da análise do conhecimento dos partidos políticos e do critério de selecção dos candidatos. Esses elementos são cruciais para entender como os eleitores percebem a prestação de contas e como essa percepção pode ser influenciada pelo sistema de listas partidárias.

Por fim, a responsabilidade perante os eleitores é analisada para entender como os eleitores avaliam a responsabilidade dos candidatos eleitos, considerando o impacto do sistema de listas fechadas. Dessa forma, a análise desses critérios não só responde às questões centrais do estudo, como também fornece uma base sólida para as conclusões e recomendações que emergirão da investigação.

#### **4.2.1. Participação em eleições**

A alta taxa de participação em eleições anteriores em Moçambique, (80%) indica um público engajado no processo eleitoral. Essa informação é crucial para avaliar a percepção dos cidadãos sobre o sistema de lista partidária fechada.

Um alto nível de participação em eleições anteriores em Moçambique, indicada pela pesquisa, está alinhada com as expectativas levantadas pela revisão da literatura sobre o engajamento cívico e político em contextos democráticos.

Creswell (2014) ressalta a importância da participação eleitoral como um indicador de saúde democrática em uma sociedade. A elevada participação dos cidadãos moçambicanos nas eleições sugere um interesse activo na escolha de seus representantes e no processo político como um todo.

Essa alta taxa de participação também pode ser interpretada à luz do contexto político e histórico de Moçambique, marcado por desafios e conquistas no campo da democracia. Após décadas de conflito e instabilidade política, o país passou por um processo de democratização, culminando na realização de eleições regulares. Nesse sentido, a participação eleitoral pode ser vista como uma expressão do desejo da população por estabilidade, representatividade e participação activa na vida política do país.

No entanto, é importante ressaltar que uma alta taxa de participação eleitoral não necessariamente indica um apoio unânime ao sistema político vigente.

Como mencionado por Creswell (2014), a análise da percepção dos cidadãos sobre o sistema político deve considerar não apenas a participação eleitoral, mas também outras dimensões, como a confiança nas instituições democráticas, a transparência do processo eleitoral e a representatividade dos governantes eleitos.

### 4.2.2. Ocupação Principal

A maior parte dos entrevistados (65%) está inserida no mercado de trabalho, seja como estudante (25%) ou trabalhador (40%). Essa característica permite compreender as diferentes perspectivas sobre a representatividade política e as demandas da população.

*Tabela 2: Cruzamento de Ocupação principal por Sexo dos respondentes*

Sexo	Ocupação Principal					
	Estudante	Trabalhador Assalariado	Trabalhador Autónomo	Desempregado	Aposentado	Outro
Masculino	11	10	5	2	3	2
Feminino	3	12	7	1	0	1
Outro	1	2	0	0	0	0
Total (%)	25%	40%	20%	5%	5%	5%

Fonte: Elaborado pelo autor

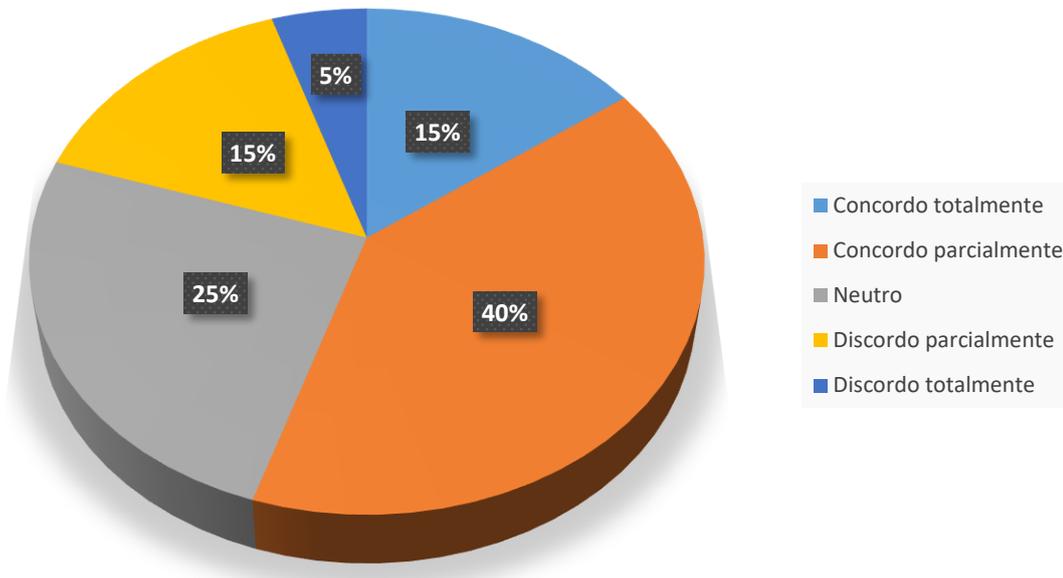
### 4.2.3. Transparência

A opinião sobre a transparência do sistema é dividida, com 40% concordando parcialmente e 20% discordando (total ou parcialmente). Isso indica a necessidade de maior clareza na selecção de candidatos e no financiamento dos partidos.

A divisão de opiniões sobre a transparência do sistema político em Moçambique, como evidenciada pelos dados da pesquisa, está em linha com as preocupações levantadas pela literatura revisada.

Creswell (2014) destaca a importância da transparência como um elemento fundamental para a legitimidade e a eficácia dos processos democráticos. A falta de clareza na selecção de candidatos e no financiamento dos partidos políticos pode minar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas e no sistema político como um todo. Portanto, os resultados sugerem a necessidade de medidas adicionais para promover a transparência e a prestação de contas no processo político de Moçambique, visando fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas e garantir a integridade do sistema eleitoral.

**Gráfico 2:** Opinião sobre a transparência do sistema



Fonte: Elaborado pelo autor

A divisão de opiniões sobre a transparência do sistema político, com 40% dos participantes concordando parcialmente e 20% discordando, ressalta a necessidade urgente de reformas para aumentar a clareza e a abertura do processo eleitoral em Moçambique. Este cenário reflecte preocupações amplamente discutidas na literatura sobre a importância da transparência para a legitimidade dos sistemas democráticos.

Como Creswell (2014) enfatiza, a transparência é crucial para assegurar que os processos eleitorais sejam percebidos como justos e responsáveis. A atual falta de clareza na selecção de candidatos e no financiamento dos partidos pode prejudicar a confiança pública e a legitimidade das instituições políticas. Assim, os resultados da pesquisa indicam uma demanda significativa por reformas que melhorem a transparência e a prestação de contas, reforçando a integridade do sistema eleitoral e restaurando a confiança dos eleitores na democracia moçambicana.

#### **4.2.4. Responsabilidade Individual**

A percepção sobre a responsabilidade individual dos representantes eleitos é negativa, com 55% dos respondentes acreditando que o sistema a diminui. Essa é uma questão crucial que precisa ser debatida e solucionada para fortalecer a democracia.

A percepção negativa sobre a responsabilidade individual dos representantes eleitos, conforme evidenciada pelos dados da pesquisa, reflecte uma preocupação significativa que tem sido discutida na literatura sobre sistemas políticos e democracia.

Baker et al. (2016) e Creswell & Creswell (2017) destacam a importância da *accountability* individual dos representantes eleitos para garantir a eficácia e a legitimidade do sistema democrático. Quando os cidadãos percebem que o sistema político não promove a responsabilidade dos seus representantes, isso pode minar a confiança na democracia como um todo.

**Tabela 3:** Percepção sobre a responsabilidade individual dos representantes

<b>Responsabilidade Individual</b>			
<b>Aumenta</b>	<b>Diminui</b>	<b>Não faz diferença</b>	<b>Não tenho certeza</b>
10%	55%	30%	5%

Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, os resultados sugerem a necessidade de reformas políticas que promovam uma maior responsabilização dos representantes eleitos perante os seus eleitores. Isso pode incluir medidas como maior transparência, prestação de contas e mecanismos de participação pública para fortalecer a relação entre os eleitos e os eleitores e, assim, fortalecer a democracia em Moçambique.

#### **4.2.5. Conhecimento dos Partidos Políticos**

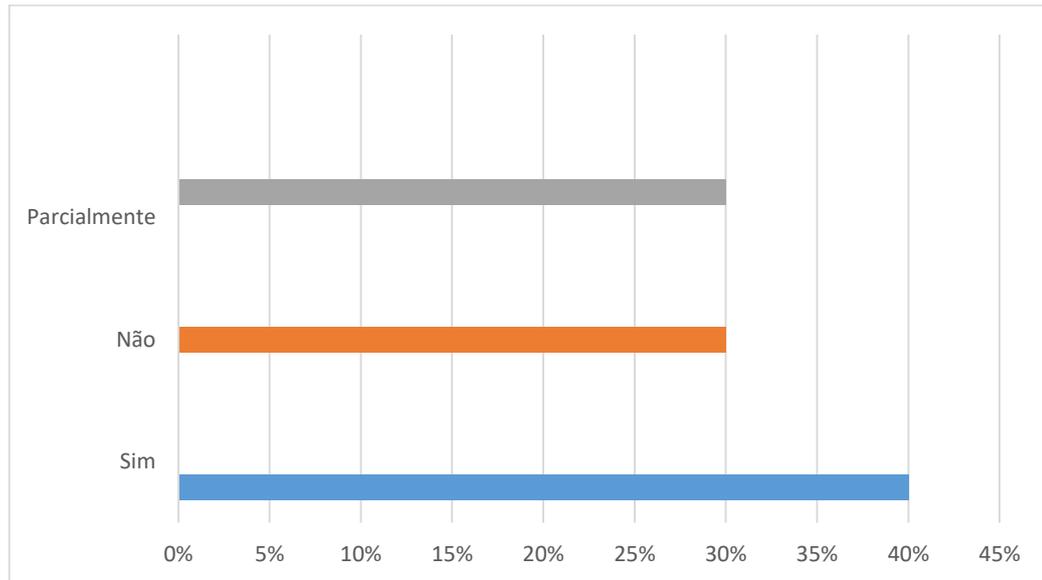
Apenas 40% dos respondentes afirmam ter conhecimento sobre os critérios usados pelos partidos para seleccionar candidatos. Essa falta de informação pode gerar desconfiança e fragilizar a representatividade.

Os resultados da pesquisa sobre o conhecimento dos critérios dos partidos para a selecção de candidatos em Moçambique ressoam com as descobertas de vários estudiosos da política, que discutem a importância da representação política e da responsabilidade dos partidos (Powell, 2000; Samuels e Shugart, 2010; Alfazema, 2019).

A falta de conhecimento dos critérios de selecção pode minar a confiança dos eleitores nas instituições políticas e prejudicar a legitimidade do processo eleitoral. Isso reflecte sobre os

desafios enfrentados pelas democracias quando há falta de transparência e responsabilidade nos partidos políticos (Lijphart, 1994; Levitsky e Ziblatt, 2018).

**Gráfico 3:** *Conhecimento sobre os critérios usados na selecção de candidatos*



Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, os resultados destacam a necessidade de maior transparência e prestação de contas por parte dos partidos políticos em Moçambique, a fim de fortalecer a representatividade e a confiança dos cidadãos no sistema político.

#### **4.2.6. Selecção dos candidatos**

Os critérios mais mencionados são experiência política (40%) e fidelidade ao partido (30%). A qualificação técnica e a popularidade entre o público receberam menos atenção, o que pode ser um problema para a qualidade da representação.

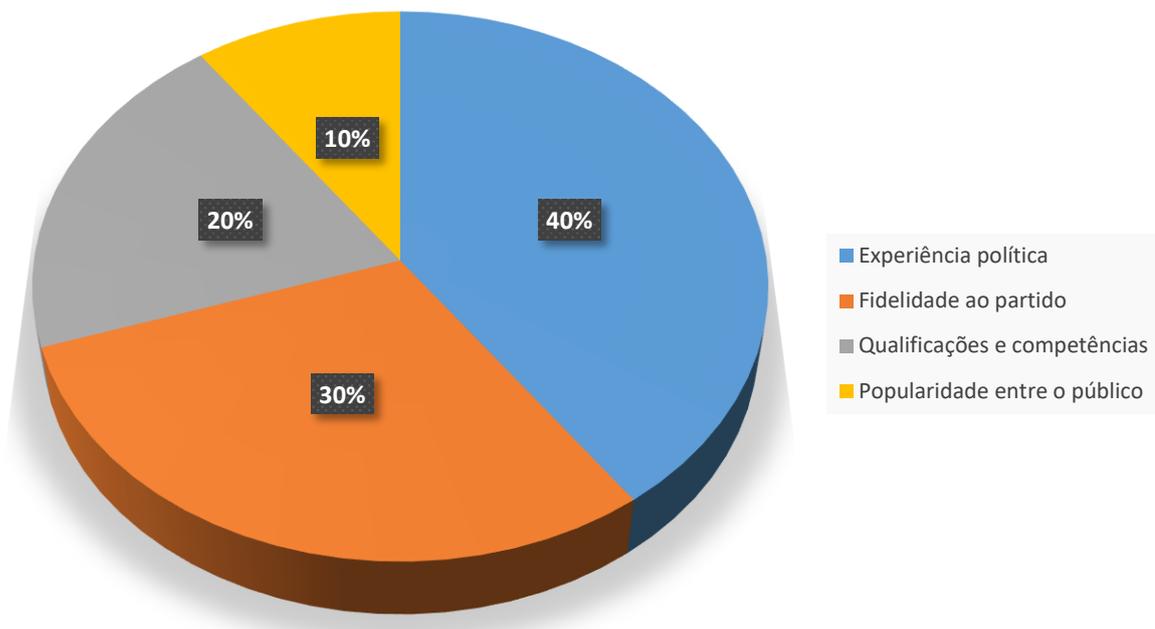
A percepção dos critérios de selecção dos candidatos, conforme destacada na pesquisa, está em linha com as discussões encontradas na literatura sobre sistemas eleitorais e representatividade política.

Powell (2000) e Samuels e Shugart (2010) discutem a importância dos critérios de selecção dos candidatos na formação de sistemas políticos representativos. A prevalência da experiência política e da fidelidade ao partido como critérios mais mencionados pelos entrevistados reflecte

uma preocupação com a continuidade e coesão partidária, porém, pode indicar uma lacuna na representação de uma gama mais diversificada de habilidades e perspectivas na esfera política.

Alfazema (2017) e Nuvunga (2016) abordam especificamente a dinâmica do sistema eleitoral em Moçambique, destacando como a estrutura do sistema pode influenciar a selecção dos candidatos e, conseqüentemente, a representatividade do processo eleitoral.

**Gráfico 4: Percepção dos Critérios**



Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, a percepção dos critérios de selecção dos candidatos revelada na pesquisa ressalta a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre como tais critérios impactam a qualidade da representação política no contexto moçambicano.

#### **4.2.7. Prestação de Contas**

Apenas 20% dos entrevistados estão satisfeitos com a prestação de contas dos representantes eleitos. Isso reforça a necessidade de mecanismos mais eficazes de *accountability* e transparência.

A baixa satisfação dos respondentes com a prestação de contas dos representantes eleitos, conforme indicado pelos dados da pesquisa, está alinhada com as discussões apresentadas por

diversos autores na literatura sobre democracia e sistemas políticos (Powell, 2000; Samuels & Shugart, 2010; Levitsky & Ziblatt, 2018).

A *accountability*, ou prestação de contas, é um dos pilares fundamentais da democracia, garantindo que os representantes eleitos sejam responsáveis perante os seus eleitores. No entanto, a insatisfação dos entrevistados sugere que os mecanismos existentes podem não ser suficientes para assegurar essa responsabilização.

**Tabela 4:** Cruzamento entre satisfação com a prestação de contas e sexo

Sexo	Satisfação		
	Satisfeito	Insatisfeito	Não tem certeza
Masculino	6	20	7
Feminino	4	14	4
Outro	2	2	1
Total (%)	20%	60%	20%

Fonte: Elaborado pelo autor

Stokes (2005) e Putnam (1993) têm discutido sobre a importância de instituições eficazes e uma cultura cívica ativa na promoção da *accountability*. Portanto, os resultados da pesquisa destacam a necessidade urgente de reformas institucionais e políticas que fortaleçam os mecanismos de prestação de contas, garantindo assim a transparência e a responsabilidade dos representantes eleitos em Moçambique.

A baixa satisfação com a prestação de contas, com apenas 20% dos respondentes expressando contentamento, sublinha uma falha significativa nos mecanismos de responsabilização dos representantes eleitos.

Esta insatisfação, reflectida na pesquisa, está em consonância com a importância da *accountability* para a legitimidade democrática. A *accountability* é essencial para assegurar que os representantes ajam em prol dos interesses dos eleitores e sejam responsabilizados por suas ações. A falta de satisfação indica que os mecanismos de controle e transparência actualmente em vigor podem ser inadequados para garantir essa responsabilidade (Powell, 2000; Samuels & Shugart, 2010; Levitsky & Ziblatt, 2018).

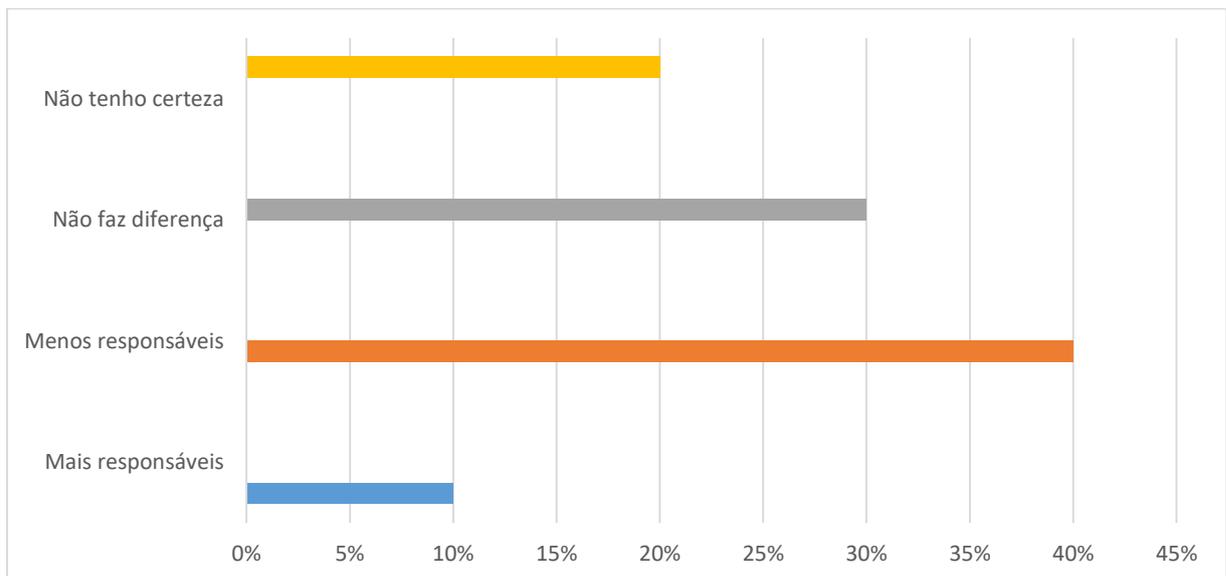
Além disso, como Stokes (2005) e Putnam (1993) discutem a eficácia das instituições e uma cultura cívica activa são cruciais para fortalecer a prestação de contas. A necessidade de

reformas institucionais que promovam uma maior transparência e responsabilidade é clara. Implementar mudanças que melhorem a comunicação entre representantes e eleitores e reforcem os mecanismos de fiscalização pode ajudar a restaurar a confiança pública e assegurar que os representantes cumpram suas responsabilidades de forma mais eficaz. Portanto, os resultados da pesquisa ressaltam a urgência de adoptar medidas que reforcem a responsabilidade e, conseqüentemente, a confiança nas instituições democráticas de Moçambique.

#### 4.2.8. Responsabilidade perante os Eleitores

A maioria dos respondentes (50%) acredita que os representantes eleitos devem prestar contas directamente aos eleitores, e não apenas aos partidos. Essa demanda demonstra o desejo de uma relação mais próxima e transparente entre representantes e representados.

*Gráfico 5: Responsabilidade perante os eleitores*



Fonte: Elaborado pelo autor

A discussão sobre a responsabilidade perante os eleitores, à luz da revisão da literatura, reflecte uma preocupação central em estudos políticos e eleitorais, conforme evidenciado por diversos autores. A percepção dos respondentes de que os representantes eleitos devem prestar contas directamente aos eleitores, em vez de apenas aos partidos políticos, está alinhada com conceitos de representatividade e responsabilidade discutidos por estudiosos (Powell, 2000; Samuels e Shugart, 2010; Levitsky e Ziblatt, 2018).

Essa demanda por uma relação mais próxima e transparente entre representantes e representados sugere uma crescente consciência cívica e uma busca por maior responsabilidade individual dos eleitos. Essa discussão também ressalta a importância de mecanismos institucionais e políticos que promovam uma prestação de contas mais eficaz e uma maior conexão entre os eleitores e seus representantes, elementos essenciais para o fortalecimento da democracia em Moçambique.

A demanda expressa por 50% dos respondentes de que os representantes eleitos devem prestar contas directamente aos eleitores, e não apenas aos partidos, reflecte um desejo significativo por uma maior proximidade e transparência no relacionamento entre eleitores e representantes. Esta visão está em consonância com os conceitos de representatividade e accountability destacados na literatura académica.

Powell (2000) argumenta que a responsabilidade directa dos representantes para com os eleitores é fundamental para a legitimidade democrática.

Enquanto Samuels e Shugart (2010) enfatizam que uma relação mais directa entre eleitores e representantes pode fortalecer a accountability e a confiança no sistema político (p. 87).

Levitsky e Ziblatt (2018) também corroboram a ideia de que a responsabilidade directa é um aspecto crucial para uma governança democrática eficaz.

Essa preocupação dos respondentes sugere um aumento na consciência cívica e um desejo de maior responsabilidade individual dos representantes, o que pode indicar uma demanda crescente por reformas que promovam uma melhor conexão entre eleitores e seus representantes. Esta percepção reforça a necessidade de revisar e, possivelmente, reformar os mecanismos institucionais e políticos existentes em Moçambique para garantir que a prestação de contas não seja apenas uma obrigação para com os partidos, mas também para com os cidadãos que elegem esses representantes. Portanto, fortalecer a relação directa e transparente entre representantes e eleitores é crucial para o aprimoramento da democracia e a consolidação da confiança pública nas instituições políticas do país.

#### **4.2.9. Participação em Actividades Políticas**

Apenas 30% dos entrevistados já participaram de actividades políticas além de votar. Essa baixa participação indica a necessidade de ampliar as formas de engajamento político e fortalecer a cidadania.

A baixa participação em actividades políticas além do voto, como evidenciada pelos resultados da pesquisa, está em linha com as discussões encontradas na literatura académica sobre participação política em Moçambique.

Autores como Nuvunga (2016) e Machado (2018) discutem os desafios enfrentados pelo sistema político moçambicano para promover uma participação política mais ampla e inclusiva. Esses estudos destacam a importância de medidas para fortalecer a cidadania e engajar os cidadãos em actividades políticas além do acto de votar.

Além disso, as análises ressaltam a necessidade de uma abordagem mais abrangente para incentivar a participação política, incluindo a criação de espaços de debate público e a promoção da conscientização cívica. Portanto, os resultados apresentados sugerem que estratégias adicionais são necessárias para aumentar o envolvimento dos cidadãos na vida política, visando fortalecer a democracia e promover uma representação mais inclusiva em Moçambique (Fernandes, 2017; Santos, 2018).

#### **4.2.10. Experiências e Papéis**

As experiências mais comuns são manifestações (45%) e filiação partidária (40%). A participação em campanhas e outras actividades ainda é limitada, o que requer medidas para estimular o engajamento da população.

À luz da revisão da literatura, os resultados que revelam as experiências mais comuns dos respondentes, como manifestações e filiação partidária, estão alinhados com as discussões académicas sobre o engajamento político em Moçambique:

Alfazema (2019), Nuvunga (2016), Santos (2018), Cunha (2019), Simango (2016) e Fernandes (2017) têm destacado os desafios enfrentados pelo sistema político moçambicano, incluindo a participação limitada da população em actividades políticas além do acto de votar. Essa baixa participação pode ser atribuída a factores históricos e estruturais. Portanto, os resultados sugerem a necessidade de políticas e iniciativas que estimulem formas mais amplas de engajamento político, como campanhas de conscientização, programas de educação cívica e medidas para promover a representatividade de grupos sub-representados.

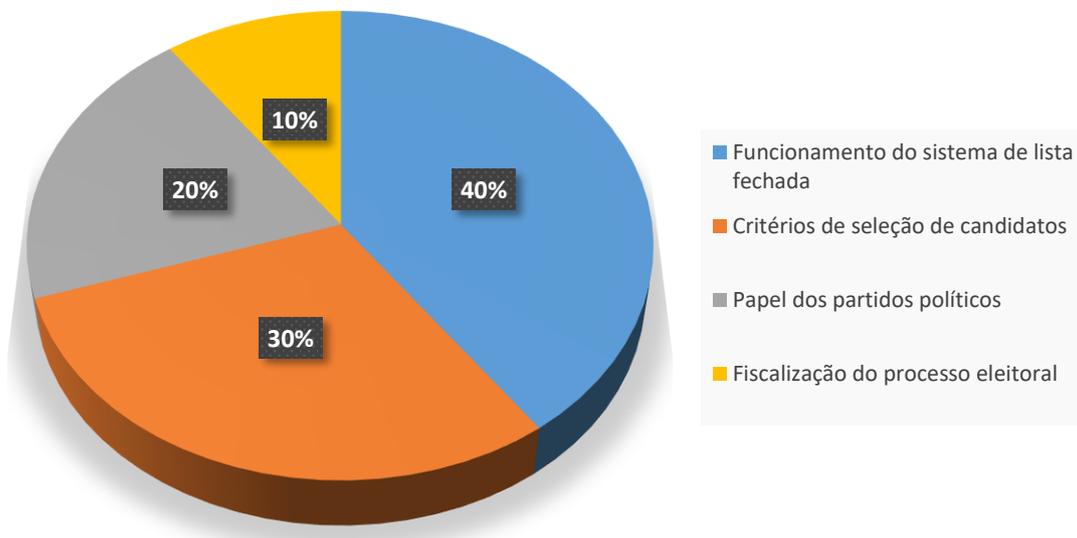
Essas estratégias são essenciais para fortalecer a democracia e aumentar a participação e a representatividade da população moçambicana no processo político.

#### 4.2.11. Conhecimento sobre o Processo Eleitoral

Apenas 30% dos entrevistados se consideram bem informados sobre o processo eleitoral. Isso evidencia a necessidade de investimentos em educação política para fortalecer a democracia.

Os aspectos que os entrevistados desejam entender melhor são o funcionamento do sistema de lista fechada (40%) e os critérios de selecção de candidatos (30%). Essa demanda deve ser atendida para garantir um processo eleitoral mais transparente e participativo.

**Gráfico 6:** Aspectos para melhor compreensão



Fonte: Elaborado pelo autor

A demanda dos entrevistados por uma melhor compreensão do funcionamento do sistema de lista fechada e dos critérios de selecção de candidatos é corroborada pela literatura académica sobre sistemas eleitorais e representação política em Moçambique.

Autores como Alfazema (2019) e Nuvunga (2016) discutem os desafios e perspectivas do sistema eleitoral em Moçambique, destacando a necessidade de uma análise crítica e aprofundada das práticas políticas no país.

Machado (2018) e Chiziane (2019) abordam especificamente a representatividade e as percepções dos eleitores sobre o sistema de lista partidária fechada, ressaltando a importância de uma compreensão clara dos critérios de selecção de candidatos para garantir a legitimidade

e a transparência do processo eleitoral. Portanto, a demanda dos respondentes por uma melhor compreensão desses aspectos reflete uma preocupação legítima e relevante, que deve ser considerada no debate político e nas reformas eleitorais em Moçambique.

#### 4.2.12. Expectativas em Relação a Prestação de Contas aos Candidatos

A maioria dos respondentes (55%) deseja que os representantes eleitos prestem contas directamente aos eleitores, evidenciando a necessidade de fortalecer a relação entre representantes e representados.

**Tabela 5:** *Percepção sobre a responsabilidade individual dos representantes*

Expectativas de Representação			
Alta expectativa	Expectativa moderada	Baixa expectativa	Não tenho certeza
15%	40%	30%	15%

Fonte: Elaborado pelo autor

A discussão sobre as expectativas em relação aos candidatos, à luz da revisão da literatura apresentada por diversos autores, destaca a importância da prestação de contas como um aspecto central da representatividade democrática.

Powell (2000) e Samuels & Shugart (2010) argumentam que a relação entre eleitores e representantes é fundamental para o funcionamento saudável de um sistema democrático. Nesse sentido, a demanda dos respondentes por uma prestação de contas directa dos representantes eleitos aos eleitores está alinhada com as preocupações levantadas na literatura académica sobre democracia e accountability.

Além disso, Levitsky & Ziblatt (2018) e Putnam (1993) enfatizam que a prestação de contas é essencial para fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas e para evitar o surgimento de práticas políticas prejudiciais à democracia. Portanto, os resultados da pesquisa sugerem a importância de promover mecanismos que incentivem uma maior transparência e responsabilidade por parte dos representantes eleitos, visando assim fortalecer a qualidade da representação política em Moçambique.

#### 4.2.13. Participação Eleitoral

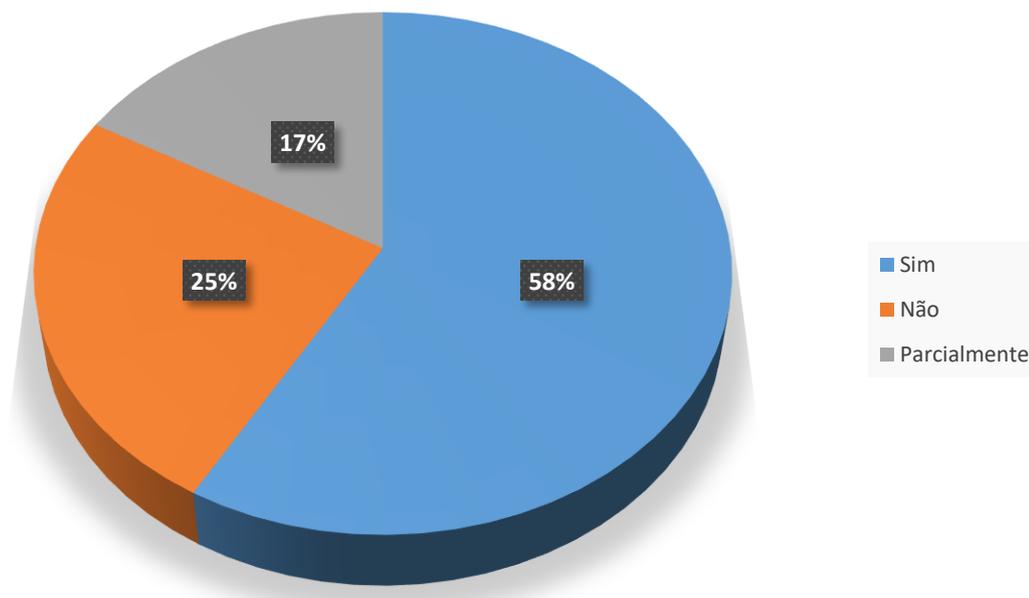
A maioria dos entrevistados (65%) reconhece a importância da participação activa no processo eleitoral, o que demonstra um alto nível de consciência cívica.

A literatura especializada, destaca a importância da participação activa dos cidadãos para a eficácia e a legitimidade dos sistemas democráticos ( Powell, 2000; Samuels e Shugart (2010).

Sobre Moçambique, os estudos ressaltam a relevância do engajamento cívico para o desenvolvimento democrático do país (Alfazema, 2019; Nuvunga, 2016).

O reconhecimento da importância da participação activa no processo eleitoral pelos respondentes (65%) está alinhado com essas perspectivas da literatura.

*Gráfico 7: Importância da Participação Activa*



Fonte: Elaborado pelo autor

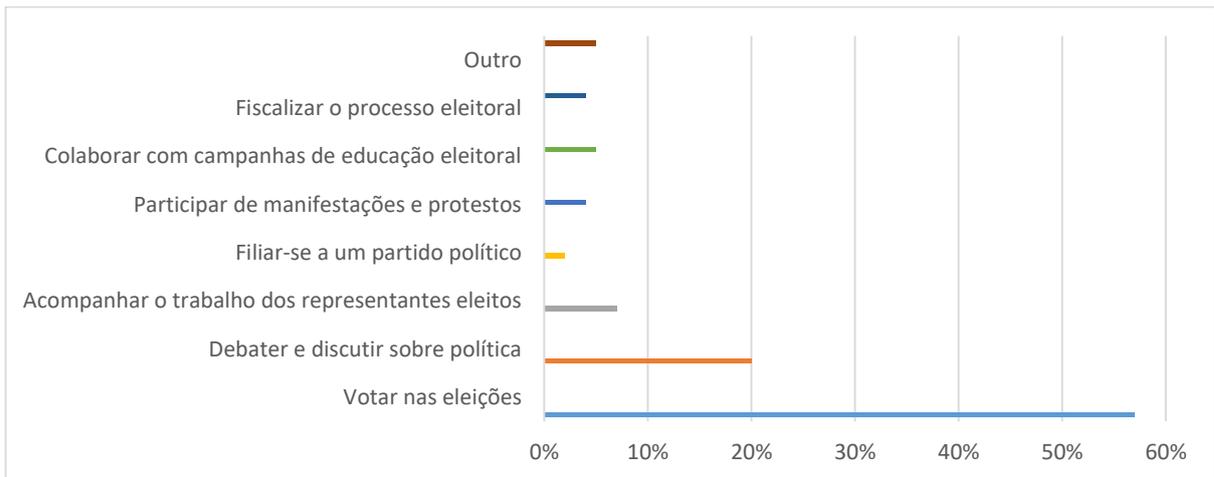
A conscientização cívica é fundamental para fortalecer a democracia e garantir a representatividade dos interesses da população. No entanto, é essencial que esse reconhecimento se traduza em acções concretas de engajamento político, como votar e participar de debates políticos (Matos, 2017; Santos, 2018).

Portanto, os dados fornecidos pelos respondentes indicam uma base sólida de consciência cívica, mas é necessário promover ainda mais formas eficazes de participação activa para fortalecer a democracia em Moçambique.

#### 4.2.14. Participação Activa

Votar (57%) e debater política (20%) são as actividades mais mencionadas para a participação activa, enquanto outras formas de engajamento ainda são menos frequentes.

*Gráfico 8: Actividades para participação activa*



Fonte: Elaborado pelo autor

A discussão dos resultados à luz da revisão da literatura revela a importância de entender as actividades de participação política em Moçambique dentro do contexto dos sistemas políticos e das dinâmicas sociais e culturais do país.

Powell (2000) e Samuels e Shugart (2010) destacam a relação entre os sistemas políticos e a representatividade, enfatizando a necessidade de uma análise abrangente das práticas eleitorais.

A predominância do voto (57%) como a actividade mais mencionada para a participação activa está alinhada com as discussões sobre o papel fundamental das eleições na democracia (Levitsky e Ziblatt, 2018; Putnam, 1993).

No entanto, a baixa frequência de outras formas de engajamento político sugere desafios na promoção de uma participação mais diversificada e abrangente (Nogueira, 2020; Santos, 2018).

Portanto, os resultados ressaltam a necessidade de políticas e iniciativas que incentivem e facilitem diferentes formas de participação política, visando fortalecer a democracia em Moçambique.

A predominância do voto (57%) como a principal forma de participação activa, juntamente com a menção menor de outras actividades como o debate político (20%), destaca um padrão consistente com a literatura sobre a participação política.

Segundo Powell (2000) e Samuels e Shugart (2010), o voto é frequentemente visto como a principal forma de engajamento cívico em muitos sistemas políticos, refletindo a sua importância fundamental na representação democrática.

Este padrão é corroborado por ressaltar o papel crucial das eleições na consolidação da democracia (Levitsky e Ziblatt, 2018; Putnam, 1993).

No entanto, a baixa frequência de outras formas de participação activa, como debates políticos e engajamento em movimentos ou associações, sugere uma lacuna significativa na diversidade de envolvimento político em Moçambique.

A limitada variedade nas actividades de participação activa também aponta para desafios na promoção de um engajamento cívico mais amplo e inclusivo (Nogueira, 2020; Santos, 2018).

A falta de engajamento em actividades como debates políticos pode ser indicativa de uma necessidade de reformas que incentivem formas alternativas de participação, que são cruciais para uma democracia vibrante e participativa. Portanto, os resultados deste estudo sublinham a urgência de políticas que não apenas promovam o voto, mas também incentivem o envolvimento em uma gama mais ampla de actividades cívicas. Iniciativas que promovam debates públicos, participação em movimentos sociais e engajamento em associações cívicas podem contribuir significativamente para o fortalecimento da democracia em Moçambique.

#### **4.2.15. Perspectivas em relação ao actual Sistema**

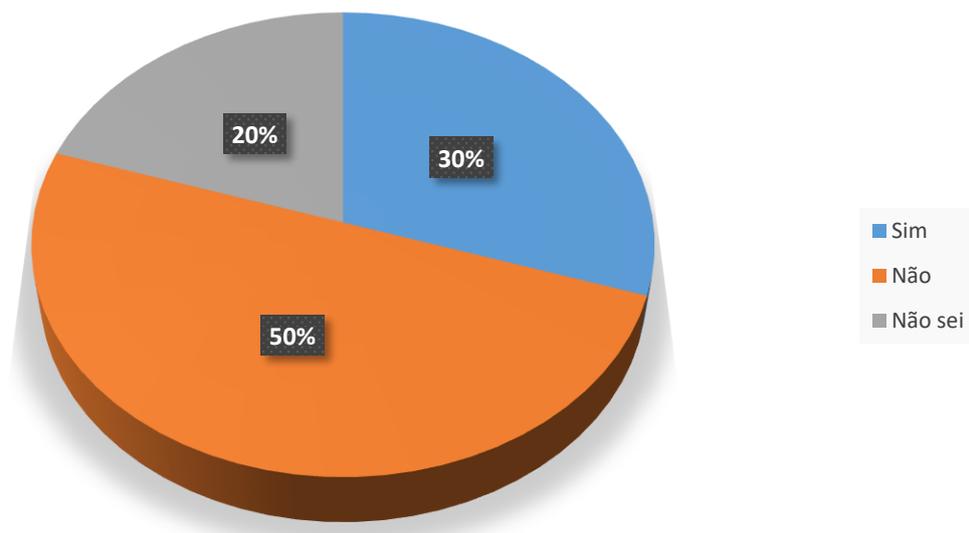
A opinião sobre a manutenção do sistema de lista partidária fechada é dividida (30% a favor, 50% contra), indicando a necessidade de um debate amplo e aprofundado sobre o tema.

A discussão sobre a manutenção do sistema de lista partidária fechada em Moçambique precisa ser contextualizada à luz das perspectivas teóricas apresentadas na literatura académica.

Powell (2000) e Samuels & Shugart (2010) destacam a importância da representação e responsividade dos sistemas políticos para a eficácia democrática. Nesse sentido, a divisão de opiniões observada entre os respondentes sugere a existência de preocupações substanciais sobre a capacidade do sistema atual em promover uma representação genuína e responsável dos interesses dos cidadãos.

Além disso, estudos específicos sobre o contexto moçambicano, fornecem elementos adicionais sobre os desafios e as dinâmicas do sistema político e eleitoral do país. Essas perspectivas são fundamentais para entender as nuances locais que influenciam a percepção dos cidadãos sobre o sistema de lista partidária fechada (Alfazema, 2019; Nuvunga, 2016; Castelo Branco, 2014).

*Gráfico 9: Importância da Participação Activa*



Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, diante da divisão de opiniões e das discussões levantadas na literatura, é evidente a necessidade de um debate amplo e aprofundado sobre o futuro do sistema eleitoral em Moçambique. Esse debate deve levar em consideração não apenas as preocupações dos cidadãos, mas também as melhores práticas e experiências comparativas de outros países (Lijphart, 1999; Levitsky & Ziblatt, 2018).

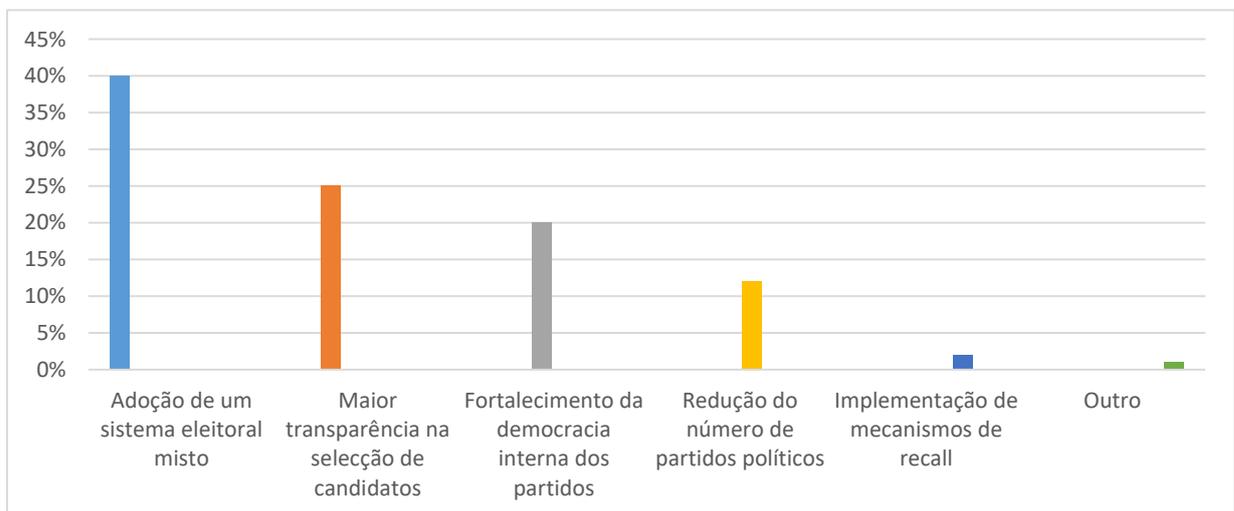
#### 4.2.16. Mudanças Sugeridas

A sugestão mais frequente (40%) é a adoção de um SEM, combinando elementos do sistema proporcional e maioritário.

A literatura revista sugere que as mudanças sugeridas pelos respondentes, especialmente a adoção de um SEM, estão alinhadas com debates académicos sobre sistemas eleitorais e representatividade política.

Powell (2000) e Samuels e Shugart, (2010) discutem os efeitos dos sistemas eleitorais na responsabilidade e na representatividade dos governos.

**Gráfico 10:** Mudanças sugeridas no SE



Fonte: Elaborado pelo autor

Nesse sentido, a proposta de um SEM pode ser vista como uma tentativa de conciliar a representação proporcional com a responsabilidade individual dos representantes eleitos, abordando as preocupações levantadas pelos respondentes sobre a transparência do sistema e a percepção negativa sobre a responsabilidade individual. Essa sugestão também está em linha com estudos específicos sobre o sistema político de Moçambique, que destacam os desafios enfrentados pelo sistema eleitoral moçambicano e sugerem reformas para melhorar a representatividade e a responsabilidade. Portanto, a proposta de um SEM pode ser considerada como uma medida que busca abordar as lacunas identificadas na literatura e na percepção dos eleitores moçambicanos em relação ao atual sistema de lista partidária fechada (Nuvunga, 2016; Matos, 2017).

## **CAPÍTULO – V. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES**

Após a análise dos resultados da pesquisa sobre o sistema de eleição por lista partidária fechada em Moçambique, várias conclusões e sugestões emergem, proporcionando uma compreensão abrangente das implicações deste sistema para a representatividade política e a prestação de contas.

Esta secção visa sintetizar as descobertas e propor acções para melhorar o processo eleitoral no contexto moçambicano.

### **5.1. Considerações Finais**

A pesquisa revela que o sistema de lista partidária fechada exerce uma influência considerável e prejudicial na prestação de contas dos representantes eleitos. A maioria dos eleitores experimenta uma sensação de desconexão em relação aos candidatos, pois o seu voto é direccionado aos partidos, não a indivíduos específicos. Essa falta de vínculo directo dificulta a capacidade dos eleitores de avaliarem e responsabilizarem os representantes por suas acções.

Esse cenário é ainda mais preocupante num contexto histórico marcado por autoritarismo e corrupção em Moçambique. A ausência de uma relação transparente e directa entre eleitores e representantes acentua os desafios enfrentados na promoção da responsabilidade no sistema político moçambicano. Essa desconexão não apenas mina a confiança pública nas instituições democráticas, mas também cria um ambiente propício para o abuso de poder e a falta de responsabilidade por parte dos líderes eleitos.

Portanto, é evidente que a reforma do sistema eleitoral e o fortalecimento dos mecanismos de prestação de contas são imperativos para garantir uma representação política mais eficaz e responsável em Moçambique.

A pesquisa revela que o sistema de lista partidária fechada tem efeitos variados na coesão partidária e na inclusão de grupos sub-representados. Embora possa fortalecer a coesão interna dos partidos, também apresenta obstáculos à representatividade e à participação de minorias e mulheres na esfera política moçambicana.

As políticas internas dos partidos relacionadas à composição das listas são frequentemente pautadas pela fidelidade partidária e pela experiência política, em detrimento de critérios como

competência técnica e aceitação popular entre os eleitores. Essa abordagem tende a perpetuar desequilíbrios de representação, minando os esforços para alcançar uma democracia mais inclusiva e diversificada em Moçambique. Dessa forma, é essencial que sejam implementadas medidas que incentivem uma maior diversidade e equidade na política, garantindo que as vozes de todos os grupos da sociedade sejam ouvidas e representadas de forma significativa no processo político do país.

No geral, os eleitores em Moçambique expressam uma visão negativa sobre a transparência e a responsabilidade individual dentro do atual SE. A falta de compreensão dos critérios utilizados pelos partidos na selecção de candidatos alimenta a desconfiança e compromete a representatividade do processo eleitoral. Essa lacuna evidencia a necessidade premente de implementar mecanismos mais eficazes de prestação de contas e transparência.

A pesquisa destaca que a maioria dos eleitores prefere uma prestação de contas directa dos representantes, em vez de apenas dos partidos. Isso realça a importância de fortalecer a responsabilidade individual dos líderes políticos, permitindo que sejam responsabilizados directamente pelos seus actos e decisões perante os cidadãos.

A falta de transparência mina a confiança nas instituições democráticas e prejudica o vínculo entre eleitores e representantes eleitos. Essa preferência reflecte a necessidade de uma governança mais transparente e responsável, que atenda aos interesses da população.

Estabelecer mecanismos que permitam aos cidadãos monitorar e avaliar o desempenho de seus representantes é crucial para fortalecer os fundamentos da democracia e promover uma maior participação cívica. Isso não só aumenta a legitimidade das instituições políticas, mas também fortalece a relação entre governantes e governados, contribuindo para um sistema democrático mais saudável e representativo.

A preferência dos eleitores por uma prestação de contas directa reflecte a necessidade de uma maior transparência e responsabilidade por parte dos líderes políticos, visando promover uma governança mais eficaz e próxima dos interesses da população. Ao estabelecer mecanismos que permitam aos cidadãos monitorar e avaliar o desempenho de seus representantes, fortalecemos os pilares da democracia e incentivamos uma maior participação cívica. Essa abordagem não apenas aumenta a legitimidade das instituições políticas, mas também fortalece a conexão entre governantes e governados, essencial para o funcionamento saudável de um sistema democrático.

Portanto, é essencial desenvolver mecanismos que garantam uma prestação de contas eficaz e transparente, promovendo assim a integridade do processo democrático em Moçambique. Tais medidas são cruciais para fortalecer a confiança dos cidadãos na governança e assegurar uma representação política genuinamente responsável e representativa. Esta constatação destaca a urgência de fortalecer os fundamentos da democracia, assegurando que os cidadãos confiem no processo eleitoral e tenham a capacidade de influenciar de forma significativa os rumos políticos do país.

O estabelecimento de mecanismos eficazes de prestação de contas não só promove a transparência e a responsabilidade dos líderes políticos, mas também fortalece a participação cívica e a confiança nas instituições democráticas. Ao garantir que os cidadãos se sintam empoderados e representados, podemos consolidar os valores democráticos e promover um ambiente político mais justo e equitativo em Moçambique.

As considerações finais da pesquisa sugerem uma visão crítica e aprofundada sobre o impacto do sistema de lista partidária fechada em Moçambique, revelando questões significativas relacionadas à prestação de contas, representatividade e transparência. A descoberta de que a maioria dos eleitores se sente desconectada dos candidatos, devido ao sistema que prioriza os partidos em vez dos indivíduos, destaca um problema central: a dificuldade dos eleitores em responsabilizar directamente seus representantes. Essa desconexão pode ser particularmente preocupante em um contexto histórico de autoritarismo e corrupção, onde a falta de uma relação directa entre eleitores e representantes pode acentuar a desconfiança pública e criar um ambiente propício ao abuso de poder e à falta de responsabilidade.

Além disso, a pesquisa indica que, apesar de o sistema de lista partidária fechada fortalecer a coesão interna dos partidos, ele também apresenta desafios significativos para a inclusão de grupos sub-representados, como minorias e mulheres. A tendência dos partidos de priorizar a fidelidade partidária e a experiência política em detrimento de critérios como competência técnica e aceitação popular perpetua desequilíbrios na representação política. Para alcançar uma democracia mais inclusiva e equitativa, é essencial implementar medidas que incentivem a diversidade e a equidade, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e representadas de forma significativa.

A falta de transparência e a insatisfação com a prestação de contas são questões centrais identificadas pela pesquisa. A preferência dos eleitores por uma responsabilidade directa dos representantes, em vez de apenas dos partidos, reflecte uma demanda por maior transparência

e responsabilidade individual. Implementar mecanismos que permitam aos cidadãos monitorar e avaliar o desempenho de seus representantes é crucial para fortalecer a democracia em Moçambique. Esses mecanismos não só aumentam a legitimidade das instituições políticas, mas também melhoram a relação entre governantes e governados, promovendo um sistema democrático mais saudável e representativo. Portanto, as conclusões sublinham a necessidade urgente de reformas que garantam uma prestação de contas eficaz e transparente, fundamental para o fortalecimento da confiança pública e a promoção de uma governança verdadeiramente responsável e representativa.

## **5.2. Sugestões**

É imperioso que se faça uma revisão do SE considerando a implementação de um SEM, que combine elementos dos sistemas proporcional e maioritário. Essa combinação deve integrar características dos sistemas proporcional e maioritário. Essa medida vai contribuir para harmonizar a representatividade dos partidos com a prestação de contas individual dos representantes eleitos.

Se se combinar elementos desses sistemas, o SEM vai oferecer uma oportunidade de aprimoramento do processo eleitoral, para garantir uma representação mais fiel da vontade popular e promover a responsabilidade dos políticos perante seus eleitores. A implementação de um SEM vai, portanto, proporcionar um equilíbrio entre a necessidade de representatividade partidária e a importância da responsabilidade individual dos líderes políticos, fortalecendo assim a democracia e a confiança dos cidadãos no sistema político.

É imperioso investir em programas de educação política pois isso vai fortalecer a democracia ao elevar o nível de conhecimento dos eleitores sobre o processo eleitoral e os critérios de selecção dos candidatos. Essa iniciativa vai capacitar os cidadãos a tomarem decisões mais embasadas e a demandarem maior transparência por parte dos partidos políticos.

Uma vez que fornecem uma compreensão mais abrangente das questões políticas e eleitorais, os programas de educação política promovem a participação cívica informada, essencial para o funcionamento saudável de uma democracia representativa. Ao entenderem melhor o sistema político, os eleitores saberão avaliar de forma mais crítica as propostas e acções dos candidatos, o que vai contribuir para um processo eleitoral mais justo e responsável. Além disso, o fortalecimento da educação política vai ajudar a reduzir a desinformação e a manipulação

política, promovendo assim um debate público mais esclarecido e uma maior confiança nas instituições democráticas.

É preciso promover a inclusão: incentivar políticas internas nos partidos que promovam a inclusão de grupos sub-representados, como mulheres e minorias étnicas, na composição das listas partidárias. Estabelecer cotas ou outras medidas afirmativas pode ser uma estratégia eficaz para aumentar a diversidade na política moçambicana.

Recomendamos melhorias nos mecanismos de prestação de contas, para facilitar a responsabilização individual dos representantes eleitos. Isso envolve o desenvolvimento e a implementação de ferramentas que promovam uma comunicação directa entre eleitores e representantes, juntamente com recursos para monitorar e avaliar o desempenho dos eleitos. Essas iniciativas podem incluir a criação de plataformas online ou presenciais que permitam aos cidadãos enviar perguntas, comentários e preocupações directamente aos seus representantes, estabelecendo assim um diálogo mais próximo e transparente.

Além disso, a disponibilização de relatórios periódicos sobre as actividades e decisões dos representantes, juntamente com indicadores de desempenho claros, vai ajudar os eleitores a avaliarem o cumprimento das promessas de campanha e o trabalho realizado em nome da comunidade. Esses mecanismos também podem incluir pesquisas de opinião pública e consultas populares para garantir que as necessidades e interesses dos eleitores sejam adequadamente representados.

Devem-se fortalecer mecanismos de prestação de contas, para promover uma governança mais transparente e responsável, o que vai aumentar a confiança dos cidadãos no processo político e fortalecer a democracia como um todo.

Para garantir maior transparência na selecção de candidatos, é fundamental implementar regulamentações que obriguem os partidos políticos a divulgar os critérios de selecção e a conduzir processos internos mais democráticos e participativos. Essas medidas são essenciais para promover a responsabilidade e fortalecer a confiança dos eleitores no sistema político.

Recomendamos que se exija transparência aos partidos em relação aos critérios utilizados para escolher os candidatos, os eleitores terão uma compreensão mais clara do processo e poderão avaliar sua justeza e equidade.

Além disso, a realização de processos selectivos mais democráticos e participativos, como primárias abertas ou consultas populares, vai permitir uma maior inclusão e representatividade dentro dos partidos, reflectindo melhor a diversidade e os interesses da sociedade.

Deve-se promover a transparência na selecção de candidatos, para fortalecer os fundamentos da democracia e incentivar uma maior responsabilidade por parte dos partidos políticos em relação aos eleitores.

Recomendamos o estímulo ao engajamento político por meio da promoção da participação activa dos cidadãos em actividades políticas que vão além do acto de votar, como debates, campanhas e filiações partidárias. Esse incentivo pode ser viabilizado por meio de campanhas de conscientização e pela criação de espaços que promovam o diálogo e o envolvimento comunitário.

É imperioso encorajar os cidadãos a participarem activamente na vida política, não apenas no momento das eleições, mas também em actividades políticas contínuas, como debates sobre políticas públicas, engajamento em campanhas de conscientização e participação em grupos ou filiações partidárias, fortalecemos os alicerces da democracia. Essas acções não só aumentam a representatividade e a diversidade de vozes na esfera política, mas também empoderam os cidadãos, tornando-os agentes activos na formulação e implementação de políticas que afectam suas vidas.

Por meio de campanhas de conscientização, devemos educar os cidadãos sobre a importância de seu envolvimento activo na política e os benefícios que isso traz para a sociedade como um todo.

Além disso, torna-se necessário criar espaços de diálogo e engajamento comunitário, para facilitar a interacção entre os cidadãos e os representantes eleitos, promovendo assim uma maior colaboração e entendimento mútuo entre ambas as partes. Essas iniciativas não apenas fortalecem a democracia, mas também promovem uma cultura política mais participativa e inclusiva.

As recomendações apresentadas oferecem uma abordagem abrangente e estratégica para abordar os desafios identificados na pesquisa sobre o sistema eleitoral de Moçambique. A proposta de revisar o sistema eleitoral (SE) e adoptar um sistema eleitoral misto (SEM), que combine elementos dos sistemas proporcional e maioritário, é um passo significativo para equilibrar a representatividade partidária com a responsabilidade individual dos representantes.

Ao integrar características dos dois sistemas, o SEM pode melhorar a conexão entre eleitores e candidatos, promovendo uma representação mais fiel da vontade popular e fortalecendo a responsabilidade dos políticos. Essa abordagem não apenas aprimora o processo eleitoral, mas também pode aumentar a confiança dos cidadãos no sistema político, ao garantir que tanto os partidos quanto os indivíduos sejam devidamente responsabilizados.

A recomendação para investir em programas de educação política é fundamental para capacitar os eleitores a tomar decisões informadas e exigir maior transparência dos partidos políticos. A educação política promove uma participação cívica mais consciente e reduz a desinformação, o que é crucial para a saúde de qualquer democracia. Ao entender melhor o funcionamento do sistema político e os critérios de selecção de candidatos, os cidadãos podem participar de maneira mais efectiva e crítica no processo eleitoral, contribuindo para um ambiente político mais justo e transparente.

Além disso, a promoção da inclusão de grupos sub-representados através de políticas internas nos partidos, a melhoria dos mecanismos de prestação de contas e a implementação de regulamentações que garantam transparência na selecção de candidatos são passos essenciais para fortalecer a representatividade e a equidade no sistema político moçambicano. Ao criar mecanismos que possibilitem uma comunicação directa entre eleitores e representantes, e ao incentivar o engajamento político contínuo, podemos melhorar a governança e a participação cívica. Essas acções não só aumentam a responsabilidade dos representantes, mas também promovem um ambiente político mais inclusivo e participativo, essencial para uma democracia vibrante e funcional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alfazema, D. (2017). O sistema de lista partidária fechada em Moçambique. Uma análise crítica. *Revista de Estudos Africanos*, 25(2), 345-362.
- Alfazema, D. (2019). *Moçambique: Eleições e democracia: 40 anos de experiência*. Moçambique: Editora Imprensa Nacional.
- Alkan, L. (2021). Democracy and Its Misconceptions: An Overview. *Journal of Political Science*, 32(4), 45-60.
- Alkan, Y. (2021). *Representative democracy and the concept of representation: do they have a legitimizing or checking function?* (Volume 5). Issue 3 *Stratejik ve Sosyal Araştırmalar Dergisi*: Akdeniz.
- Almeida, D., & Lavallo, A. (2020). *A Democracia: qual queremos?* Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Santa Catarina.
- Almeida, M. H. T., & Lavallo, A. G. (2020). *Representação e Democracia no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Azambuja, D. (2005). *História das Ideias Políticas*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- Baloi, O. (2001). *Eleições e Democracia em Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- Baloi, O. (2001). Eleições e o voto regional no contexto da consolidação da paz e reconstrução: O exemplo de Moçambique. In: A. Correia. (Coords). *Sistemas e processos eleitorais – funções, implicações e experiências*. Universidade Católica de Angola, Faculdade de Direito/Fundação Friedrich Ebert, Representação em Angola: Luanda.
- Bobbio, N. (2015). *O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Bogdan, R., & Biklen, S. K. (2007). *Qualitative Research for Education: An Introduction to Theories and Methods*. Pearson.
- Carey, John M., & Shugart, M. S. (1995). "Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas." *Electoral Studies* 14, no. 4. 417-439.
- Branco, C. N. (2014). *Poder e representação em Moçambique: Uma análise das eleições de 2009*. Editora Escolar Editora.
- Chiziane, C. M. (2019). Percepções dos eleitores moçambicanos sobre o sistema de lista partidária fechada: Um estudo exploratório. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 14(2), 234-252.
- Chongo, A. (2004). *Transição Política em Moçambique: Avanços e Recuos*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

- Correia, A. (2001). *Sistemas e processos eleitorais – funções, implicações e experiências*. Universidade Católica de Angola, Faculdade de Direito/Fundação Friedrich Ebert, Representação em Angola: Luanda.
- Correia, J. (2001). *Processos Eleitorais e a Democracia*. Maputo: Editora Escolar.
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. Sage Publications.
- Cunha, B. P. (2019). Implicações sociais do sistema de lista partidária fechada em Moçambique: Representatividade de minorias étnicas e grupos marginalizados. *Revista de Estudos Sociais*, 22(3), 423-445.
- Dahl, R. A. (1989). *Democracy and Its Critics*. New Haven: Yale University Press.
- Dahl, R. A. (1993). *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Dahl, R. A. (2001). *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora UnB.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2018). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. Sage Publications.
- Dillman, D. A., Smyth, J. D., & Christian, L. M. (2014). *Internet, Phone, Mail, and Mixed-Mode Surveys: The Tailored Design Method*. Wiley.
- Duverger, M. (1996). *Sociologia da Política*. São Paulo: Ática.
- Duverger, M. (1996). *Los partidos políticos*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Fernandes, A. (2015). *Democracy in Modern Times: Concepts and Applications*. Lisboa: Edições Almedina.
- Fernandes, A. J. (2015). *Introdução à Ciência Política. Teorias, métodos e temáticas*. Porto: Editora Porto.
- Fernandes, E. R. (2017). Sistema de lista partidária fechada em Moçambique: Uma análise comparativa com outros países. *Revista de Ciência Política*, 30(4), 897-924.
- Fernandes, J. A. (2015). *A Democracia Representativa: Fundamentos e Desafios*. Lisboa: Edições Almedina.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Hammersley, M., & Atkinson, P. (2007). *Ethnography: Principles in Practice*. Routledge.
- Held, D. (2006). *Models of Democracy*. (3rd ed.). Stanford: Stanford University Press.
- Hobbes, T. (2014). *Leviatã. Richard Tuck (Org), trad. Eunice Ostrenky*. São Paulo: Martins Fontes.

- Hofmeister, W. (2021). *Democracy: Concepts and Challenges*. Berlin: Springer.
- Hofmeister, W. (2021). *Os partidos políticos e a Democracia: Seu papel, desempenho e organização em uma perspectiva global*. Rio de Janeiro: Konrad, Adenauer, Stiftung.
- Krueger, R. A., & Casey, M. A. (2000). *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. Sage Publications.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2009). *Fundamentos de Metodologia Científica*. Atlas.
- Levitsky, S. & Ziblatt, D. (2018). *How Democracies Die*. New York: Crown Publishing Group.
- Lijphart, A. (1994). *Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty-seven Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Lijphart, A. (1994). "Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty-Seven Democracies, 1945-1990." *Comparative Political Studies* 27, no. 1. 155-177.
- Lijphart, A. (1999). *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Lima Júnior, O. (1997). *Representação Política e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Machado, R. (2018). Representatividade e lista partidária fechada em Moçambique: Um estudo sobre a inclusão de grupos sub-representados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 21(1), 189-212.
- Macuácuá, E. (2011). *Democracia e Governança em Moçambique*. Maputo: Editora Ndjira.
- Manin, B., Przeworski, A., & Stokes, S. C. (1999). *Democracy, Accountability, and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marshall, C., & Rossman, G. B. (2016). *Designing Qualitative Research*. Sage Publications.
- Matos, A. P. (2017). A evolução da lista partidária fechada em Moçambique: Uma análise histórica e política. *Cadernos de Ciência Política*, 20(1), 123-142.
- Mazula, B. (2000). *Democracia e Desenvolvimento em Moçambique: Perspectivas para o Futuro*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).
- Mazula, B. (2000). *A Construção da Democracia em África: O Caso moçambicano*. Editora Ndjira, Maputo.
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook*. Sage Publications.
- Mill, J. (2004). *Considerações. Sobre o Governo Representativo*. The Pennsylvania State University: Pennsylvania

- Miller, D. (2004). *Considerations on Representative Government*. Oxford: Oxford University Press.
- Miranda, J. (2004). *Sistemas Eleitorais e Democracia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Ngoenha, S. (2004). *Democracia e Reconciliação em África*. Maputo: Promédia.
- Nogueira, L. S. (2020). Implicações éticas e morais do sistema de lista partidária fechada em Moçambique: Uma análise crítica. *Revista de Direito da Universidade Católica de Moçambique*, 43, 145-168.
- Nuvunga, A. (2016). *Sistema eleitoral em Moçambique: Desafios e perspectivas*. Editora Leia.
- Patton, M. Q. (2015). *Qualitative Research & Evaluation Methods*. Sage Publications.
- Pitkin, H. (1967). *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press.
- Pitkin, H. (1967). *The Concept of Representation*. Berkeley: University Of California Press.
- Pitkin, H. (2004). *Representation and Democracy: Uneasy Alliance*. Scandinavian Political Studies.
- Powell, G. B. (2000). *Democracy and accountability: The effects of electoral systems*. Cambridge University Press.
- Putnam, R. D. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Rousseau, J. (1999). *Do contrato social: princípios do direito político*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes.
- Rousseau, J. J. (1999). *O Contrato Social*. Lisboa: Edições 70.
- Samuels, D. J., & Shugart, M. S. (2010). *Representation and responsiveness: The role of party systems*. Cambridge University Press.
- Santos, J. M. (2018). Eleições em Moçambique: Uma perspectiva histórica sobre o sistema de lista partidária fechada. *Revista de História*, 63(2), 389-412.
- Sartori, G. (1994). *Teoria da Democracia Revisitada* (Vol. 1). São Paulo: Editora Ática.
- Sartori, G. (1976). *Party and Party Systems*. New York: Cambridge University Press,
- Sartori, G. (1994). *Teoria da Democracia Revisitada*. (Vol. 1 e 2). São Paulo: Ática.
- Schumpeter, J. A. (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio: Zahar.
- Schumpeter, J. A. (1984). *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper & Row.

- Schumpeter, J. (1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Simango, F. A. (2016). O papel das mulheres nas eleições por lista partidária fechada em Moçambique: Desafios e oportunidades. *Estudos Feministas*, 24(1), 235-254.
- Stokes, S. (2005). *Perverse Accountability: A Formal Model of Machine Politics with Evidence from Argentina*. Chicago: University of Chicago Press.
- Urbinati, N. (2006). *O que torna a representação Democrática?*. Lua Nova: São Paulo.
- Urbinati, N. (2006). *Representative Democracy: Principles and Genealogy*. Chicago: University of Chicago Press.